

Juventude



HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL



MAPA DA VIOLÊNCIA 2013

Julio Jacobo Waiselfisz



Julio Jacobo Waiselfisz

Formou-se em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e é mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Coordenador da Área de Estudos sobre Violência da FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, já foi Diretor de Pesquisa do Instituto Sangari, exerceu funções de Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco, Coordenador de Pesquisa e Avaliação e do setor de Desenvolvimento Social da UNESCO/Brasil.

Anteriormente exerceu as funções de consultor e/ou especialista em diversos Organismos Internacionais do Sistema das Nações Unidas, como o PNUD, a OEA, o IICA e a UNESCO

Atuou como professor em diversas Universidades da América Latina, tendo exercido o cargo de Diretor de Departamento de Ciências Sociais na Universidad Nacional del Salvador/El Salvador/Centroamérica e da Universidad de San Juan/Argentina, além de Pró-Reitor Acadêmico na Universidad Nacional del Comahue/Argentina.

Autor do Mapa da Violência e outros estudos de referência na área de enfrentamento à violência.

Dilma Rousseff

Discurso da Presidenta na Conapir

A violência contra a juventude negra tornou-se um problema de Estado no Brasil. Um dos grandes desafios do governo brasileiro é a criação de políticas de enfrentamento à violência principalmente nas periferias do país, onde residem os jovens em situação de maior vulnerabilidade social. Em atenção a esse desafio, a Presidência da República criou o Plano Juventude Viva, política especialmente formulada para coibir a violência contra jovens negros e ampliar a cidadania. Esse compromisso foi reiterado na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em discurso histórico proferido pela Presidenta Dilma Rousseff em 2013.

“Eu quero dizer a vocês que o governo federal dará todo o respaldo à questão do Plano Juventude Viva, e estamos articulando todas as esferas, todos os ministérios, todos os governos estaduais e também a justiça, através do CNJ e do Ministério Público, no sentido de assegurar que haja, de fato, um foco no que muitos chamam de genocídio da juventude negra. Nós estamos interessados em combater a violência com a ampliação da cidadania, mas também coibindo a violência contra os jovens negros, e isso é muito importante. Nós reiteramos apoio do governo ao projeto de lei sobre os autos de resistência. Nós queremos, com esse apoio, que todos os direitos sejam garantidos e que todos os delitos praticados sejam devidamente investigados. O que, certamente, vai contribuir para reverter a violência e a discriminação que recaem sobre a população negra por meio da utilização dos autos de resistência”.

HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Michel Temer

Vice Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

Ministro

Diogo de Sant'Ana

Secretário-Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

Secretária Nacional

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Luiza Helena Bairros

Ministra

Giovanni Benigno Pierre da Conceição Harvey

Secretário-Executivo



Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude

HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL

Julio Jacobo Waiselfisz

Mapa da Violência 2013

Brasília, 2013

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com a autorização prévia e oficial do autor.

Disponível em www.juventude.gov.br

Tiragem desta edição: 1.000 exemplares

Impresso no Brasil

CRÉDITOS:

Autor: Julio Jacobo Waiselfisz

Diagramação e Editoração: Juliana Pisaneschi

Revisão: Iara Maria da Silva Beolchi

Capa: Miriam Duarte Teixeira e Aline Magalhães

Distribuidora:

Secretaria-Geral da Presidência da República

Endereço: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar

70.150-900 Brasília-DF

Tel: (61) 3411-1407

www.secretariageral.gov.br

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
1. NOTAS TÉCNICAS E FONTES	15
2. MARCOS DA MORTALIDADE JUVENIL	19
2.1. Evolução da mortalidade violenta: 1980/2011	
2.2. Significação dos quantitativos	
3. HOMICÍDIOS NAS UF	30
3.1. UF: Homicídios na População Total	
3.2. UF: Homicídios na População Jovem	
4. HOMICÍDIOS NAS CAPITAIS	45
4.1. Capitais: Homicídios na População Total	
4.2. Capitais: Homicídios Juvenis	
5. HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS	60
6. HOMICÍDIOS: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	67
7. OS NOVOS PADRÕES DA VIOLÊNCIA HOMICIDA	69
7.1. Disseminação da violência	
7.2. Interiorização da violência	
7.3. Deslocamento dos polos dinâmicos	
8. QUESTÕES DE GÊNERO E DE RAÇA/COR	74
8.1. Gênero	
8.2. Raça/Cor	
9. FATORES EXPLICATIVOS	94
9.1 Dos novos padrões da violência	
9.2 Entraves institucionais	



PREFÁCIO

É com grande satisfação que a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude, e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial promovem a publicação do Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil.

O trabalho desenvolvido pelo Professor Julio Jacobo Waiselfisz oferece importante diagnóstico da violência contra os jovens brasileiros, subsidiando o trabalho de gestores de políticas públicas, parlamentares, governantes, profissionais de segurança pública e instituições de pesquisa nacionais e internacionais na formulação de políticas de combate à violência contra a juventude.

Como mostra o diagnóstico, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos¹ no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino.

Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do País.

A exposição deste segmento a situações cotidianas de violência evidencia uma imbricação dinâmica entre aspectos estruturantes, relacionados às causas socioeconômicas, e processos ideológicos e culturais, oriundos de representações negativas acerca da população negra.

Em resposta ao problema da violência contra a Juventude, em setembro de 2012, o Governo Federal lançou o **Plano Juventude Viva**, uma iniciativa que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira. O Plano constitui-se como oportunidade inédita de **diálogo e articulação** entre ministérios, municípios, estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial àquela exercida sobre os jovens negros, e na promoção da inclusão social de jovens em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade.

¹ Após promulgação do Estatuto da Juventude, o Brasil passou a considerar jovem o indivíduo com idade entre 15 e 29 anos. No entanto, a base de dados utilizada para calcular o elevado índice de violência praticada contra os jovens negros no Mapa da Violência ainda não incorpora essa mudança legislativa, considerando apenas os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos.

A partir da priorização dos estados com os mais altos índices de homicídio que afetam especialmente jovens negros e pobres, o desenvolvimento do **Plano Juventude Viva** segue estratégia de implementação gradual e progressiva, com o objetivo de atuar de forma coordenada, por meio de pactuação com o poder público e sociedade civil local, nos **132 municípios brasileiros**, que concentraram, em 2010, **70% dos homicídios contra jovens negros**. Considerando-se os dados de homicídios de 2011, 10 novos municípios passaram a integrar a lista, totalizando **142 municípios prioritários** para a implementação da estratégia Juventude Viva.

Uma das formas de prevenir e combater a violência contra os jovens é dar visibilidade e disseminar informações sobre o problema, que permitam orientar os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil. Esse é essencialmente o objetivo do Juventude Viva ao promover a publicação do Mapa da Violência.

Severine Carmem Macedo
Secretária Nacional de Juventude

INTRODUÇÃO

Estamos voltando ao tema da juventude. Esse retorno não é novo. Já o fizemos em muitas ocasiões, a partir de diversas perspectivas e de múltiplos recortes. Foi assim com a série de quatro estudos agrupados genericamente sob o título Juventude, Violência e Cidadania, realizada em fins da década de 1990 pela Unesco, focando a situação específica dos jovens a partir de pesquisas de campo em quatro grandes capitais: Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza. Também foi quando decidimos construir um Índice de Desenvolvimento Juvenil, seguindo os caminhos do Índice de Desenvolvimento Humano, para expressar as condições e as dificuldades de nossa juventude de aceder a benefícios sociais considerados básicos, como educação, saúde, trabalho e renda. Nesse campo, foram divulgados dois relatórios, um em 2004 e outro em 2006. Nesta longa série, também devemos contar dois trabalhos elaborados com foco no Estatuto e Campanha do Desarmamento – 2003/2004: o primeiro, *Mortes Matadas por Armas de Fogo*; e um posterior, *Vidas Poupadas*.

Por último, a já longa série de Mapas da Violência. Desde 1998 - ano em que veio à luz o primeiro, com dados que cobriam 1979/1996 até o atual - foram ao todo 21 mapas, incluindo aqui quatro cadernos complementares. Todos eles tiveram, seja como ator principal, seja como coadjuvante privilegiado, a nossa juventude.

No primeiro dessa série de Mapas destacávamos: *“A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição”*²

Hoje, há 15 anos do primeiro e muitos mapas depois surge, quase por necessidade, uma pergunta aparentemente simples: será que avançamos? Melhorou o panorama da violência letal que nos levou a elaborar esse primeiro mapa, e que já olhávamos naquela época com uma mistura de alarme, indignação e preocupação? Vejamos:

- A taxa de homicídios da população total, que em 1996 – últimos dados desse primeiro mapa - era de 24,8 por 100mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011.
- A taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100 mil jovens foi para 53,4.
- A taxa total de mortes em acidentes de transporte, que em 1996 era de 22,6 por 100 mil habitantes, cresceu para 23,2. A dos jovens, de 24,7 para 27,7.

² WAISELFIS, J.J. *Mapa da Violência*. Os Jovens do Brasil. Brasília. UNESCO/Instituto Ayrton Senna: 1998.

- Também os suicídios passaram de 4,3 para 5,1 na população total e, entre os jovens, de 4,9 para 5,1.

Não parece haver muitos motivos para festejar; pelo contrário. A situação, que já era inaceitável quando elaboramos o primeiro mapa, agravou-se ainda mais. Foi precisamente a grande preocupação com os índices alarmantes de mortalidade de nossa juventude que nos levou a traçar o primeiro desses mapas e continuar depois com os outros estudos e projetos. Hoje, com grande pesar, vemos que os motivos ainda existem e subsistem, apesar de reconhecer os avanços realizados em diversas áreas. Contudo, são avanços ainda insuficientes, diante da magnitude do problema.

Mais que acabados e frios estudos acadêmicos, os mapas constituem chamados de alerta. Nosso propósito é contribuir, de forma corresponsável e construtiva, para o enfrentamento da violência por parte da sociedade brasileira. Colocado de maneira simples, pretendemos fornecer informação sobre como morrem nossos jovens por causas que a Organização Mundial da Saúde qualifica como violentas. Todavia, é nítido que estamos lidando com a violência letal, isto é, a violência em seu grau extremo, que representa só a ponta visível do iceberg de muitas outras formas de violência que campeiam cotidianamente nossa sociedade.



1. NOTAS TÉCNICAS E FONTES

Em 1979, o Ministério da Saúde – MS – iniciou a divulgação dos dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade – SIM - cujas bases foram utilizadas como fonte principal para a elaboração do presente estudo.

Pela legislação vigente no Brasil (Lei nº 15, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de óbito correspondente. Essa certidão deve ser expedida por Cartório de Registro Civil à vista de declaração ou atestado médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte. Essas declarações são coletadas posteriormente pelas Secretarias Estaduais de Saúde, que as compatibiliza e depura, para enviar posteriormente ao Ministério da Saúde.

A declaração, normalmente, fornece dados relativos à idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência da vítima. A legislação determina, igualmente, que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, no local da ocorrência do fato. Visando o interesse de isolar áreas ou locais de “produção” de violência, utilizou-se no presente trabalho este último dado, o do local de ocorrência, para a localização espacial dos óbitos. Isso, porém, não deixa de trazer problemas que, no formato atual da certidão de registro, são inevitáveis. São situações em que o “incidente” causante do óbito aconteceu em local diferente do lugar de falecimento. Ou seja, feridos em “incidentes” que são levados para hospitais de outros municípios, ou até de outros estados, aparecem contabilizados no “local do falecimento”.

Outra informação relevante para o nosso estudo, exigida pela legislação, é a causa da morte. Todos os países do mundo, incluindo o Brasil, utilizam o sistema classificatório de morbidade e mortalidade desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Até 1995, tais causas eram classificadas pelo SIM seguindo os capítulos da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9). A partir daquela data, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão (CID-10).

Os aspectos de interesse para o presente estudo estão contidos no que o CID-10, em seu Capítulo XX, classifica como “causas externas de morbidade e mortalidade”. Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo.

Quando um óbito ocorre devido a causas externas ou violentas, também é necessário um *laudo cadavérico*, geralmente expedido pelo Instituto Médico Legal – IML.

Assim, para a codificação dos óbitos, foi utilizada a causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causante da lesão que levou à morte. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, agrupamos vários capítulos sob a denominação *Causas Violentas*, de interesse central para o presente estudo:

- **Acidentes de Transporte**, como indicativo da violência cotidiana nas vias públicas, corresponde às categorias V01 a V99 do CID-10. Incorpora, além dos comumente denominados “acidentes de trânsito”, outros acidentes derivados das atividades de transporte, como aéreo, por água etc.
- **Homicídios**, como indicador por excelência de formas conflitivas de relacionamento interpessoal que acabam com a morte de algum dos antagonistas. Corresponde ao somatório das categorias X85 a Y09, recebendo o título genérico de Agressões. Tem como característica uma agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões que levam à morte da vítima.
- **Suicídios**, indicador de violência dirigida contra si próprio, corresponde às categorias X60 a X84, todas sob o título Lesões Autoprovocadas Intencionalmente.

Não se pode negar que as informações do sistema de registro de óbitos ainda estão sujeitas a uma série de limitações e críticas, expostas pelo próprio SIM³, e também por outros autores que trabalharam com o tema (Mello Jorge⁴; Ramos de Souza et al⁵).

A primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM, é o sub-registro.

Deve-se à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem o competente registro, determinando uma redução do número de óbitos declarados devido, fundamentalmente, à cobertura deficitária do sistema, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, e faz com que a fidedignidade das informações diminua com a distância dos centros urbanos e com o tamanho e disponibilidades dos municípios. Mas nos últimos anos houve grandes avanços nesse sentido do Sistema. O próprio Ministério da Saúde⁶ estimava que, em 1992, o sistema registrava só algo em torno de 80% dos óbitos acontecidos no país. Análises mais recentes⁷ indicam que “*No Brasil há um consistente avanço da cobertura desde a última década, atingindo 96,1% em 2011*”. A cobertura é próxima de 100% em quase todas as UFs das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os estados que ficaram abaixo da média nacional foram MT (95,8%) e DF (94,8%). Nas regiões Norte e Nordeste quatro UFs (AC, AM, PA, e SE) apresentaram cobertura acima de 90%, oito entre 80% e 90%.

³ SIM/DATASUS/MS. O Sistema de Informações sobre Mortalidade. S/I, 1995.

⁴ MELLO, Jorge. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.

⁵ RAMOS de SOUZA, et. al. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação*. Rio de Janeiro, v.2, n.1, jan./ jun. 1996.

⁶ SIM/DATASUS/MS op. cit.

⁷ CGIAE/MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Consolidação da base de dados de 2011. Brasília. 2013.

Não só a quantidade, mas também a qualidade dos dados tem sofrido reparos: mortes sem assistência médica, o que impede a correta identificação das causas e/ou lesões; deficiências no preenchimento adequado da certidão, etc. Nesse campo das deficiências na qualidade da informação, destaca-se a utilização excessiva ou fora dos padrões, por parte de algumas unidades, das categorias Y10 a Y34 do CID-10, que abrange as mortes por causas externas de intencionalidade indeterminada. Representa a existência de um óbito por causas violentas, sem especificação se foi suicídio, homicídio ou acidente. Também neste caso existe uma redução do número de possíveis homicídios declarados.

Apesar dessas limitações do sistema, existe amplo consenso em indicar, por um lado, a sua enorme importância e, por outro, a necessidade de seu aprimoramento.

Para as comparações internacionais, foram utilizadas as bases de dados de mortalidade da Organização Mundial da Saúde⁸ – OMS – em cuja metodologia se baseou o nosso SIM/MS. Tal fato permite que ambas as séries de dados sejam totalmente compatíveis, possibilitando comparações internacionais em larga escala. A partir dessas bases, foi possível completar os dados de mortalidade de 95 países que utilizam o CID-10. Mas como os países demoram a atualizar os dados na OMS, não foi possível emparelhar todos os países para o mesmo ano. Assim, utilizaram-se os últimos dados disponibilizados pela OMS que, segundo o país, variam de 2007 a 2011.

Para o cálculo das taxas de mortalidade do país, foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo Datasus, baseadas em projeções do IBGE, com as seguintes especificações:

- 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE – Censos Demográficos.
- 1996: IBGE – Contagem Populacional.
- 1981-1990, 1992-1999, 2001-2006: IBGE – Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.
- 2007-2009: IBGE – Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) – População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- 2011: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus.

Contudo, essas estimativas intercensitárias oficiais não estão desprovidas de certa margem de erro, que podem afetar as taxas calculadas, embora não seja muito significativo.

Para o cálculo das taxas de mortalidade dos diversos países do mundo, foram utilizadas as bases de dados populacionais fornecidas pelo próprio WHOSIS. Contudo, perante a

⁸ WHOSIS, World Mortality Databases.

existência de grandes lacunas, para os dados faltantes foi utilizada a Base Internacional de Dados do *US Census Bureau*⁹.

Uma última ressalva deve ser feita. Refere-se à peculiar situação do Distrito Federal, cuja organização administrativa específica determina que os parâmetros da UF coincidam com os de Brasília como capital. Em muitos casos, quando tratada como UF, apresenta valores relativamente altos, devido à sua peculiar forma de organização.

⁹ <http://www.census.gov/ipc/www/idb/summaries.html>.

2. MARCOS DA MORTALIDADE JUVENIL

Segundo as recentes estimativas populacionais, para o ano de 2011 o país contava com um contingente de 34,5 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Esse quantitativo representa 18,0% do total dos 192,3 milhões de habitantes que o IBGE projetava para o país nesse ano.

A proporção já foi maior. Em 1980, existia menor número de jovens: 25,1 milhões; mas, no total dos 118,7 milhões de habitantes, eles representavam 21,1%. Diversos processos, ligados fundamentalmente à urbanização e modernização da sociedade brasileira, originariam quedas progressivas nas taxas de fertilidade, o que derivou no encolhimento da base da pirâmide populacional do país.

O ritmo de crescimento em número absoluto de jovens – de 25,1 milhões em 1980 para 34,5 milhões em 2011 – começou a declinar progressivamente já em meados da última década, em função das referidas mudanças nas curvas demográficas do país.

No presente capítulo tentaremos estabelecer o contexto da mortalidade violenta de nossa juventude, contrapondo esses índices com os das demais faixas etárias.

Veremos, ao longo do presente capítulo, que a taxa total de mortalidade da população brasileira caiu de 631 por 100 mil habitantes em 1980, para 608 em 2011, fato bem evidente na melhoria da esperança de vida da população. Esse é um dos indicadores cuja progressiva melhora possibilitou significativos avanços no Índice de Desenvolvimento Humano dos últimos anos. Apesar dos ganhos globais, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se praticamente estagnada ao longo do período, ainda com um leve aumento, passando de 127 em 1980, para 136 por 100 mil jovens em 2011. Tal diferencial nos ritmos de evolução da mortalidade já está a indicar a existência de processos diversos. As características da mortalidade juvenil não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mudaram radicalmente sua configuração a partir do que poderíamos denominar de "*novos padrões da mortalidade juvenil*".

Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (Vermelho e Mello Jorge¹⁰) mostram que as epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens cinco ou seis décadas atrás, foram sendo progressivamente

¹⁰ VERMELHO, L.L. e MELLO JORGE, M.H.P. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). Revista de Saúde Pública. 30 (4). 1996. Apud: MELLO JORGE, M.H.P. Como Morrem Nossos Jovens. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998.

substituídas pelas denominadas *causas externas*, principalmente, acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do SIM permitem verificar essa significativa mudança.

Em 1980 as *causas externas* já eram responsáveis por pouco mais da metade - 52,9% - do total de mortes dos jovens do país. Já em 2011, dos 46.920 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 34.336 tiveram sua origem nas *causas externas*, fazendo esse percentual se elevar drasticamente: em 2011 quase 3/4 de nossos jovens - 73,2% - morreram por *causas externas*.

Como veremos ao longo deste relatório, os maiores responsáveis por essa mortalidade são os homicídios a ceifar a vida de nossa juventude, apesar das quedas observadas entre os anos 2004 e 2007, resultantes do impacto das estratégias de desarmamento da época e de políticas pontuais de enfrentamento da violência em algumas Unidades da Federação, notadamente São Paulo e, em segundo lugar, Rio de Janeiro.

2.1. Evolução da mortalidade violenta: 1980/2011

A evolução histórica da mortalidade violenta no Brasil impressiona pelos quantitativos implicados. Vemos, na tabela 2.1.1 que, segundo os registros do Sistema de Informações de Mortalidade, entre os anos 1980 e 2011, morreram no país:

- 1.145.908 vítimas de homicídio.
- 995.284 vítimas de acidentes de transporte.
- 205.890 pessoas suicidaram-se.
- As três causas somadas totalizam 2.347.082 vítimas.

Alguns aspectos nessa evolução devem ser ainda destacados, por sua relevância para nosso estudo:

1. Se as taxas de mortalidade para o conjunto da população caem 3,5% nesse período, as mortes por causas externas aumentam 28,5%.
2. Quem puxa esses aumentos das causas externas são, fundamentalmente, os homicídios, que crescem 132,1%; em segundo lugar os suicídios, que crescem 56,4%; e também os óbitos em acidentes de transporte, que aumentam 28,5%.

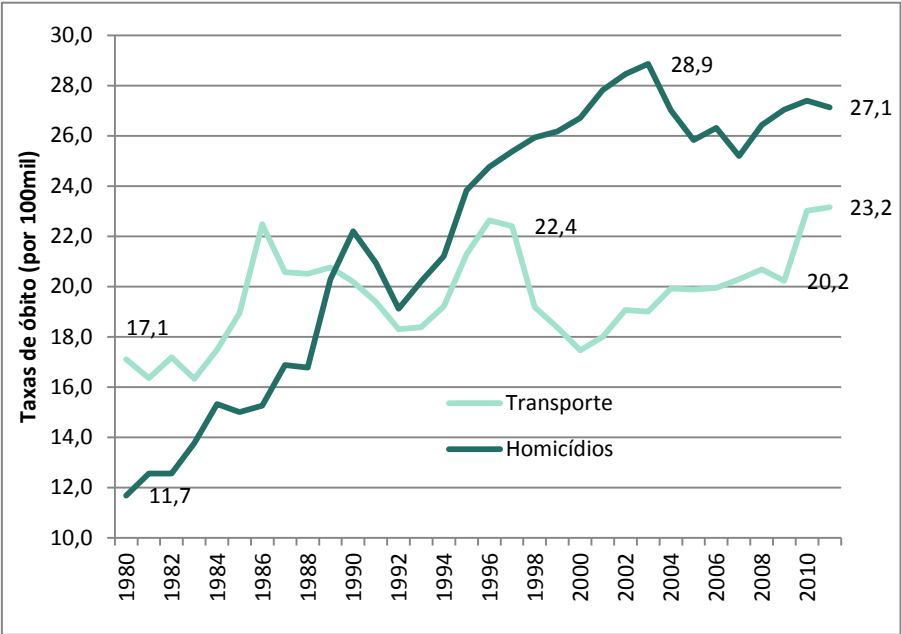
Tabela 2.1.1. Estrutura da Mortalidade: Número e Taxas de Óbito (por 100mil) segundo Causa.
População Total. Brasil. 1980/2011.

Ano	Número						Taxas (por mil habitantes)					
	Total Óbitos	Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1+2+3)	Total Óbitos	Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas (1+2+3)
1980	750.727	70.212	20.365	3.896	13.910	38.171	630,8	59,0	17,1	3,3	11,7	32,1
1981	750.276	71.833	19.816	4.061	15.213	39.090	619,3	59,3	16,4	3,4	12,6	32,3
1982	741.614	73.460	21.262	3.917	15.550	40.729	599,2	59,3	17,2	3,2	12,6	32,9
1983	771.203	78.008	20.636	4.586	17.408	42.630	610,1	61,7	16,3	3,6	13,8	33,7
1984	809.825	82.386	22.564	4.433	19.767	46.764	627,6	63,9	17,5	3,4	15,3	36,2
1985	788.231	85.845	24.937	4.255	19.747	48.939	598,8	65,2	18,9	3,2	15,0	37,2
1986	811.556	95.968	30.172	4.312	20.481	54.965	604,6	71,5	22,5	3,2	15,3	40,9
1987	799.621	94.421	28.135	4.701	23.087	55.923	584,6	69,0	20,6	3,4	16,9	40,9
1988	834.338	96.174	28.559	4.492	23.357	56.408	599,0	69,1	20,5	3,2	16,8	40,5
1989	815.774	102.252	29.423	4.491	28.757	62.671	575,6	72,2	20,8	3,2	20,3	44,2
1990	817.284	100.656	29.089	4.845	31.989	65.923	567,2	69,9	20,2	3,4	22,2	45,8
1991	803.836	102.023	28.455	5.186	30.750	64.391	547,5	69,5	19,4	3,5	20,9	43,9
1992	827.652	99.130	27.212	5.268	28.435	60.915	556,7	66,7	18,3	3,5	19,1	41,0
1993	878.106	103.751	27.852	5.555	30.610	64.017	579,4	68,5	18,4	3,7	20,2	42,2
1994	887.594	107.292	29.529	5.932	32.603	68.064	577,4	69,8	19,2	3,9	21,2	44,3
1995	893.877	114.888	33.155	6.594	37.129	76.878	573,7	73,7	21,3	4,2	23,8	49,3
1996	908.883	119.156	35.545	6.743	38.894	81.182	578,6	75,9	22,6	4,3	24,8	51,7
1997	903.516	119.550	35.756	6.923	40.507	83.186	566,0	74,9	22,4	4,3	25,4	52,1
1998	931.895	117.690	31.026	6.989	41.950	79.965	576,0	72,7	19,2	4,3	25,9	49,4
1999	938.658	116.894	30.118	6.530	42.914	79.562	572,5	71,3	18,4	4,0	26,2	48,5
2000	946.686	118.397	29.645	6.780	45.360	81.785	557,5	69,7	17,5	4,0	26,7	48,2
2001	961.492	120.954	31.031	7.738	47.943	86.712	557,8	70,2	18,0	4,5	27,8	50,3
2002	982.807	126.550	33.288	7.726	49.695	90.709	562,8	72,5	19,1	4,4	28,5	51,9
2003	1.002.340	126.657	33.620	7.861	51.043	92.524	566,7	71,6	19,0	4,4	28,9	52,3
2004	1.024.073	127.470	35.674	8.017	48.374	92.065	571,8	71,2	19,9	4,5	27,0	51,4
2005	1.006.827	127.633	36.611	8.550	47.578	92.739	546,6	69,3	19,9	4,6	25,8	50,4
2006	1.031.691	128.388	37.249	8.639	49.145	95.033	552,4	68,7	19,9	4,6	26,3	50,9
2007	1.047.824	131.032	38.419	8.868	47.707	94.994	553,4	69,2	20,3	4,7	25,2	50,2
2008	1.077.007	135.936	39.211	9.328	50.113	98.652	568,0	71,7	20,7	4,9	26,4	52,0
2009	1.103.088	138.697	38.469	9.374	51.434	99.277	580,0	72,9	20,2	4,9	27,0	52,2
2010	1.136.947	143.256	43.908	9.448	52.260	105.616	596,0	75,1	23,0	5,0	27,4	55,4
2011	1.170.498	145.842	44.553	9.852	52.198	106.603	608,4	75,8	23,2	5,1	27,1	55,4
Total	29.155.746	3.522.401	995.284	205.890	1.145.908	2.347.082						
Crescimento %												
1980/90	8,9	43,4	42,8	24,4	130,0	72,7	-10,1	18,4	18,0	2,7	89,9	42,6
1990/00	15,8	17,6	1,9	39,9	41,8	24,1	-1,7	-0,2	-13,5	18,8	20,3	5,3
2000/11	23,6	23,2	50,3	45,3	15,1	30,3	9,1	8,7	32,6	28,3	1,6	15,0
1980/11	55,9	107,7	118,8	152,9	275,3	179,3	-3,5	28,5	35,3	56,4	132,1	72,8

Fonte: SIM/SVS/MS

3. Os acidentes de transporte, com acentuada queda na década de 90, pela entrada em vigor do Estatuto do Trânsito em 1997, retoma sua tendência incremental já no ano 2000, com um aumento de 32,6% entre os anos 2000 e 2011. Podemos observar um significativo aumento nos últimos anos - 2009 a 2011, quando as taxas passam de 20,2 para 23,2 mortes por 100 mil habitantes.
4. Os suicídios no país vêm aumentando de forma progressiva e constante: a década de 80 praticamente não teve crescimento (2,7%); na década de 90 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2011, de 28,3%.
5. Durante toda a década de 80 as mortes em acidentes de transporte foram sempre maiores que os homicídios e, em alguns anos, significativamente maiores: em 1980 as mortes no trânsito foram 46,4% maiores que os homicídios, diferencial que em 1996 elevou-se para 47,3%.
6. Já a partir dos anos 90, o diferencial de crescimento entre ambas faz com que os homicídios ultrapassem aceleradamente os óbitos em acidentes de transporte. Assim, já no ano 2000 esse diferencial foi de 52,7% favorável aos homicídios. Essa evolução pode ser visualizada no gráfico 2.1.1.

Gráfico 2.1.1. Evolução as taxas de homicídio e de mortes em acidentes de transporte. Brasil, 1980/2011



Fonte: SIM/SVS/MS

7. Os homicídios, por sua vez, apresentaram um forte crescimento desde o início da série, no ano de 1980, quando a taxa foi de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, até o ano 2003, quando a taxa chega a 28,9 com uma gradiente de 4% de crescimento anual. A partir de 2003, resultante das campanhas de desarmamento e de políticas pontuais em algumas Unidades da Federação de grande peso demográfico, as taxas de homicídio tendem a cair até 2007, ponto de reinício da escalada de violência.

Para analisar a estrutura e especificidades evolutivas da mortalidade na faixa jovem, utilizaremos o seguinte procedimento: dividiremos a população em dois grandes grupos: os *jovens* –15 a 24 anos de idade – e os *não jovens*: aqueles que ainda não chegaram à sua juventude - menos de 15 anos de idade, e aqueles que já passaram da faixa - 25 ou mais anos de idade. Os dados foram sintetizados nas tabelas 2.1.2 a 2.1.4.

- Entre os jovens, apenas 26,8% dos óbitos é atribuível a causas naturais. Na população *não jovem* esse percentual eleva-se para 90,1%.
- Na população *não jovem* 9,9% do total de óbitos correspondem às causas externas. Já entre os jovens, essas causas são responsáveis por 73,2% das mortes.
- Se na população *não jovem* só 3,0% dos óbitos foram homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,3% das mortes.
- Essas são as médias nacionais. Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal, mais da metade do total de mortes juvenis foi provocada por homicídio.
- Acidentes de transporte são responsáveis por mais 20,4% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,7%. Na população *não jovem*, acidentes de transporte originaram 3,0%, e suicídios 0,7%.
- Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (63,4%) das mortes dos jovens brasileiros. Entre os *não jovens*: 6,8%.

Tabela 2.1.2. Estrutura da Mortalidade: Número de Óbitos segundo Causa. População Jovem e Não Jovem.
Brasil, 1980/2011.

Ano	População Não Jovem						População Jovem					
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1+2+3)	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte (1)	Suicídios (2)	Homicídios (3)	Violentas (1+2+3)
1980	718.741	53.304	16.036	2.889	9.583	28.508	31.986	16.908	4.329	1.007	4.327	9.663
1981	717.757	54.246	15.502	2.893	10.532	28.927	32.519	17.587	4.314	1.168	4.681	10.163
1982	709.459	55.834	16.561	2.868	10.928	30.357	32.155	17.626	4.701	1.049	4.622	10.372
1983	738.035	59.301	16.151	3.436	12.217	31.804	33.168	18.707	4.485	1.150	5.191	10.826
1984	774.744	62.175	17.622	3.406	13.624	34.652	35.081	20.211	4.942	1.027	6.143	12.112
1985	752.749	64.705	19.522	3.314	13.265	36.101	35.482	21.140	5.415	941	6.482	12.838
1986	773.052	72.238	23.545	3.296	13.619	40.460	38.504	23.730	6.627	1.016	6.862	14.505
1987	762.276	71.341	22.171	3.696	15.426	41.293	37.345	23.080	5.964	1.005	7.661	14.630
1988	796.995	73.039	22.671	3.548	15.766	41.985	37.343	23.135	5.888	944	7.591	14.423
1989	775.363	75.894	23.188	3.508	18.735	45.431	40.411	26.358	6.235	983	10.022	17.240
1990	778.085	75.392	23.159	3.810	21.035	48.004	39.199	25.264	5.930	1.035	10.954	17.919
1991	765.067	77.043	22.428	4.111	20.658	47.197	38.769	24.980	6.027	1.075	10.092	17.194
1992	790.143	75.554	21.632	4.163	19.240	45.035	37.509	23.576	5.580	1.105	9.195	15.880
1993	838.809	78.953	22.063	4.302	20.428	46.793	39.297	24.798	5.789	1.253	10.182	17.224
1994	846.028	80.493	23.085	4.571	21.273	48.929	41.566	26.799	6.444	1.361	11.330	19.135
1995	850.944	86.479	26.146	5.160	24.526	55.832	42.933	28.409	7.009	1.434	12.603	21.046
1996	865.527	89.919	27.875	5.232	25.708	58.815	43.356	29.237	7.670	1.511	13.186	22.367
1997	859.440	89.374	27.940	5.492	26.237	59.669	44.076	30.176	7.816	1.431	14.270	23.517
1998	887.143	87.293	24.301	5.534	26.666	56.501	44.752	30.397	6.725	1.455	15.284	23.464
1999	893.946	86.240	23.447	5.146	27.149	55.742	44.712	30.654	6.671	1.384	15.765	23.820
2000	900.796	86.298	23.156	5.398	27.859	56.413	45.890	32.099	6.489	1.382	17.501	25.372
2001	915.638	88.680	24.328	6.083	29.808	60.219	45.854	32.274	6.703	1.655	18.135	26.493
2002	934.659	91.866	25.727	6.088	30.488	62.303	48.148	34.684	7.561	1.638	19.207	28.406
2003	954.702	92.252	26.119	6.190	31.312	63.621	47.638	34.405	7.501	1.671	19.731	28.903
2004	977.261	93.700	27.664	6.339	29.775	63.778	46.812	33.770	8.010	1.678	18.599	28.287
2005	961.491	94.639	28.473	6.898	29.584	64.955	45.336	32.994	8.138	1.652	17.994	27.784
2006	986.000	95.317	28.824	6.959	31.072	66.855	45.691	33.071	8.425	1.680	18.073	28.178
2007	1.002.314	97.806	29.644	7.222	30.232	67.098	45.510	33.226	8.775	1.646	17.475	27.896
2008	1.030.853	101.953	30.317	7.545	31.792	69.654	46.154	33.983	8.894	1.783	18.321	28.998
2009	1.056.159	104.656	30.057	7.761	32.924	70.742	46.929	34.041	8.412	1.613	18.510	28.535
2010	1.090.163	108.827	34.320	7.793	33.516	75.629	46.784	34.429	9.588	1.655	18.744	29.987
2011	1.123.578	111.506	34.980	8.104	33.762	76.846	46.920	34.336	9.573	1.748	18.436	29.757
Total	27.827.917	2.636.317	778.654	162.755	738.739	1.680.148	1.327.829	886.084	216.630	43.135	407.169	666.934
Crescimento %												
1980/90	8,3	41,4	44,4	31,9	119,5	68,4	22,6	49,4	37,0	2,8	153,2	85,4
1990/00	15,8	14,5	0,0	41,7	32,4	17,5	17,1	27,1	9,4	33,5	59,8	41,6
2000/11	24,7	29,2	51,1	50,1	21,2	36,2	2,2	7,0	47,5	26,5	5,3	17,3
1980/11	56,3	109,2	118,1	180,5	252,3	169,6	46,7	103,1	121,1	73,6	326,1	207,9

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 2.1.3. Estrutura da Mortalidade: Taxas de Óbitos (por 100mil) segundo Causa.

População Jovem e Não Jovem. Brasil. 1980/2011.

Ano	População Não Jovem					População Jovem				
	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios	Total Óbitos	Causas Externas	Transporte	Suicídios	Homicídios
1980	765,2	56,8	17,1	3,1	10,2	127,5	67,4	17,3	4,0	17,2
1981	749,3	56,6	16,2	3,0	11,0	128,2	69,3	17,0	4,6	18,5
1982	723,4	56,9	16,9	2,9	11,1	125,1	68,6	18,3	4,1	18,0
1983	735,3	59,1	16,1	3,4	12,2	127,4	71,9	17,2	4,4	19,9
1984	754,6	60,6	17,2	3,3	13,3	133,1	76,7	18,8	3,9	23,3
1985	717,2	61,6	18,6	3,2	12,6	133,0	79,2	20,3	3,5	24,3
1986	721,0	67,4	22,0	3,1	12,7	142,6	87,9	24,5	3,8	25,4
1987	696,4	65,2	20,3	3,4	14,1	136,7	84,5	21,8	3,7	28,0
1988	713,9	65,4	20,3	3,2	14,1	135,1	83,7	21,3	3,4	27,5
1989	681,5	66,7	20,4	3,1	16,5	144,6	94,3	22,3	3,5	35,9
1990	671,6	65,1	20,0	3,3	18,2	138,8	89,5	21,0	3,7	38,8
1991	647,0	65,2	19,0	3,5	17,5	135,6	87,4	21,1	3,8	35,3
1992	660,6	63,2	18,1	3,5	16,1	129,0	81,1	19,2	3,8	31,6
1993	686,8	64,6	18,1	3,5	16,7	133,6	84,3	19,7	4,3	34,6
1994	682,9	65,0	18,6	3,7	17,2	139,3	89,8	21,6	4,6	38,0
1995	677,7	68,9	20,8	4,1	19,5	141,9	93,9	23,2	4,7	41,7
1996	687,0	71,4	22,1	4,2	20,4	139,5	94,1	24,7	4,9	42,4
1997	671,3	69,8	21,8	4,3	20,5	139,4	95,5	24,7	4,5	45,1
1998	683,8	67,3	18,7	4,3	20,6	139,6	94,8	21,0	4,5	47,7
1999	680,0	65,6	17,8	3,9	20,7	137,6	94,4	20,5	4,3	48,5
2000	663,7	63,6	17,1	4,0	20,5	134,6	94,2	19,0	4,1	51,4
2001	664,6	64,4	17,7	4,4	21,6	132,5	93,2	19,4	4,8	52,4
2002	669,7	65,8	18,4	4,4	21,8	137,3	98,9	21,6	4,7	54,8
2003	675,4	65,3	18,5	4,4	22,2	134,1	96,8	21,1	4,7	55,5
2004	682,8	65,5	19,3	4,4	20,8	130,1	93,8	22,3	4,7	51,7
2005	653,4	64,3	19,3	4,7	20,1	122,4	89,1	22,0	4,5	48,6
2006	660,8	63,9	19,3	4,7	20,8	121,7	88,1	22,4	4,5	48,1
2007	650,8	63,5	19,2	4,7	19,6	128,9	94,1	24,9	4,7	49,5
2008	665,2	65,8	19,6	4,9	20,5	133,2	98,1	25,7	5,1	52,9
2009	677,4	67,1	19,3	5,0	21,1	136,9	99,3	24,5	4,7	54,0
2010	696,5	69,5	21,9	5,0	21,4	136,7	100,6	28,0	4,8	54,7
2011	711,8	70,6	22,2	5,1	21,4	135,9	99,4	27,7	5,1	53,4
Média	686,8	65,1	19,2	4,0	18,2	134,0	89,4	21,9	4,4	41,1
Crescimento %										
1980/90	-12,2	14,7	17,1	6,9	78,0	8,9	32,7	21,7	-8,7	124,9
1990/00	-1,2	-2,3	-14,6	20,9	13,1	-3,0	5,3	-9,3	10,6	32,4
2000/11	7,2	11,1	29,9	29,1	4,2	0,9	5,6	45,6	24,8	4,0
1980/11	-7,0	24,5	29,8	66,9	109,6	6,6	47,5	60,6	26,1	209,5

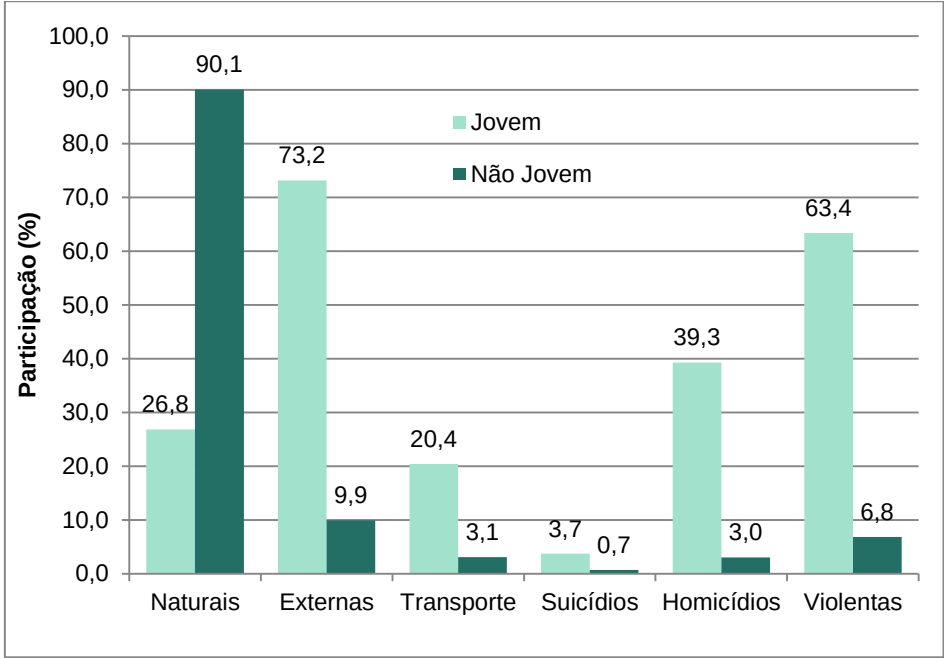
Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 2.1.4. Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das diversas causas por UF e Região
População Jovem e Não Jovem. Brasil. 1980/2011.

UF/REGIÃO	População Jovem							População não jovem						
	Naturais	Externas	Total	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas	Naturais	Externas	Total	Homicídios	Suicídios	Transporte	Violentas
Acre	36,8	63,2	100,0	21,4	3,8	25,8	51,1	87,5	12,5	100,0	4,2	1,1	4,0	9,3
Amazonas	28,2	71,8	100,0	15,0	6,3	41,7	63,1	85,4	14,6	100,0	5,4	1,0	5,3	11,7
Amapá	27,4	72,6	100,0	10,1	6,2	48,4	64,7	86,7	13,3	100,0	3,4	0,9	5,8	10,2
Pará	28,3	71,7	100,0	13,1	2,0	49,2	64,3	86,6	13,4	100,0	3,8	0,6	6,3	10,7
Rondônia	25,4	74,6	100,0	30,0	4,6	30,3	64,9	82,8	17,2	100,0	7,6	0,9	5,1	13,6
Roraima	33,6	66,4	100,0	21,0	12,6	21,8	55,5	81,3	18,7	100,0	7,7	1,3	4,7	13,7
Tocantins	31,7	68,3	100,0	29,6	5,3	26,1	61,1	84,6	15,4	100,0	7,0	1,1	4,0	12,1
NORTE	28,6	71,4	100,0	15,7	4,0	43,8	63,4	85,9	14,1	100,0	4,6	0,8	5,7	11,1
Alagoas	16,9	83,1	100,0	11,2	1,6	66,2	79,0	85,8	14,2	100,0	4,1	0,5	7,7	12,3
Bahia	22,9	77,1	100,0	11,7	1,4	51,9	65,0	88,1	11,9	100,0	3,1	0,5	4,5	8,0
Ceará	22,5	77,5	100,0	19,6	5,0	44,5	69,0	88,0	12,0	100,0	3,9	0,9	3,7	8,5
Maranhão	35,5	64,5	100,0	23,0	3,4	30,6	57,0	88,5	11,5	100,0	4,4	0,6	4,2	9,2
Paraíba	23,1	76,9	100,0	15,1	2,8	53,6	71,5	90,6	9,4	100,0	2,7	0,6	4,3	7,6
Pernambuco	24,7	75,3	100,0	16,3	2,5	48,7	67,5	89,5	10,5	100,0	2,9	0,4	3,9	7,2
Piauí	36,3	63,7	100,0	33,2	5,7	17,9	56,8	90,0	10,0	100,0	4,8	1,1	1,9	7,8
Rio Grande do Norte	22,4	77,6	100,0	12,9	4,0	50,1	67,0	89,6	10,4	100,0	3,0	0,8	3,7	7,5
Sergipe	25,3	74,7	100,0	25,1	4,6	40,5	70,2	87,8	12,2	100,0	3,9	0,9	4,5	9,4
NORDESTE	24,6	75,4	100,0	16,7	2,9	47,3	66,9	88,6	11,4	100,0	3,5	0,6	4,2	8,3
Espírito Santo	15,6	84,4	100,0	18,9	1,0	58,8	78,6	86,2	13,8	100,0	4,6	0,8	4,7	10,0
Minas Gerais	26,0	74,0	100,0	24,3	5,1	35,3	64,8	90,6	9,4	100,0	3,2	0,9	2,3	6,4
Rio de Janeiro	29,2	70,8	100,0	14,3	1,6	38,8	54,7	91,0	9,0	100,0	1,8	0,3	2,5	4,6
São Paulo	36,7	63,3	100,0	24,2	5,0	20,4	49,6	92,6	7,4	100,0	2,3	0,6	1,6	4,5
SUDESTE	30,5	69,5	100,0	21,5	3,9	31,6	57,0	91,5	8,5	100,0	2,5	0,6	2,1	5,2
Paraná	20,3	79,7	100,0	27,1	3,3	41,7	72,2	89,3	10,7	100,0	4,0	0,8	3,3	8,0
Rio Grande do Sul	29,5	70,5	100,0	21,7	7,0	32,3	61,0	92,7	7,3	100,0	2,1	1,2	1,8	5,1
Santa Catarina	23,7	76,3	100,0	41,9	5,4	20,7	68,0	90,3	9,7	100,0	4,4	1,3	1,6	7,3
SUL	24,0	76,0	100,0	28,3	4,9	34,4	67,7	91,0	9,0	100,0	3,2	1,0	2,3	6,6
Distrito Federal	24,3	75,7	100,0	16,4	2,3	52,1	70,8	87,7	12,3	100,0	4,0	0,7	4,5	9,2
Goiás	20,4	79,6	100,0	22,9	3,4	45,8	72,1	86,7	13,3	100,0	4,9	0,9	4,8	10,6
Mato Grosso do Sul	26,5	73,5	100,0	28,4	3,3	32,8	64,6	84,7	15,3	100,0	6,0	0,9	4,9	11,8
Mato Grosso	20,4	79,6	100,0	31,0	8,8	29,9	69,7	87,1	12,9	100,0	4,9	1,1	3,5	9,6
CENTRO OESTE	22,5	77,5	100,0	24,3	4,0	41,5	69,8	86,6	13,4	100,0	4,9	0,9	4,5	10,4
BRASIL	26,8	73,2	100,0	20,4	3,7	39,3	63,4	90,1	9,9	100,0	3,1	0,7	3,0	6,8

Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 2.1.2. Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

2.2. Significação dos quantitativos.

São números tão altos que torna-se difícil, ou quase impossível, elaborar uma imagem mental, uma representação de sua magnitude e significação. Para isso, deveremos recorrer a outros indicadores, tentando dar uma ideia, uma aproximação do que esses números representam.

Em primeiro lugar, as vítimas diretas nos conflitos armados que assolaram o mundo nestes últimos anos.

Recentemente, foi publicado o Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada¹¹. Tomando como base fontes consideradas altamente confiáveis, o Relatório elabora um quadro de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, acontecidos entre os anos 2004 e 2007. Esses dados encontram-se sintetizados na tabela 2.2.1.

¹¹ Geneva Declaration. *Global Burden of Armed Violence*. Geneva Declaration Secretariat, Geneva, 2008.

Tabela 2.2.1. Mortes diretas em conflitos armados no mundo. 2004/2007							
Conflitos armados	2004	2005	2006	2007	Total Mortes	% do Total	Taxas* médias
Iraque	9.803	15.788	26.910	23.765	76.266	36,6	64,9
Sudão	7.284	1.098	2.603	1.734	12.719	6,1	8,8
Afganistão	917	1.000	4.000	6.500	12.417	6,0	9,9
Colômbia	2.988	3.092	2.141	3.612	11.833	5,7	6,4
Rep. Dem. do Congo	3.500	3.750	746	1.351	9.347	4,5	4,1
Sri Lanka	109	330	4.126	4.500	9.065	4,4	10,8
Índia	2.642	2.519	1.559	1.713	8.433	4,0	0,2
Somália	760	285	879	6.500	8.424	4,0	24,4
Nepal	3.407	2.950	792	137	7.286	3,5	6,8
Paquistão	863	648	1.471	3.599	6.581	3,2	1,0
Índia/Paquistão (Caxemira)	1.511	1.552	1.116	777	4.956	2,4	
Israel/Terr. Palestinos	899	226	673	449	2.247	1,1	8,3
Total de 12 conflitos	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574	81,4	11,1
Restantes 50 conflitos	11.388	9.252	8.862	9.273	38.775	18,6	
Total (62 conflitos)	46.071	42.490	55.878	63.910	208.349	100,0	

*taxa anual por 100mil habitantes.

Fonte: Global Burden of Armed Violence.

Os 12 maiores conflitos — que ocasionaram 81,4% do total de mortes diretas no total dos 62 conflitos — vitimaram 169.574 pessoas nos quatro anos computados.

No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas foram contabilizados, nos últimos quatro anos disponíveis – 2008 a 2011 – um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior aos **12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007**. Mais ainda, esse número de homicídios resulta quase idêntico ao total de mortes diretas **nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349**.

E essas magnitudes não podem ser atribuídas, como muitas vezes se faz, ao gigantismo, às *dimensões continentais* do Brasil. Países com número de habitantes semelhante ao do Brasil, como o Paquistão, com 185 mi habitantes, têm números e taxas bem menores que os nossos. E sem falar da Índia, que possui 1.214 mi de habitantes e taxas de homicídios muito inferiores às do Brasil.

O Brasil, com sua taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, supera largamente os índices dos 12 países mais populosos do mundo. Só o México se aproxima: sua taxa foi de 22.1.

Tabela 2.2.2. Número e Taxas de Homicídio (por 100mil) nos 12 países mais populosos do mundo.					
País.	Ano	População (milhões)	Homicídios		Fonte
			Número	Taxa (por 100mil)	
China	2010	1.339,20	13.410	1,0	Unodc
Índia	2010	1.184,60	41.726	3,4	Unodc
USA	2010	301,6	16.129	5,3	Whosis
Indonésia	2008	234,2	18.963	8,1	Unodc
Brasil	2010	190,8	52.260	27,4	SIM/MS
Paquistão	2010	170,3	13.208	7,6	Unodc
Nigéria	2008	164,4	18.422	12,2	Unodc
Bangladesh	2010	158,3	3.988	2,7	Unodc
Rússia	2010	142,5	18.951	13,3	Whosis
Japão	2011	125,8	415	0,3	Whosis
México	2011	112,5	24.829	22,1	Whosis
Filipinas	2008	96,1	12.523	13,0	Whosis

Fontes:

SIM/MS: Sistema de Informações de Mortalidade/MS

Unodc: United Nations Office on Drugs and Crime

Whosis: Sistema de Estatísticas da OMS

Em outubro de 1992 acontecia o Massacre do Carandiru, como ficou conhecida a morte de 111 detentos em uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, presídio invadido e rebelião reprimida pela Polícia Militar do estado.

O Brasil de 2011 registrou 52.198 vítimas de homicídio. Isso representa 143 homicídios a cada dia desse ano. Bem mais que um Carandiru diário. Aproximadamente, um Carandiru a cada 19 horas.

Pouco tempo depois, em julho de 1993 aconteceria a Chacina da Candelária, quando policiais abriram fogo contra um grande número de crianças que dormiam no entorno da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Morrerem oito crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos de idade. No Brasil de 2011 o SIM registrou 18.436 jovens assassinados: 51 a cada dia do ano. Isto é, acima de oito Chacinas da Candelária diária.

3. HOMICÍDIOS NAS UF

Neste capítulo analisaremos a estruturação da violência homicida no Brasil, focando a situação e a evolução nas Unidades da Federação, nas grandes regiões e no país como um todo.

3.1. UF: Homicídios na População Total.

Em primeiro lugar, destacaremos a dinâmica da violência homicida no conjunto da população das Unidades da Federação no período 2001/2011, para verificar sua evolução temporal e sua distribuição geográfica e etária no território nacional.

Os dados do período 2001/2011 evidenciam uma relativa estabilização nos níveis de violência homicida no país, que contrasta com o histórico das décadas anteriores.

A partir dos anos 80, como verificamos no capítulo anterior, observa-se um acelerado aumento dos assassinatos no país, crescimento concentrado em um limitado número de grandes metrópoles. Já na virada de século, os índices tendem a se estabilizar: se o número de homicídios passa de 49,9 mil em 2001 para 52,2 mil em 2011, o aumento populacional mais que compensou esse incremento. Observando as taxas nacionais - tabela 3.1.2 - verificamos que, considerando o crescimento da população do país, houve até um leve decréscimo de 2,4%: de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2001, cai para 27,1 em 2011.

Mas essa aparente estabilidade não deixa de ter elementos paradoxais. Em primeiro lugar, não acontece de forma linear ao longo do período, nem de forma homogênea nas diversas áreas do país. Pela tabela 3.1.2, pelo Gráfico 3.1.1 e pelos dados do capítulo anterior é possível verificar que:

- A espiral de violência homicida iniciada nos anos 80 continua de forma sistemática até o ano 2003. Já em 2004, a tendência se reverte, quando os índices de homicídio caem 6,4% em relação a 2003 e 4,4% em 2005. Essas quedas – como veremos mais adiante – podem ser atribuídas às políticas de desarmamento desenvolvidas a partir de 2003, mas também a diversas estratégias específicas de segurança em algumas Unidades da Federação que, na virada do século ostentavam, elevados índices de violência.
- A partir dessas quedas e flutuações, que acontecem até 2007, as taxas tendem a se estabilizar, e inclusive apresentam um leve crescimento. Mas o grande problema é que essa estabilização acontece em patamares extremamente elevados de violência: em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes.
- No período 2001/2011, a única região do país que apresenta declínio em suas taxas – e de forma expressiva - é a Sudeste, onde os índices praticamente caem pela metade devido às quedas que acontecem em São Paulo, desde 1999, e no Rio de

Janeiro, a partir de 2003. Em compensação, em Minas Gerais as taxas crescem significativamente.

Tabela 3.1.1. Número de Homicídios na População Total por UF e Região. Brasil. 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	122	151	135	115	125	155	133	133	152	165	168	37,7
Amapá	184	181	190	173	196	203	171	211	191	258	208	13,0
Amazonas	483	512	561	523	598	697	711	827	915	1.076	1.289	166,9
Pará	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	2.868	2.997	3.540	3.078	222,3
Rondônia	565	606	559	562	552	589	435	480	536	544	447	-20,9
Roraima	107	121	106	83	94	110	116	105	117	123	95	-11,2
Tocantins	223	180	225	205	202	236	224	232	284	313	357	60,1
Norte	2.639	2.937	3.159	3.183	3.693	4.063	3.994	4.856	5.192	6.019	5.642	113,8
Alagoas	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	1.887	1.872	2.086	2.268	171,3
Bahia	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	4.765	5.383	5.763	5.451	245,2
Ceará	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	2.031	2.168	2.692	2.788	114,8
Maranhão	536	576	762	696	903	925	1.092	1.243	1.387	1.493	1.573	193,5
Paraíba	490	608	620	659	740	819	861	1.021	1.269	1.457	1.619	230,4
Pernambuco	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	4.431	3.954	3.445	3.464	-26,3
Piauí	279	315	316	347	386	437	406	387	398	430	461	65,2
Rio Grande do Norte	316	301	409	342	408	450	594	720	791	815	1.042	229,7
Sergipe	532	549	473	464	492	597	526	574	663	690	739	38,9
Nordeste	10.563	10.947	11.848	11.546	12.962	14.394	15.428	17.059	17.885	18.871	19.405	83,7
Espírito Santo	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	1.948	1.996	1.794	1.681	14,2
Minas Gerais	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	3.869	3.714	3.627	4.235	80,7
Rio de Janeiro	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	5.395	5.074	5.267	4.567	-37,9
São Paulo	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	6.118	6.326	5.806	5.629	-64,2
Sudeste	26.913	27.431	27.205	24.478	21.633	21.217	18.535	17.330	17.110	16.494	16.112	-40,1
Paraná	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	3.453	3.695	3.606	3.331	63,4
Rio Grande do Sul	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	2.367	2.229	2.064	2.057	11,3
Santa Catarina	460	572	653	632	616	656	632	789	800	812	797	73,3
Sul	4.347	4.704	5.078	5.408	5.612	5.715	5.918	6.609	6.724	6.482	6.185	42,3
Distrito Federal	774	744	856	815	745	769	815	873	1.005	882	977	26,2
Goiás	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	1.754	1.792	1.896	2.214	100,9
Mato Grosso	986	963	929	867	907	899	892	942	999	978	995	0,9
Mato Grosso do Sul	619	694	709	650	628	678	699	690	727	638	668	7,9
Centro-Oeste	3.481	3.676	3.753	3.759	3.678	3.756	3.832	4.259	4.523	4.394	4.854	39,4
BRASIL	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	50.113	51.434	52.260	52.198	8,9

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 3.1.2. Taxas de Homicídio na População Total (por 100mil) por UF e Região. Brasil. 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	22,0	23,3	22,5	6,0
Amapá	36,9	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	34,4	30,5	40,2	30,4	-17,6
Amazonas	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	24,8	27,0	31,5	36,4	118,7
Pará	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,3	47,5	40,0	165,8
Rondônia	40,1	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	32,1	35,6	35,6	28,4	-29,3
Roraima	31,7	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	25,4	27,8	28,5	20,6	-34,9
Tocantins	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	22,0	23,5	25,5	35,4
Norte	19,9	21,7	22,9	22,6	25,1	27,0	26,0	32,1	33,8	38,8	35,1	75,9
Alagoas	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,3	66,8	72,2	146,5
Bahia	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	36,8	40,4	38,7	223,6
Ceará	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	25,4	31,9	32,7	90,1
Maranhão	9,4	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	19,7	21,8	23,2	23,7	153,1
Paraíba	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,7	38,8	42,7	202,3
Pernambuco	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	44,9	39,3	39,1	-33,4
Piauí	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,7	13,8	14,7	51,2
Rio Grande do Norte	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	26,0	32,6	190,2
Sergipe	29,3	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	32,8	33,9	35,4	20,8
Nordeste	21,9	22,4	24,0	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,4	35,5	36,3	66,0
Espírito Santo	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,2	51,5	47,4	1,6
Minas Gerais	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	18,5	18,4	21,5	66,0
Rio de Janeiro	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	31,7	33,1	28,3	-43,9
São Paulo	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	15,3	14,1	13,5	-67,7
Sudeste	36,6	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	23,0	21,6	21,1	20,5	19,9	-45,7
Paraná	21,0	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	32,6	34,6	34,3	31,7	50,7
Rio Grande do Sul	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	20,4	19,2	19,2	6,9
Santa Catarina	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	13,0	13,1	13,2	12,6	49,4
Sul	17,1	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	21,4	24,0	24,3	23,6	22,4	31,4
Distrito Federal	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,4	37,4	1,4
Goiás	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30,0	30,2	32,0	36,4	69,0
Mato Grosso	38,5	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	33,3	32,6	32,3	-16,0
Mato Grosso do Sul	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	29,5	30,8	26,7	27,0	-8,0
Centro-Oeste	29,3	30,4	30,5	30,0	28,2	28,3	28,4	31,1	32,6	31,7	34,1	16,4
BRASIL	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	-2,4

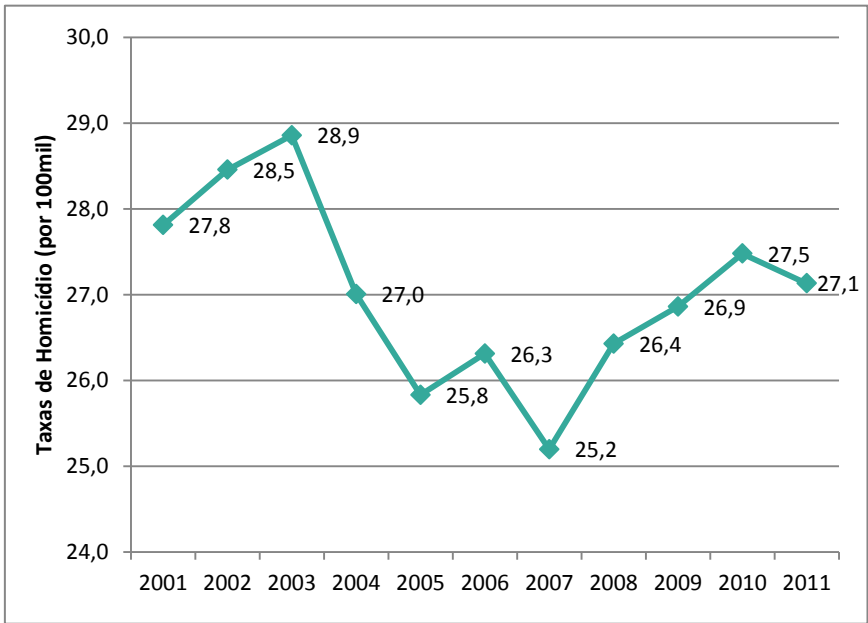
Fonte: SIM/SVS/MS

- Nas restantes regiões do país, as taxas cresceram com ritmos relativamente acelerados principalmente no Norte, onde o aumento no período foi de 75,9%, puxado pelo acelerado crescimento do Pará e do Amazonas. Também no Nordeste, onde os números crescem em todas as Unidades, salvo em Pernambuco.
- Se as médias de crescimento nas regiões Sul e Centro-Oeste resultam moderadas, estados como Paraná e Santa Catarina, na primeira, e Goiás na segunda, mostram aumentos preocupantes.
- Falávamos, em estudos anteriores, que essa estagnação ou leve aumento nas taxas, acontecida desde 2004, é preocupante. Em primeiro lugar, porque acontece com níveis de violência em patamares muito elevados – em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes. Em segundo, por ser resultante de uma situação de alto risco: em

alguns anos prevalece o peso dos *estados em baixa*, cuja capacidade de continuar diminuindo os níveis estruturais de violência está tendendo a se esgotar; em outros, a dos *estados em baixa*, cujo crescimento não apresenta sinais de arrefecer.

- Vemos assim que a dinâmica da década não foi determinada exclusivamente por uma região ou área específica¹². A violência foi se espalhando ao longo do país, com padrões que podem ser identificados na tabela 3.1.3. Observados os dados, vemos que as 10 Unidades da Federação que no ano 2001 tinham as maiores taxas de homicídio do país apresentam quedas ao longo do período que, em alguns casos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, chegam a ser bem expressivas¹³. Devemos excetuar os casos de Espírito Santo e Distrito Federal que, apesar de terem elevados índices em 2001, tiveram ainda um leve aumento entre anos considerados.

Gráfico 3.1.1. Taxas de Homicídio (por 100mil). Brasil. 2001/2011



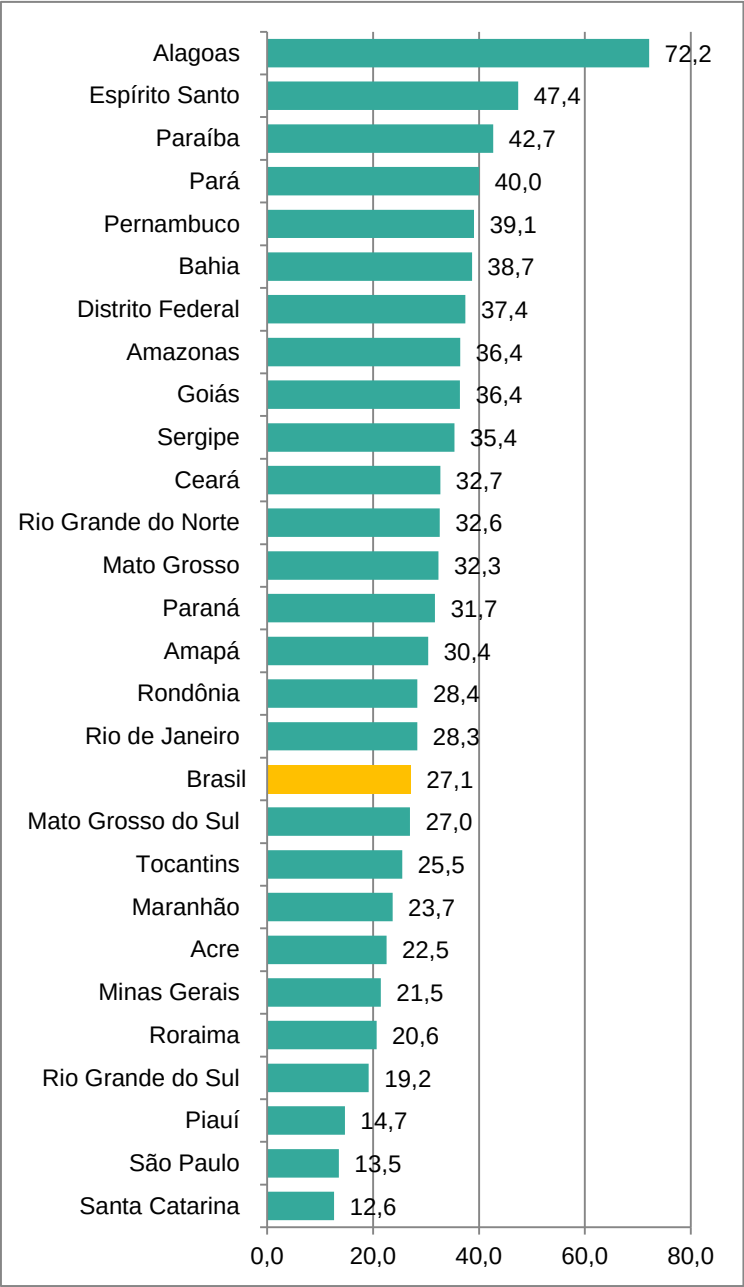
Fonte: SIM/SVS/MS

- Não só Alagoas, também Goiás, Acre, Paraná, Ceará, Amazonas, Pará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão, dentre outros, observam suas taxas subirem de forma acentuada e descontrolada, afetando decididamente as condições da seguridade cidadã imperantes.

¹² Chegou-se a falar, na mídia nacional, da “nordestinização” da violência.

¹³ Esses estados foram destacados com fundo azul na tabela 3.1.3.

Gráfico 3.1.2. Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total das UF. Brasil. 2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

- Já nas 17 Unidades que no ano 2001 apresentavam os menores índices de homicídio, em todas, sem exceção, as taxas cresceram no período. Esse crescimento foi muito elevado e preocupante; em alguns casos, como Alagoas, de uma posição intermediária em 2001, passa à liderança nacional com uma taxa de 72,2 homicídios por 100 mil habitantes.

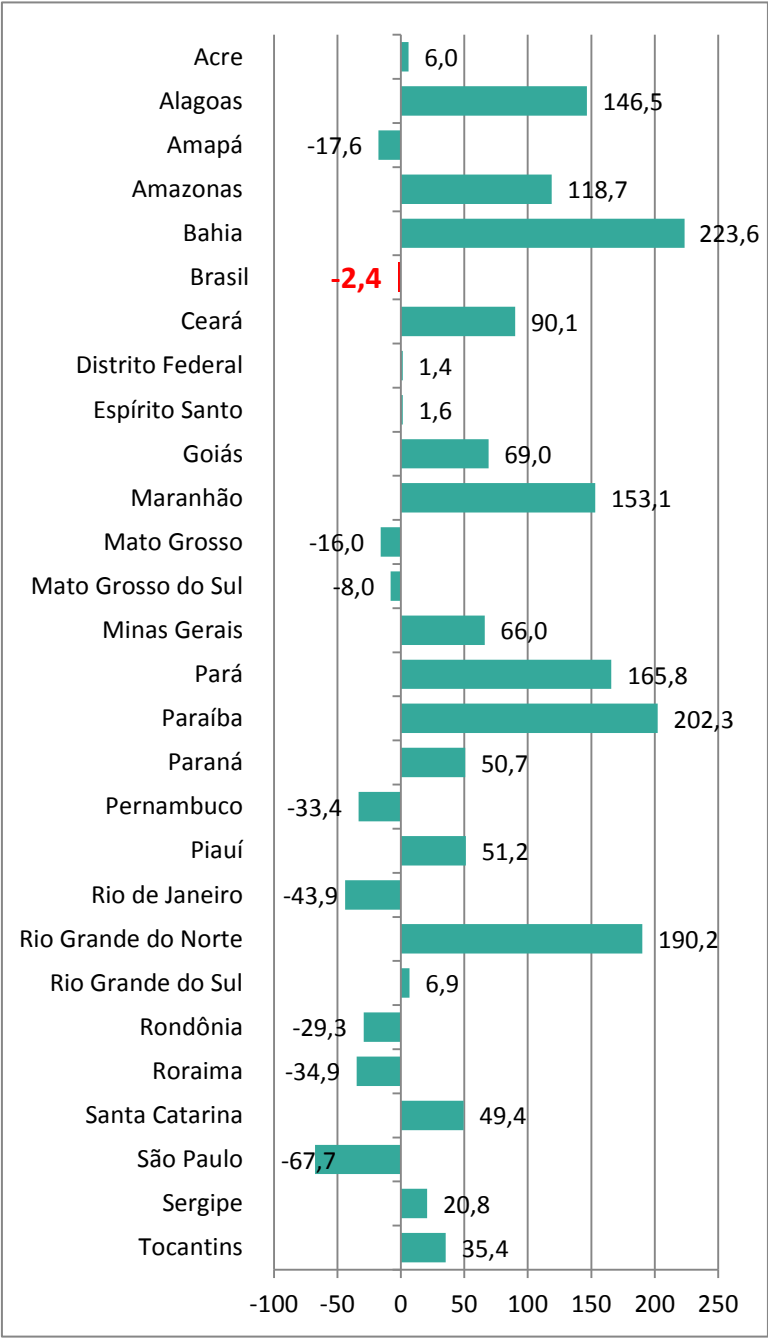
Tabela 3.1.3. Evolução das Taxas de Homicídio (por 100mil habitantes) na População Total das UF. Brasil. 2001-2010-2011								
UF/REGIÃO	Taxas de Homicídio (por 100mil)						Δ%	
	2001		2010		2011		2010/ 2011	2001/ 2011
	Taxa	Pos	Taxa	Pos	Taxa	Pos		
Alagoas	29,3	12º	66,8	1º	72,2	1º	8,1	146,5
Espírito Santo	46,7	3º	51,5	2º	47,4	2º	-8,0	1,6
Paraíba	14,1	21º	38,8	7º	42,7	3º	10,0	202,3
Pará	15,1	20º	47,5	3º	40,0	4º	-15,7	165,8
Pernambuco	58,7	1º	39,3	6º	39,1	5º	-0,6	-33,4
Bahia	11,9	23º	40,4	4º	38,7	6º	-4,3	223,6
Distrito Federal	36,9	7º	34,4	9º	37,4	7º	8,8	1,4
Amazonas	16,7	19º	31,5	16º	36,4	8º	15,5	118,7
Goiás	21,5	13º	32,0	14º	36,4	9º	13,8	69,0
Sergipe	29,3	11º	33,9	11º	35,4	10º	4,2	20,8
Ceará	17,2	18º	31,9	15º	32,7	11º	2,6	90,1
Rio Grande do Norte	11,2	24º	26,0	19º	32,6	12º	25,4	190,2
Mato Grosso	38,5	6º	32,6	13º	32,3	13º	-0,9	-16,0
Paraná	21,0	15º	34,3	10º	31,7	14º	-7,6	50,7
Amapá	36,9	8º	40,2	5º	30,4	15º	-24,4	-17,6
Rondônia	40,1	5º	35,6	8º	28,4	16º	-20,4	-29,3
Rio de Janeiro	50,5	2º	33,1	12º	28,3	17º	-14,3	-43,9
Mato Grosso do Sul	29,3	10º	26,7	18º	27,0	18º	1,1	-8,0
Tocantins	18,8	16º	23,5	20º	25,5	19º	8,4	35,4
Maranhão	9,4	26º	23,2	22º	23,7	20º	2,1	153,1
Acre	21,2	14º	23,3	21º	22,5	21º	-3,6	6,0
Minas Gerais	12,9	22º	18,4	24º	21,5	22º	16,7	66,0
Roraima	31,7	9º	28,5	17º	20,6	23º	-27,6	-34,9
Rio Grande do Sul	17,9	17º	19,2	23º	19,2	24º	0,0	6,9
Piauí	9,7	25º	13,8	26º	14,7	25º	6,5	51,2
São Paulo	41,8	4º	14,1	25º	13,5	26º	-4,1	-67,7
Santa Catarina	8,4	27º	13,2	27º	12,6	27º	-4,4	49,4

Fonte: SIM/SVS/MS

Os Gráficos a seguir permitem verificar o crescimento percentual – positivo ou negativo - das taxas de homicídio na população total.

Crescimento das taxas **2001/2011**:

Gráfico 3.1.3. Crescimento % das Taxas de Homicídio na População Total das UF entre 2001 e 2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

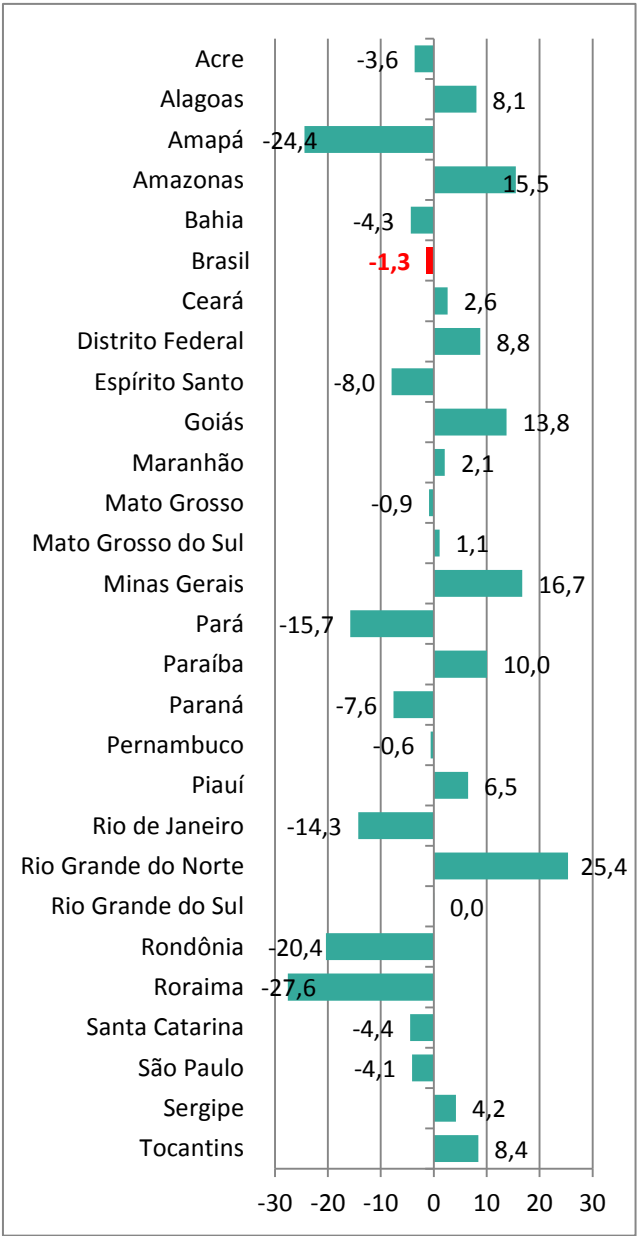
- Como apontado anteriormente, comparando os anos 2001 e 2011 verifica-se que as taxas caem num reduzido número de Unidades da Federação, aquelas que apresentavam as maiores taxas no início do período. Em casos extremos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, as taxas despencam 67,7% e 43,9% respectivamente.
- Já na totalidade das 17 UF com as menores taxas no ano 2001, os índices crescem. Também aqui temos casos extremos, como os da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde as taxas de homicídio praticamente triplicam nesse período.
- Mas como as quedas acontecem em Unidades Federativas de grande peso demográfico, como São Paulo e Rio de Janeiro, compensam os aumentos registrados nesse grande número de estados. Dessa forma, a taxa inicial de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes é bem semelhante a da observada em 2011: 27,1.

Crescimento das taxas 2010/2011:

Entre 2010 e 2011 a evolução é bem mais matizada.

- Em 13 estados as taxas aumentam, e no mesmo número de estados diminuem. Só Rio Grande do Sul permanece com suas taxas inalteradas.
- Também a taxa nacional permanece praticamente idêntica: 27,5 por 100 mil habitantes no ano 2010, e 27,1 no ano de 2011: uma leve queda de 1,3%.
- Não se detecta um padrão evolutivo muito definido, aparecendo mais como oscilações dentro do mesmo padrão vigente desde meados da década do que uma mudança de percurso: uma situação de equilíbrio instável dentro de um processo de desconcentração e espalhamento nacional da violência.
- Ratificando essa tendência, temos que nas oito Unidades da Federação com quedas na década: Amapá, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo e Mato Grosso do Sul, as taxas no final do período (2010/2011) continuam caindo, salvo Mato Grosso do Sul, que evidencia um leve aumento - 1,1%.
- Das 19 Unidades cujas taxas cresceram na década, em seis observam-se quedas; em 12, aumentos; e em uma Unidade, Rio Grande do Sul, as taxas entre 2010 e 2011 permanecem idênticas.

Gráfico 3.1.4. Crescimento % das Taxas de Homicídio na População Total das UF entre 2010 e 2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

3.2. UF: Homicídios na População Jovem.

As tabelas e gráficos a seguir permitem verificar a evolução dos números e das taxas de homicídios jovens do Brasil

Em primeiro lugar, podemos observar que o número de homicídios juvenis não é proporcional ao peso demográfico desse grupo. Apesar de os jovens representarem

aproximadamente 18% da população total, o número de assassinatos nessa faixa gira em torno de 36% do total, praticamente o dobro do que seria esperado em função de seu peso.

Tabela 3.2.1. Número de Homicídios na População Jovem por UF e Região. Brasil. 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	50	68	56	51	42	61	37	44	48	50	47	-6,0
Amapá	90	94	104	91	95	90	86	94	74	115	86	-4,4
Amazonas	201	218	255	211	245	299	290	319	348	420	531	164,2
Pará	361	423	521	546	733	746	830	1.086	1.161	1.323	1.199	232,1
Rondônia	150	174	151	184	158	163	134	137	157	146	119	-20,7
Roraima	40	51	33	33	22	35	35	15	36	37	26	-35,0
Tocantins	60	57	61	65	57	78	61	83	76	101	98	63,3
Norte	952	1.085	1.181	1.181	1.352	1.472	1.473	1.778	1.900	2.192	2.106	121,2
Alagoas	336	386	431	456	491	694	763	772	760	907	950	182,7
Bahia	591	685	874	854	1.107	1.291	1.405	2.004	2.369	2.408	2.197	271,7
Ceará	442	480	495	551	614	647	735	776	835	1.049	1.105	150,0
Maranhão	208	194	259	252	322	337	394	455	496	505	480	130,8
Paraíba	198	231	216	232	271	296	318	368	485	551	621	213,6
Pernambuco	1.938	1.759	1.808	1.743	1.810	1.807	1.832	1.776	1.554	1.345	1.302	-32,8
Piauí	94	126	113	134	147	168	126	125	148	127	140	48,9
Rio Grande do Norte	99	99	137	116	165	147	211	281	309	316	409	313,1
Sergipe	195	212	180	147	156	219	188	185	207	216	231	18,5
Nordeste	4.101	4.172	4.513	4.485	5.083	5.606	5.972	6.742	7.163	7.424	7.435	81,3
Espírito Santo	558	681	639	645	645	671	684	754	809	736	729	30,6
Minas Gerais	872	1.120	1.550	1.743	1.715	1.635	1.607	1.477	1.405	1.354	1.548	77,5
Rio de Janeiro	2.746	3.184	2.983	2.812	2.704	2.652	2.310	1.933	1.661	1.753	1.505	-45,2
São Paulo	6.242	5.991	5.707	4.295	3.036	2.621	1.846	1.747	1.646	1.520	1.423	-77,2
Sudeste	10.418	10.976	10.879	9.495	8.100	7.579	6.447	5.911	5.521	5.363	5.205	-50,0
Paraná	690	849	947	1.144	1.202	1.204	1.261	1.388	1.426	1.329	1.186	71,9
Rio Grande do Sul	604	664	626	716	697	641	751	737	683	620	628	4,0
Santa Catarina	139	177	218	201	220	230	229	276	271	261	250	79,9
Sul	1.433	1.690	1.791	2.061	2.119	2.075	2.241	2.401	2.380	2.210	2.064	44,0
Distrito Federal	369	356	407	374	331	303	342	366	411	356	384	4,1
Goiás	396	438	440	529	532	534	520	613	578	710	761	92,2
Mato Grosso	289	280	276	252	269	298	249	267	307	298	290	0,3
Mato Grosso do Sul	177	210	244	222	208	206	231	243	250	191	191	7,9
Centro-Oeste	1.231	1.284	1.367	1.377	1.340	1.341	1.342	1.489	1.546	1.555	1.626	32,1
BRASIL	18.135	19.207	19.731	18.599	17.994	18.073	17.475	18.321	18.510	18.744	18.436	1,7

Fonte: SIM/SVS/MS

Pelos dados da tabela 3.2.1 verificamos que no período 2001 a 2011 morreram vítimas de assassinatos um total de 203.225 jovens e que, nos anos extremos, os números são muito semelhantes: pouco mais de 18 mil assassinatos. Por esse motivo, o crescimento decenal do número de homicídios foi praticamente nulo: 1,7%. Essa aparente

estabilidade está a encobrir significativas mudanças na distribuição geográfica. Estados e regiões que apresentam fortes quedas, como as de São Paulo e Rio de Janeiro, onde os números diminuem: 76,2% e 44,0% respectivamente. Outros estados, como Rio Grande do Norte, mais que quadruplicam o número de vítimas juvenis, ou como Pará, Bahia e Maranhão, onde os números mais que duplicam no período.

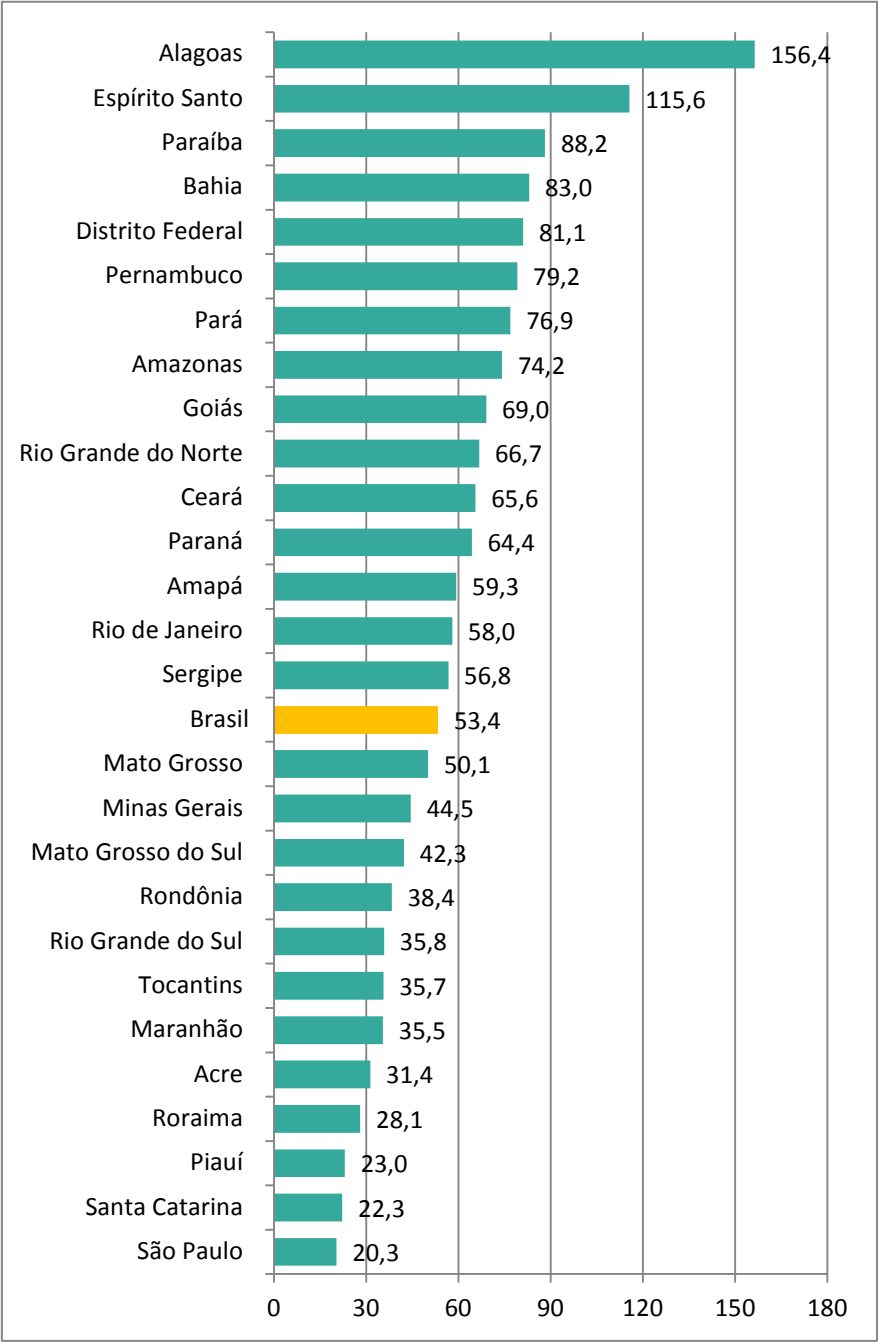
A taxa de homicídios jovens do país em 2011: 53,4 por 100 mil jovens, praticamente duplica a taxa total do país, que nesse ano foi de 27,1. Isso, na média nacional. Estados como Alagoas triplicam essa média nacional, ou Espírito Santo mais que duplica.

Tabela 3.2.2. Taxas de Homicídio de Jovens (por 100mil) por UF e Região. Brasil. 2001/2011												
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	39,3	52,3	42,1	37,5	28,3	40,1	25,3	31,7	34,5	33,9	31,4	-20,2
Amapá	80,6	81,2	86,8	73,4	71,3	65,2	63,2	72,5	56,4	81,1	59,3	-26,4
Amazonas	31,2	33,1	37,9	30,6	34,1	40,6	40,7	46,0	49,9	59,6	74,2	138,0
Pará	26,0	29,9	36,2	37,3	48,0	47,9	54,3	71,3	76,1	86,1	76,9	195,9
Rondônia	50,0	57,0	48,6	58,3	48,2	48,9	41,2	45,5	52,6	47,5	38,4	-23,2
Roraima	55,0	68,2	42,8	41,6	26,0	40,2	41,2	18,1	43,1	40,8	28,1	-48,9
Tocantins	23,5	21,9	22,9	24,0	20,1	26,9	21,6	31,7	29,3	37,2	35,7	51,9
Norte	32,8	36,7	39,1	38,3	42,0	44,7	45,8	56,8	60,6	68,5	64,9	97,6
Alagoas	54,8	62,2	68,8	72,0	75,8	106,0	122,9	125,3	124,9	150,4	156,4	185,6
Bahia	20,2	23,2	29,3	28,4	36,1	41,7	49,3	70,7	85,7	91,5	83,0	311,8
Ceará	28,9	31,0	31,5	34,6	37,4	38,9	43,1	45,5	49,1	62,8	65,6	126,7
Maranhão	16,3	15,0	19,8	19,1	23,7	24,5	28,6	33,6	37,2	37,7	35,5	117,1
Paraíba	27,6	32,0	29,7	31,7	36,4	39,5	43,2	49,8	66,6	78,8	88,2	219,4
Pernambuco	116,1	104,4	106,3	101,5	103,2	101,9	108,8	106,1	94,1	82,5	79,2	-31,8
Piauí	15,0	19,9	17,7	20,8	22,4	25,3	19,4	19,5	23,6	21,1	23,0	53,9
Rio Grande do Norte	17,2	16,9	23,1	19,4	26,8	23,6	34,0	46,0	51,2	52,1	66,7	289,0
Sergipe	50,1	53,7	44,9	36,1	37,1	51,2	46,0	47,2	53,6	53,6	56,8	13,2
Nordeste	39,7	40,0	42,8	42,1	46,6	50,8	56,1	63,8	68,8	72,9	72,4	82,3
Espírito Santo	86,3	103,7	95,9	95,4	92,3	94,4	103,9	120,0	131,0	117,8	115,6	34,0
Minas Gerais	24,2	30,7	42,0	46,7	44,8	42,2	44,5	41,6	40,0	39,2	44,5	83,9
Rio de Janeiro	103,7	118,9	110,2	102,8	96,6	93,6	91,1	76,9	66,5	68,1	58,0	-44,0
São Paulo	85,6	81,0	76,0	56,4	38,7	32,9	25,7	25,3	24,2	21,9	20,3	-76,2
Sudeste	73,4	76,3	74,7	64,4	53,4	49,3	46,1	43,5	41,1	39,5	38,0	-48,2
Paraná	37,4	45,5	50,1	59,9	61,4	60,7	66,2	73,3	75,5	72,6	64,4	72,3
Rio Grande do Sul	32,7	35,6	33,3	37,7	35,9	32,6	39,7	40,4	37,8	35,5	35,8	9,4
Santa Catarina	13,5	16,9	20,5	18,6	19,8	20,3	20,8	25,4	25,1	23,5	22,3	65,3
Sul	30,3	35,4	37,0	42,1	42,2	40,8	45,7	50,0	49,8	47,1	43,7	44,2
Distrito Federal	78,6	74,1	83,0	74,8	63,4	56,8	74,9	77,2	86,0	76,3	81,1	3,1
Goiás	37,8	41,0	40,4	47,7	46,1	45,4	48,1	57,7	54,5	65,3	69,0	82,8
Mato Grosso	54,0	51,4	49,8	44,7	45,9	49,8	43,9	47,0	54,1	52,2	50,1	-7,2
Mato Grosso do Sul	42,2	49,4	56,6	50,8	46,2	45,1	52,4	55,9	57,8	42,8	42,3	0,3
Centro-Oeste	49,8	51,0	53,3	52,8	49,4	48,5	52,7	58,6	60,9	60,5	62,4	25,3
BRASIL	52,4	54,8	55,5	51,7	48,6	48,1	49,5	52,9	54,0	54,7	53,4	1,9
Taxa Não Jovem	21,6	21,8	22,2	20,8	20,1	20,8	19,6	20,5	20,9	21,5	21,4	-1,1
Vitimização Juvenil %	242,2	250,7	250,7	248,4	241,7	231,1	252,1	257,8	257,8	254,7	249,6	3,1

Fonte: SIM/SVS/MS

Parece bem significativo apontar o fato de que a menor taxa de homicídios juvenis do país registrada em 2011, a de São Paulo, de 20,3 homicídios juvenis por 100 mil, ainda duplica os níveis considerados epidêmicos, de 10 homicídios por 100 mil casos.

Gráfico 3.2.1 Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Juvenis (por 100mil). Brasil. 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 3.2.3. Evolução das Taxas de Homicídio (em 100mil) na População Jovem das UF. Brasil. 2001-2010-2011								
UF/REGIÃO	Taxas de Homicídio (por 100mil)						Δ%	
	2001		2010		2011		2010/ 2011	2001/ 2011
	Taxa	Pos	Taxa	Pos	Taxa	Pos		
Alagoas	54,8	8º	150,4	1º	156,4	1º	185,6	4,0
Espírito Santo	86,3	3º	117,8	2º	115,6	2º	34,0	-1,9
Paraíba	27,6	19º	78,8	7º	88,2	3º	219,4	12,0
Bahia	20,2	23º	91,5	3º	83,0	4º	311,8	-9,3
Distrito Federal	78,6	6º	76,3	8º	81,1	5º	3,1	6,2
Pernambuco	116,1	1º	82,5	5º	79,2	6º	-31,8	-4,0
Pará	26,0	20º	86,1	4º	76,9	7º	195,9	-10,7
Amazonas	31,2	17º	59,6	13º	74,2	8º	138,0	24,5
Goiás	37,8	14º	65,3	11º	69,0	9º	82,8	5,8
Rio Grande do Norte	17,2	24º	52,1	16º	66,7	10º	289,0	28,2
Ceará	28,9	18º	62,8	12º	65,6	11º	126,7	4,4
Paraná	37,4	15º	72,6	9º	64,4	12º	72,3	-11,4
Amapá	80,6	5º	81,1	6º	59,3	13º	-26,4	-26,8
Rio de Janeiro	103,7	2º	68,1	10º	58,0	14º	-44,0	-14,8
Sergipe	50,1	10º	53,6	14º	56,8	15º	13,2	5,8
Mato Grosso	54,0	9º	52,2	15º	50,1	16º	-7,2	-4,0
Minas Gerais	24,2	21º	39,2	20º	44,5	17º	83,9	13,6
Mato Grosso do Sul	42,2	12º	42,8	18º	42,3	18º	0,3	-1,2
Rondônia	50,0	11º	47,5	17º	38,4	19º	-23,2	-19,2
Rio Grande do Sul	32,7	16º	35,5	23º	35,8	20º	9,4	0,9
Tocantins	23,5	22º	37,2	22º	35,7	21º	51,9	-4,2
Maranhão	16,3	25º	37,7	21º	35,5	22º	117,1	-6,0
Acre	39,3	13º	33,9	24º	31,4	23º	-20,2	-7,6
Roraima	55,0	7º	40,8	19º	28,1	24º	-48,9	-31,2
Piauí	15,0	26º	21,1	27º	23,0	25º	53,9	9,5
Santa Catarina	13,5	27º	23,5	25º	22,3	26º	65,3	-5,3
São Paulo	85,6	4º	21,9	26º	20,3	27º	-76,2	-7,1

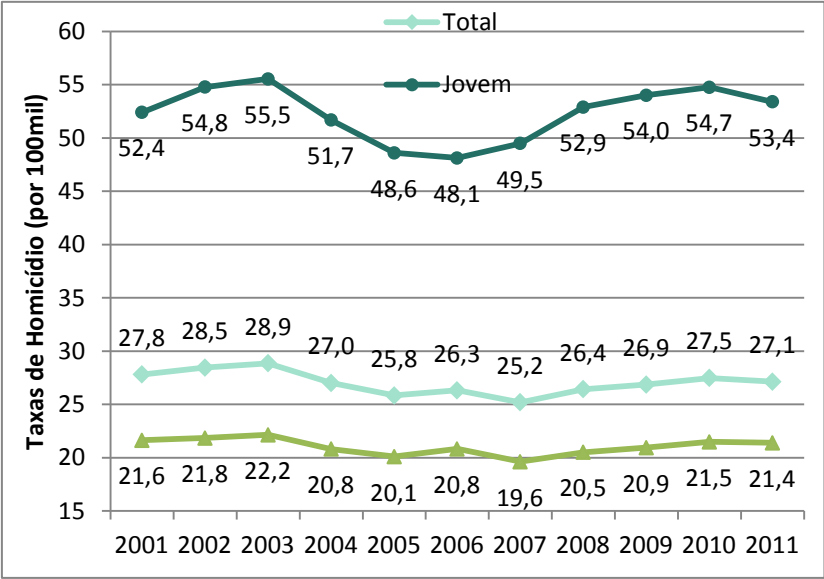
Fonte: SIM/SVS/MS

Mas falar que as taxas juvenis praticamente duplicam a média nacional omite o fato de que essas taxas podem ser precisamente as que elevam as médias do país. Uma comparação mais ajustada seria considerar por separado de um lado, a *população jovem*, aquela que está na faixa de 15 a 24 anos de idade e, por outro, a *população não jovem*: aquela que ainda não chegou à juventude – menos de 1 até 14 anos de idade – junto com aquela que já passou da idade jovem – acima dos 24 anos. Essas taxas *não jovens* podem ser vistas na penúltima linha da tabela 3.2.2 e no gráfico a seguir.

Vemos – gráfico 3.2.2. - que as taxas da população *não jovem* caem e se comportam de forma bem mais linear, com escassas oscilações ao longo do período. Já as taxas juvenis apresentam oscilações bem mais significativas, mais sensíveis ao impacto das políticas de cada período:

- Fortes aumentos até 2003.
- Posteriores quedas significativas até 2006, resultantes das políticas do desarmamento e de estratégias de contenção nas Unidades mais violentas.
- Retomada do crescimento depois de 2006, resultante do impacto da desconcentração e espalhamento nacional da violência.

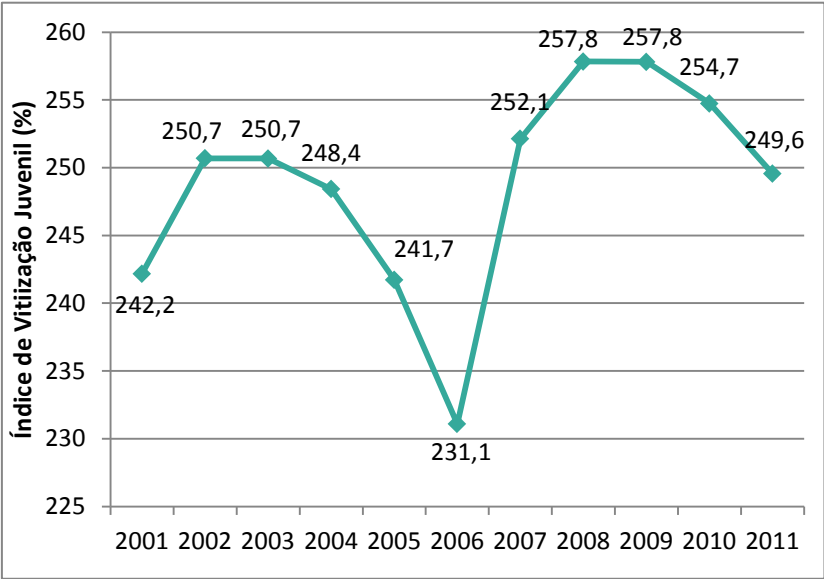
Gráfico 3.2.2. Evolução das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total, Jovem e Não Jovem. Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS

O gráfico 3.2.3 nada mais é do que a representação do Índice de Vitimização Juvenil calculado na última linha da tabela 3.2.2. É a relação percentual entre a taxa de homicídios jovens e a taxa *não jovem*. Assim, no ano 2001 a taxa jovem – 52,4 em 100 mil – resulta 242% maior que a taxa *não jovem*: 21,6 em 100 mil. Vemos que esse percentual de vitimização acompanha o ciclo acima analisado: crescimento até 2003; quedas 2003/2006 e novo crescimento a partir de 2006, tornando assim os jovens em atores principais desse processo evolutivo da violência homicida do país.

Gráfico 3.2.3 Índice (%) de Vitimização Juvenil. Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS

4. HOMICÍDIOS NAS CAPITALS

Neste capítulo analisaremos a estruturação da violência homicida, enfatizando a situação e a evolução nas capitais do país. Se até fins da década de 90 os polos de crescimento da violência concentravam-se em umas poucas capitais e regiões metropolitanas, a partir da virada de século a tendência desses polos foi migrar para o interior desses estados ou para outras áreas até então relativamente periféricas no quadro da violência nacional.

4.1. Capitais: Homicídios na População Total.

Podemos observar pela tabela 4.1.1 que, diferentemente do Brasil como um todo, onde o número de homicídios cresce 8,9% na década 2001/2011, nas capitais do país os números caem 12,5% o que já indica características diferenciais da evolução, fato que aprofundaremos neste capítulo.

É na região Nordeste onde os números mais crescem: 73,6%, principalmente pelo elevado aumento dos homicídios em Natal e Salvador, onde o crescimento do número de homicídios ultrapassa a casa de 200% na década. Também Fortaleza, João Pessoa, Maceió e São Luís, com taxas menores, mas muito elevadas, serão responsáveis pelo forte crescimento da violência na região.

Acompanhando de perto o Nordeste, também a região Norte apresenta um preocupante aumento na década: 66,8%. Aqui se destaca Manaus, com crescimento de 181,1%.

Na região Sul o crescimento foi relativamente moderado: 42,2%, com destaque para Curitiba, onde o número de homicídios cresceu 83,9%.

A situação da região Centro-Oeste é bem mais heterogênea. Goiânia apresentando um elevado crescimento: 100,9%; Brasília com crescimento mais moderado: 26,2%; e quedas relativamente baixas em Campo Grande e Cuiabá.

A única região do país a apresentar quedas - e bem significativas - é a Sudeste, com índice negativo de 63,9%. Salvo Belo Horizonte, onde o número de homicídios cresce 21,5%, nas restantes capitais os números declinam, principalmente em São Paulo capital, com queda de quase 80%; Rio de Janeiro, 55,2%; e, em menor escala, Vitória, com queda de 25,8%.

Tabela 4.1.1. Número de Homicídios na População Total por Capital e Região. Brasil. 2001/2011												
CAPITAL/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	352	420	466	403	628	484	496	669	644	765	574	63,1
Boa Vista	67	82	73	49	56	55	66	65	73	81	61	-9,0
Macapá	131	135	140	127	135	132	123	151	116	194	135	3,1
Manaus	366	395	448	410	484	545	563	656	755	843	1.029	181,1
Palmas	40	33	37	39	27	30	30	34	36	52	72	80,0
Porto Velho	229	220	181	257	211	261	199	178	186	214	189	-17,5
Rio Branco	102	120	104	87	73	114	97	87	101	97	87	-14,7
NORTE	1.287	1.405	1.449	1.372	1.614	1.621	1.574	1.840	1.911	2.246	2.147	66,8
Aracaju	285	258	243	229	202	236	199	219	250	240	276	-3,2
Fortaleza	609	707	666	654	808	846	991	888	902	1.268	1.337	119,5
João Pessoa	251	263	281	272	318	327	387	416	516	580	633	152,2
Maceió	485	511	520	559	620	904	917	990	876	1.027	1.048	116,1
Natal	113	102	171	100	144	162	227	248	307	326	397	251,3
Recife	1.397	1.312	1.336	1.352	1.324	1.374	1.338	1.321	1.110	895	883	-36,8
Salvador	530	585	730	739	1.062	1.187	1.357	1.771	1.883	1.847	1.671	215,3
São Luís	244	194	284	307	294	313	391	428	523	569	569	133,2
Teresina	169	206	214	198	232	269	230	217	218	250	275	62,7
NORDESTE	4.083	4.138	4.445	4.410	5.004	5.618	6.037	6.498	6.585	7.002	7.089	73,6
Belo Horizonte	791	979	1.329	1.506	1.293	1.175	1.201	1.019	907	844	961	21,5
Rio de Janeiro	3.274	3.728	3.350	3.174	2.552	2.846	2.204	1.910	1.952	1.764	1.467	-55,2
São Paulo	6.669	5.575	5.591	4.275	3.096	2.556	1.927	1.622	1.681	1.535	1.347	-79,8
Vitória	252	240	221	253	263	273	242	235	226	231	187	-25,8
SUDESTE	10.986	10.522	10.491	9.208	7.204	6.850	5.574	4.786	4.766	4.374	3.962	-63,9
Curitiba	453	530	612	693	778	874	827	1.032	1.022	980	833	83,9
Florianópolis	60	89	100	109	97	79	81	91	84	97	87	45,0
Porto Alegre	501	560	508	566	573	511	688	670	578	518	522	4,2
SUL	1.014	1.179	1.220	1.368	1.448	1.464	1.596	1.793	1.684	1.595	1.442	42,2
Brasília	774	744	856	815	745	769	815	873	1.005	882	977	26,2
Campo Grande	231	239	249	221	214	207	251	191	216	171	170	-26,4
Cuiabá	379	260	253	235	237	221	214	233	239	222	253	-33,2
Goiânia	327	430	429	435	415	444	429	560	522	519	657	100,9
CENTRO OESTE	1.711	1.673	1.787	1.706	1.611	1.641	1.709	1.857	1.982	1.794	2.057	20,2
BRASIL CAPITAIS	19.081	18.917	19.392	18.064	16.881	17.194	16.490	16.774	16.928	17.011	16.697	-12,5
BRASIL	47.943	49.695	51.043	48.374	47.578	49.145	47.707	50.113	51.434	52.260	52.198	8,9

Fonte: SIM/SVS/MS

Considerando as variações no contingente populacional, as taxas da tabela 4.1.2 permitem comparar os níveis de violência das diversas capitais. Vemos que, no conjunto, a variação nos anos extremos da década foi relativamente elevada: a taxa de homicídio das capitais, que em 2001 era de 46,5 por 100 mil habitantes, caiu para 36,4 – queda de 21,7%. Bem mais expressiva do que a queda registrada no Brasil como um todo, que no mesmo período foi de 2,4% - cai de 27,8 em 2001, para 27,1 em 2011.

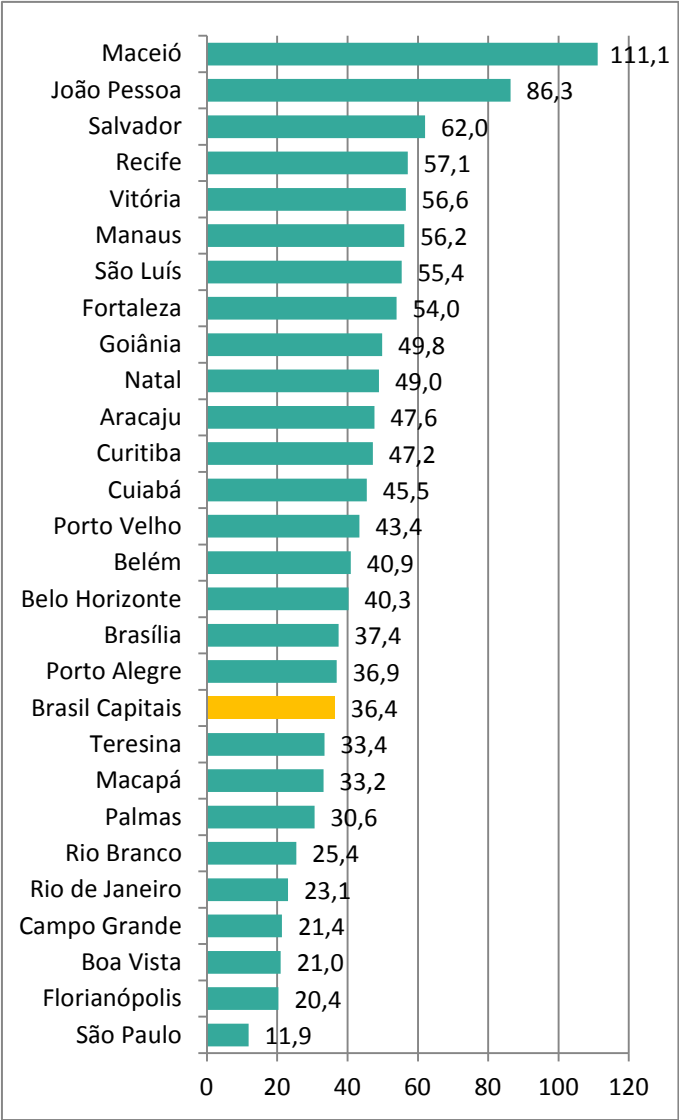
Pelas tabelas 4.1.2 e 4.1.3 é possível verificar que:

- Elevada heterogeneidade das taxas de homicídio entre as capitais. A taxa de Maceió: 111,1 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2011 resulta 10 vezes superior à de São Paulo: 11,9 nesse mesmo ano.
- As maiores taxas de homicídio no ano de 2011 foram registradas, pela ordem, em Maceió, João Pessoa e Salvador.
- Com os menores índices: Boa Vista, Florianópolis e São Paulo. Tem de ser apontado que São Paulo, com sua taxa de 11,9, fica bem distante do segundo colocado, Florianópolis, com uma taxa de 20,4, diferencial que pode ser considerado significativo.

Tabela 4.1.2. Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total por Capital e Região. Brasil. 2001/2011												
CAPITAL/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	27,0	31,8	34,7	29,6	44,7	33,9	34,2	47,0	44,8	54,9	40,9	51,7
Boa Vista	32,1	38,2	33,0	21,5	23,1	22,0	25,7	24,9	27,4	28,5	21,0	-34,7
Macapá	44,3	44,0	44,1	38,5	38,0	35,8	32,3	42,1	31,7	48,7	33,2	-25,1
Manaus	25,2	26,5	29,3	26,2	29,4	32,3	32,5	38,4	43,4	46,8	56,2	122,8
Palmas	26,5	20,5	21,5	21,3	13,0	13,6	12,8	18,5	19,1	22,8	30,6	15,4
Porto Velho	66,9	63,2	51,1	71,4	56,4	68,5	51,3	46,9	48,5	49,9	43,4	-35,2
Rio Branco	39,0	44,8	37,9	30,9	23,9	36,3	30,1	28,9	33,0	28,9	25,4	-34,9
NORTE	32,1	34,2	34,4	31,8	35,6	34,9	33,0	39,8	40,8	46,1	43,4	35,4
Aracaju	60,9	54,4	50,6	47,2	40,5	46,7	38,9	40,8	46,0	42,0	47,6	-21,8
Fortaleza	27,9	31,8	29,5	28,5	34,0	35,0	40,3	35,9	36,0	51,7	54,0	93,6
João Pessoa	41,3	42,5	44,7	42,6	48,1	48,7	56,6	60,0	73,5	80,2	86,3	108,9
Maceió	59,3	61,3	61,2	64,5	68,6	98,0	97,4	107,1	93,6	110,1	111,1	87,3
Natal	15,6	13,9	23,0	13,2	18,5	20,5	28,3	31,1	38,1	40,6	49,0	212,9
Recife	97,2	90,5	91,4	91,8	88,2	90,7	87,5	85,2	71,1	58,2	57,1	-41,3
Salvador	21,3	23,2	28,6	28,5	39,7	43,7	49,3	60,1	62,8	69,0	62,0	190,9
São Luís	27,4	21,4	30,8	32,6	30,0	31,4	38,4	43,4	52,5	56,1	55,4	101,8
Teresina	23,2	27,8	28,5	26,0	29,4	33,5	28,2	27,0	27,2	30,7	33,4	44,2
NORDESTE	39,5	39,4	41,7	40,8	44,8	49,6	52,4	55,5	55,6	60,8	60,9	54,3
Belo Horizonte	35,0	42,9	57,6	64,7	54,4	49,0	49,5	41,9	37,0	35,5	40,3	15,0
Rio de Janeiro	55,5	62,8	56,1	52,8	41,9	46,4	35,7	31,0	31,6	27,9	23,1	-58,4
São Paulo	63,5	52,6	52,4	39,8	28,3	23,2	17,4	14,8	15,2	13,6	11,9	-81,3
Vitória	85,1	80,2	73,0	82,7	83,9	86,1	75,4	73,9	70,6	70,5	56,6	-33,5
SUDESTE	58,0	55,0	54,5	47,5	36,5	34,5	27,8	24,0	23,8	21,6	19,4	-66,5
Curitiba	28,0	32,2	36,6	40,8	44,3	48,9	45,5	56,5	55,2	55,9	47,2	68,8
Florianópolis	17,0	24,7	27,1	28,9	24,4	19,4	19,5	22,6	20,6	23,0	20,4	19,6
Porto Alegre	36,5	40,5	36,4	40,3	40,1	35,5	47,3	46,8	40,2	36,8	36,9	1,3
SUL	30,3	34,8	35,5	39,3	40,4	40,3	43,3	49,0	45,6	44,5	40,0	32,0
Brasília	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,3	37,4	1,4
Campo Grande	34,0	34,5	35,3	30,7	28,5	27,1	32,2	25,6	28,6	21,7	21,4	-37,2
Cuiabá	76,9	52,0	49,8	45,5	44,4	40,7	38,8	42,8	43,4	40,3	45,5	-40,9
Goiânia	29,4	38,1	37,4	37,4	34,6	36,4	34,6	44,3	40,7	39,9	49,8	69,4
CENTRO OESTE	39,1	37,4	39,3	36,8	33,4	33,4	34,1	36,3	38,2	34,4	39,0	-0,3
BRASIL CAPITAIS	46,5	45,5	46,1	42,4	38,5	38,7	36,6	37,3	37,3	37,4	36,4	-21,7
BRASIL	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	-2,4

Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 4.1.3. Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Total das Capitais. Brasil. 2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Algumas especificidades da evolução das capitais podem ser ainda apontadas. A tabela 4.1.4 coloca, lado a lado, a evolução decenal dos estados e de suas respectivas capitais. Nesse contraste podemos observar várias situações diferentes:

- Crescimento da taxa estadual bem superior ao crescimento de sua capital, como os casos do Pará, Tocantins, Paraíba, Alagoas ou Maranhão, que sugere a existência de polos de violência no interior dos estados¹⁴ que puxam as taxas para cima.

Tabela 4.1.4. Comparativo do crescimento (%) 2001/2011 das taxas de homicídio (por 100mil) na população total das UF e suas capitais. Brasil. 2001/2011

UF	Δ%	Capitais	Δ%
Acre	6,0	Rio Branco	-34,9
Amapá	-17,6	Macapá	-25,1
Amazonas	118,7	Manaus	122,8
Pará	165,8	Belém	63,1
Rondônia	-29,3	Porto Velho	-35,2
Roraima	-34,9	Boa Vista	-34,7
Tocantins	35,4	Palmas	15,4
Norte	75,9	NORTE	35,4
Alagoas	146,5	Maceió	87,3
Bahia	223,6	Salvador	190,9
Ceará	90,1	Fortaleza	93,6
Maranhão	153,1	São Luís	101,8
Paraíba	202,3	João Pessoa	108,9
Pernambuco	-33,4	Recife	-41,3
Piauí	51,2	Teresina	44,2
Rio Grande do Norte	190,2	Natal	212,9
Sergipe	20,8	Aracaju	-21,8
Nordeste	66,0	NORDESTE	54,3
Espírito Santo	1,6	Vitória	-33,5
Minas Gerais	66,0	Belo Horizonte	15,0
Rio de Janeiro	-43,9	Rio de Janeiro	-58,4
São Paulo	-67,7	São Paulo	-81,3
Sudeste	-45,7	SUDESTE	-66,5
Paraná	50,7	Curitiba	68,8
Rio Grande do Sul	6,9	Porto Alegre	1,3
Santa Catarina	49,4	Florianópolis	19,6
Sul	31,4	SUL	32,0
Distrito Federal	1,4	Brasília	1,4
Goiás	69,0	Goiânia	69,4
Mato Grosso	-16,0	Cuiabá	-40,9
Mato Grosso do Sul	-8,0	Campo Grande	-37,2
CENTRO OESTE	16,4	CENTRO OESTE	-0,3
BRASIL	-2,4	BRASIL CAPITAIS	-21,7

Fonte: SIM/SVS/MS

¹⁴ Poder-se-ia também atribuir esse diferencial ao comportamento das respectivas regiões metropolitanas, Mas, via de regra, pelas evidências levantadas em mapas anteriores, essas regiões metropolitanas exibem um comportamento bem semelhante ao das capitais.

- Diferencial evolutivo favorável às taxas estaduais sobre as das capitais, pelo fato das taxas das capitais apresentarem quedas significativas (signo negativo) não acompanhadas pelas taxas do estado como um todo. Nesse caso, podemos inferir a existência de estratégias de enfrentamento da violência fortemente centradas nas capitais, mas que não atingem o interior dos estados, como os casos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul ou Espírito Santo.
- Elevados índices de crescimento - sinal positivo – tanto na evolução das taxas estaduais quanto nas das capitais. A violência alcança níveis insustentáveis perante a incapacidade e/ou ineficiência dos aparelhos de segurança locais de enfrentar o novo quadro da violência, como nos casos de Amazonas, Bahia, Rio Grande do Norte ou Goiás.

Outro aspecto que devemos destacar, bem visível na tabela 4.1.5 - em que são ordenadas as capitais pela sua taxa no ano de 1999, é a enorme reviravolta na estruturação da violência das capitais do país, acontecida entre 1999 e 2011. Alongamos dois anos o período até aqui estudado, pela assincronia dos processos entre as UFs que, em diversos casos, tiveram início ainda antes da virada do século, como São Paulo, Maceió ou João Pessoa.

Tabela 4.1.5. Comparativo das taxas de homicídio (por 100mil)					
da População Total das Capitais. Brasil. 1999 e 2011					
Capital	1999		Capital	2011	
	Taxa	Pos		Taxa	Pos
Vitória	108,3	1º	Vitória	56,6	5º
Recife	99,3	2º	Recife	57,1	4º
São Paulo	69,1	3º	São Paulo	11,9	27º
Cuiabá	68,5	4º	Cuiabá	45,5	13º
Macapá	64,1	5º	Macapá	33,2	20º
Porto Velho	55,5	6º	Porto Velho	43,4	14º
Rio de Janeiro	53,5	7º	Rio de Janeiro	23,1	23º
Boa Vista	51,4	8º	Boa Vista	21,0	25º
Brasília	36,7	9º	Brasília	37,4	17º
João Pessoa	36,0	10º	João Pessoa	86,3	2º
Manaus	35,3	11º	Manaus	56,2	6º
Aracaju	35,2	12º	Aracaju	47,6	11º
Porto Alegre	32,9	13º	Porto Alegre	36,9	18º
Maceió	30,9	14º	Maceió	111,1	1º
Campo Grande	30,8	15º	Campo Grande	21,4	24º
Goiânia	30,1	16º	Goiânia	49,8	9º
Belo Horizonte	26,8	17º	Belo Horizonte	40,3	16º
Curitiba	25,9	18º	Curitiba	47,2	12º
Fortaleza	25,2	19º	Fortaleza	54,0	8º
Palmas	19,7	20º	Palmas	30,6	21º
Rio Branco	17,0	21º	Rio Branco	25,4	22º
Belém	15,1	22º	Belém	40,9	15º
Teresina	14,0	23º	Teresina	33,4	19º
São Luís	12,8	24º	São Luís	55,4	7º
Natal	9,6	25º	Natal	49,0	10º
Florianópolis	8,9	26º	Florianópolis	20,4	26º
Salvador	7,9	27º	Salvador	62,0	3º

Fonte: SIM/SVS/MS

Nota:	diminui	xx
	aumenta	xx

Essa tabela permite verificar que:

- Em todas as oito capitais que em 1999 apresentavam as maiores taxas de homicídio, os índices caem e, em diversas UF's, de forma muito expressiva, como nos casos de:
 - o São Paulo que, com uma taxa de 61,9 homicídios por 100 mil habitantes ocupava o 3º lugar no ano de 1999. Em 2011 cai para o último lugar. Macapá, Rio de Janeiro e Boa Vista, que das posições

5ª, 7ª e 8ª em 1999 caem para as posições 20ª, 23ª e 25ª, respectivamente.

- Em todas as restantes capitais, as que no ano de 1999 apresentavam as menores taxas, os homicídios aumentam¹⁵ e, em muitos casos, de forma muito acentuada, como em:
 - o Maceió e João Pessoa, que de posições intermediárias em 1999, quando ocupavam o 10º e 14º posto, respectivamente, passam aos dois primeiros lugares no mapa da violência das capitais.
 - o Também Salvador registra um crescimento ainda mais preocupante, passando da última posição em 1999, à terceira em 2011. Mas parte desse inacreditável crescimento pode ser atribuído a sérias deficiências na informação, que já existiam em 1999 e ainda subsistem nos dados mais recentes.
 - o Com menor intensidade, mas também devemos apontar neste campo os casos de Manaus, Goiânia, Fortaleza e São Luís.

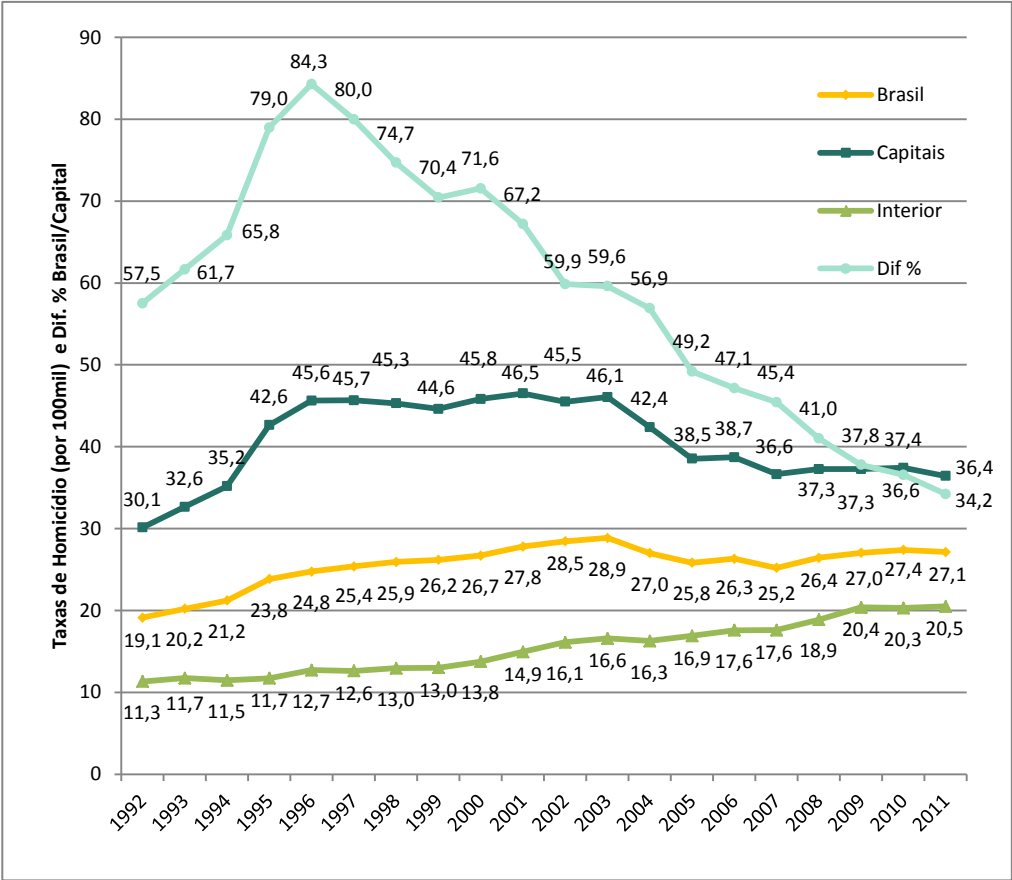
Na tabela e gráfico a seguir, podemos acompanhar melhor a evolução da participação das capitais na geração da violência homicida do país. Podemos observar a existência de três grandes períodos claramente delimitados:

- a. **1980/1996:** Nesse primeiro período, que vai de 1980 a 1996, registrou-se um acelerado crescimento das taxas nas capitais, que passam de 20,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 45,6 em 1996, o que representa um aumento de 121,0% nesses 15 anos. O interior¹⁶ passou de 7,5 para 12,7 homicídios por 100 mil habitantes: crescimento de 69,1, bem menor que o das capitais. Fica evidente que o comando do crescimento no período ficou por conta das capitais, responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais. Nos primeiros anos da década de 80 as taxas do país giravam em torno de 13 homicídios por 100 mil, e as das capitais rondavam a casa dos 20: a diferença percentual entre ambas era de 50%. Já para 1996, essa diferença chega a seu pico: as taxas das capitais resultam 84,3% maiores que as do país.

¹⁵ Salvo no caso de Campo Grande, única exceção.

¹⁶ Na categoria *Capitais* consideram-se exclusivamente os municípios sede, sem incluir o entorno (regiões metropolitanas, RIDE, etc. Já no conceito *Interior* excluem-se do total Brasil os quantitativos das Capitais e das Regiões Metropolitanas reconhecidas pelo IBGE no ano 2010.

Gráfico 4.1.4. Taxas de Homicídio (por 100mil) Brasil, Capitais e Interior e Diferença % Brasil/Capitais. População Total.1980/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 4.1.6. Crescimento % das taxas de homicídio. Brasil, Capitais e Interior, por período. População Total. Brasil. 1980/2011			
Área	1980/1996	1996/2003	2003/2011
Brasil	111,9	16,5	-6,0
Capitais	121,0	0,9	-20,9
Interior	69,1	30,4	23,6

Fonte: SIM/SVS/MS

b. **1996/2003.** Arrefece o crescimento nas capitais, cujo aumento nos sete anos foi praticamente inexistente: 0,9%. Já as taxas do interior, nesse período, crescem 30,4%. Ambas as áreas ainda contribuem para o crescimento da violência nacional, agora com maior peso para o interior.

c. **2003/2011**. Nesse período, as taxas das capitais recuam de forma clara e sistemática, passando de 41,6 homicídios por 100 mil para 36,4, o que representa uma queda de 29,9% nos oito anos. Já os índices do interior continuam crescendo: 23,6% no período. Dessa forma, o interior assume, claramente, o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida, contrapondo-se às quedas substantivas nos níveis da violência que as capitais estariam gerando. No Gráfico 4.1.4 percebemos a contínua queda do diferencial entre as taxas nacionais e as das capitais, que no ano de 2011 atingem sua menor expressão histórica: 34,2%.

4.2. Capitais: Homicídios Juvenis.

Com características semelhantes às da população total, mas com níveis bem mais elevados, os jovens das capitais serão os focos prioritários e alvos inquestionáveis da violência homicida no país.

Pelas tabelas e gráficos a seguir podemos verificar que:

- Em todos os anos analisados as taxas juvenis das capitais mais que duplicam as taxas totais.

Tabela 4.2.1. Número de Homicídios na População Jovem por Capital e Região. Brasil. 2001/2011												
CAPITAL/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	176	183	223	174	268	210	214	287	311	371	271	54,0
Boa Vista	29	42	25	27	15	25	24	15	23	30	19	-34,5
Macapá	70	69	80	69	67	69	59	64	52	89	63	-10,0
Manaus	160	168	209	172	205	244	237	266	302	338	436	172,5
Palmas	12	11	11	17	12	11	8	10	7	24	26	116,7
Porto Velho	78	85	72	113	73	95	80	65	74	71	58	-25,6
Rio Branco	49	56	42	41	26	49	22	29	32	29	20	-59,2
NORTE	574	614	662	613	666	703	644	736	801	952	893	55,6
Aracaju	123	116	95	87	65	98	69	78	96	79	95	-22,8
Fortaleza	240	261	231	239	336	374	435	403	427	605	624	160,0
João Pessoa	105	114	107	120	127	131	157	169	204	261	289	175,2
Maceió	228	229	246	290	299	430	413	444	415	522	499	118,9
Natal	52	48	76	44	81	67	100	113	144	141	191	267,3
Recife	628	563	603	660	625	635	635	595	522	376	381	-39,3
Salvador	234	284	353	346	460	531	616	862	977	907	777	232,1
São Luís	102	69	113	125	121	142	168	176	216	219	192	88,2
Teresina	72	101	85	91	112	131	92	80	98	92	100	38,9
NORDESTE	1.784	1.785	1.909	2.002	2.226	2.539	2.685	2.920	3.099	3.202	3.148	76,5
Belo Horizonte	334	442	603	721	581	544	574	477	414	335	405	21,3
Rio de Janeiro	1.261	1.508	1.354	1.264	1.041	1.092	811	675	608	556	405	-67,9
São Paulo	2.707	2.339	2.349	1.695	1.082	801	556	423	491	413	370	-86,3
Vitória	114	122	115	104	111	115	98	98	100	116	86	-24,6
SUDESTE	4.416	4.411	4.421	3.784	2.815	2.552	2.039	1.673	1.613	1.420	1.266	-71,3
Curitiba	181	239	262	307	342	383	368	428	393	376	278	53,6
Florianópolis	25	38	56	53	57	40	45	49	43	44	37	48,0
Porto Alegre	176	224	199	236	235	190	271	219	214	195	184	4,5
SUL	382	501	517	596	634	613	684	696	650	615	499	30,6
Brasília	369	356	407	374	331	303	342	366	411	356	384	4,1
Campo Grande	86	80	102	92	85	73	105	84	94	53	58	-32,6
Cuiabá	153	121	116	95	100	115	87	80	87	92	85	-44,4
Goiânia	124	179	180	172	178	181	169	215	166	177	229	84,7
CENTRO OESTE	732	736	805	733	694	672	703	745	758	678	756	3,3
BRASIL CAPITAIS	7.888	8.047	8.314	7.728	7.035	7.079	6.755	6.770	6.921	6.867	6.562	-16,8

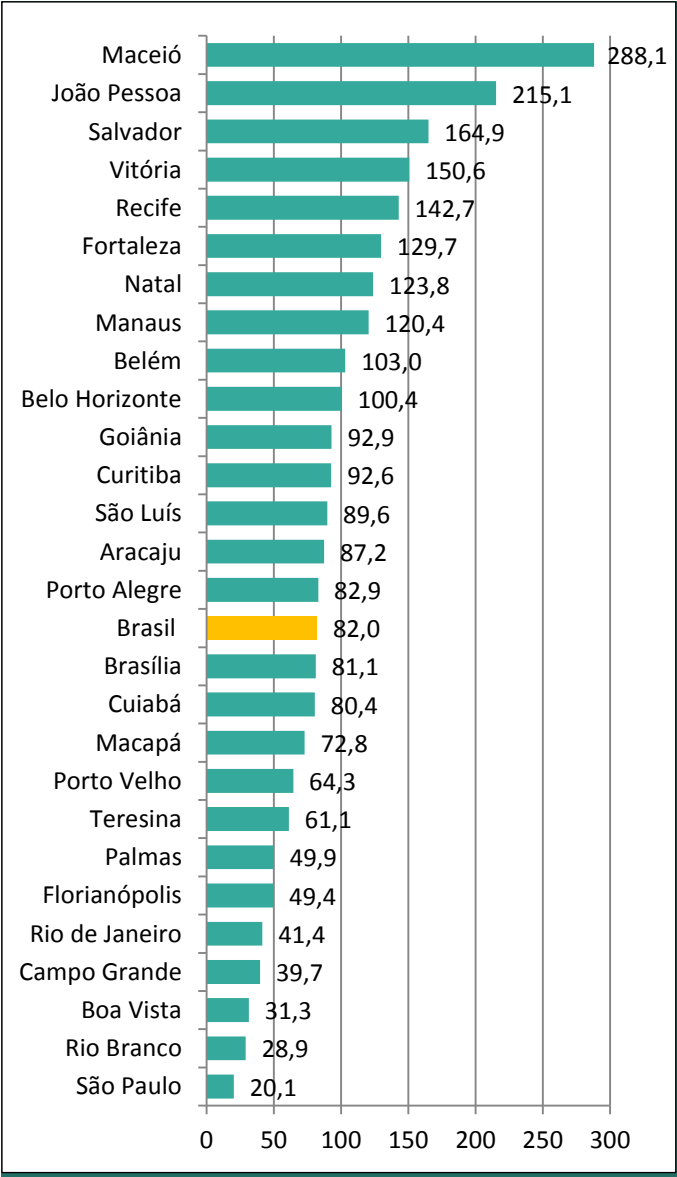
- Os níveis de violência que ceifam a juventude das capitais chegam, em diversos estados, a limites absurdos. Não podem ter outra qualificação taxas como as de Maceió, que atingiram a inaceitável marca de 288,1 homicídios por 100 mil jovens; ou as de João Pessoa, de 215,1 no ano de 2011.

Tabela 4.2.2. Taxas de Homicídios (por 100mil) na População Jovem por Capital e Região.												
Brasil. 2001/201												
CAPITAL/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Belém	59,9	61,4	73,8	56,7	84,6	65,3	75,7	105,9	116,2	141,9	103,0	72,0
Boa Vista	61,9	87,2	50,4	52,9	27,6	44,6	46,8	29,4	44,7	50,6	31,3	-49,4
Macapá	103,3	98,2	109,9	91,3	82,3	81,8	72,9	85,2	68,6	105,2	72,8	-29,5
Manaus	47,9	49,0	59,4	47,7	54,1	62,8	67,8	78,2	88,2	94,9	120,4	151,5
Palmas	32,6	28,0	26,2	38,0	23,6	20,4	15,8	25,4	17,6	47,5	49,9	53,2
Porto Velho	105,7	113,4	94,4	145,6	90,6	115,7	98,5	83,0	94,7	80,1	64,3	-39,1
Rio Branco	83,4	93,1	68,1	64,9	37,9	69,4	33,3	47,7	52,7	42,7	28,9	-65,4
NORTE	62,9	65,8	69,2	62,6	64,6	66,5	66,9	80,4	87,5	98,3	90,8	44,2
Aracaju	117,0	109,0	88,2	79,8	58,1	86,4	69,0	76,9	96,4	73,6	87,2	-25,4
Fortaleza	52,2	55,9	48,6	49,5	67,2	73,5	87,2	81,6	86,6	127,0	129,7	148,4
João Pessoa	81,8	87,1	80,5	88,9	90,9	92,2	114,9	124,2	150,8	196,9	215,1	163,0
Maceió	131,3	129,4	136,3	157,7	155,8	219,5	225,7	251,4	235,5	304,8	288,1	119,4
Natal	34,1	31,0	48,4	27,6	49,4	40,2	63,0	73,2	94,6	92,2	123,8	262,5
Recife	218,1	193,9	206,0	223,6	207,8	209,2	224,1	211,3	187,7	141,6	142,7	-34,6
Salvador	41,3	49,4	60,5	58,5	75,4	85,7	116,8	158,4	182,7	193,8	164,9	299,6
São Luís	47,4	31,5	50,6	55,0	51,1	58,8	75,0	83,7	104,8	103,5	89,6	88,9
Teresina	42,5	58,7	48,7	51,3	61,1	70,3	52,6	47,9	60,6	56,7	61,1	43,6
NORDESTE	79,0	77,8	82,0	84,8	91,3	102,5	117,4	128,9	138,5	149,1	145,2	83,8
Belo Horizonte	72,9	95,4	129,0	152,8	120,6	111,8	137,1	116,3	102,7	83,4	100,4	37,7
Rio de Janeiro	122,5	145,5	129,8	120,4	97,8	101,9	85,6	72,8	66,3	57,2	41,4	-66,2
São Paulo	133,5	114,2	113,9	81,6	51,3	37,6	29,7	23,4	27,6	22,5	20,1	-85,0
Vitória	186,3	197,1	183,8	164,4	171,4	175,4	173,6	181,9	190,9	204,8	150,6	-19,2
SUDESTE	123,5	122,2	121,6	103,3	75,6	68,0	61,9	52,3	51,2	43,5	38,6	-68,8
Curitiba	56,8	73,9	79,7	91,9	98,9	108,8	115,0	135,1	124,3	126,1	92,6	63,1
Florianópolis	34,7	51,5	74,2	68,7	70,3	48,1	60,9	70,4	62,4	59,6	49,4	42,5
Porto Alegre	70,1	88,5	78,0	91,8	89,9	72,1	114,4	96,0	95,3	88,1	82,9	18,3
SUL	59,5	77,0	78,4	89,2	92,1	87,7	108,4	113,3	106,6	103,7	83,6	40,5
Brasília	78,6	74,1	83,0	74,8	63,4	56,8	74,9	77,2	86,0	76,3	81,1	3,1
Campo Grande	62,3	56,9	71,2	63,0	55,8	47,0	71,3	60,6	68,4	36,7	39,7	-36,3
Cuiabá	140,2	109,2	103,1	83,1	84,6	95,7	80,0	76,6	84,6	87,8	80,4	-42,6
Goiânia	50,7	72,1	71,4	67,3	67,4	67,5	74,1	95,1	74,4	72,7	92,9	83,0
CENTRO OESTE	76,2	75,1	80,7	72,1	65,7	62,4	74,7	79,0	80,5	70,7	77,8	2,1
BRASIL CAPITAIS	94,5	95,0	96,9	89,0	78,7	78,1	83,2	85,3	88,1	86,6	82,0	-13,2

Fonte: SIM/SVS/MS

- Mas também são inaceitáveis taxas como as de Salvador, Vitória, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus, Belém ou Belo Horizonte, com índices que ultrapassam os 100 homicídios por 100 mil jovens.
- A capital com os menores índices de violência contra sua juventude, São Paulo, com sua taxa de 20,1 homicídios por 100 mil jovens, ainda está bem acima dos níveis considerados epidêmicos: 100 homicídios.

Gráfico 4.2.1 Ordenamento das Capitais segundo Taxas de Homicídio Juvenis (por 100mil). Brasil. 2011



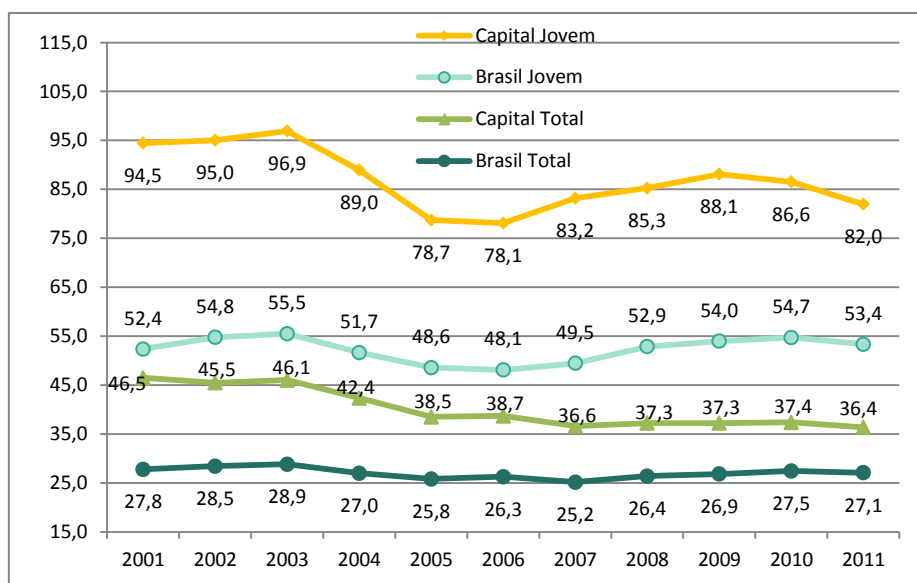
Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 4.2.3. Quadro comparativo das taxas de homicídio por localização e grupo etário. Brasil. 2001/2011

Área	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Capital Jovem	94,5	95,0	96,9	89,0	78,7	78,1	83,2	85,3	88,1	86,6	82,0	-13,2
Brasil Jovem	52,4	54,8	55,5	51,7	48,6	48,1	49,5	52,9	54,0	54,7	53,4	1,9
Capital Total	46,5	45,5	46,1	42,4	38,5	38,7	36,6	37,3	37,3	37,4	36,4	-21,7
Brasil Total	27,8	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	-2,4

Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 4.2.2. Evolução das taxas de homicídio por localização e grupo etário. Brasil. 2001/2011



Fonte: SIM/SVS/MS

5. HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS

A distribuição espacial da violência homicida, principalmente quando desagregada em nível de município, tem se revelado uma fonte profícua de descobertas para a análise dos fatores que incidem em sua produção e reprodução e, a partir desse quadro, melhorar as condições de propor e implantar políticas específicas de enfrentamento. Dada a impossibilidade material de detalhar neste relatório os 5.565 municípios do país, foi decidido enumerar apenas os 100 com maiores índices de violência e oferecer, a quem se interessar, a possibilidade de consultar ou acessar o conjunto dos municípios no site www.mapadaviolencia.org.br.

As duas tabelas a seguir – 5.1 e 5.2 – detalham os 100 municípios com as maiores taxas de homicídio na população total e na juvenil, respectivamente. Nessas tabelas, além de identificar o município e a UF, registra-se a população no ano 2011, os homicídios registrados pelo SIM nos anos 2009, 2010 e 2011 e, a seguir, as taxas de homicídio por 100 mil – jovens ou população total, segundo o caso. Na última coluna, a posição do município no contexto nacional.

Antes de entrar a analisar essas tabelas sintéticas, devemos mencionar um fato relevante que pode ser visualizado no quadro com a totalidade dos municípios: a existência de uma forte concentração de violência homicida em um número limitado de polos ou áreas:

- Um total de 1085 municípios do país (19,5%) dos 5.565 municípios reconhecidos pelo IBGE) não registrou nenhum homicídio entre os anos de 2009 e 2011. São, em geral, municípios de pequeno porte. O maior, Luís Eduardo Magalhães, registrou no censo de 2010 pouco mais de 63 mil habitantes.
- Em contrapartida, 15 municípios superaram a impressionante marca dos 100 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2011. São eles:
 - o Seis municípios de Alagoas: Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro, Pilar, Rio Largo e São Miguel dos Campos.
 - o Três da Bahia: Mata de São João, Porto Seguro e Simões Filho.
 - o Três do Pará: Ananindeua, Marabá e Marituba.
 - o Dois do Paraná: Campina Grande do Sul e Guaíba.
 - o Além de Cabedelo, na Paraíba.

Tabela 5.1. Número e taxas (por mil) de homicídio na população total dos 100 municípios com mais de 20.000 habitantes. Brasil. 2011.							
Município	UF	População 2011	n. homicídios			Taxa	Posição
			2009	2010	2011		
Simões Filho	BA	119.760	153	214	167	139,4	1º
Campina Grande do Sul	PR	39.092	53	48	49	125,3	2º
Ananindeua	PA	477.999	408	744	568	118,8	3º
Cabedelo	PB	59.104	34	57	69	116,7	4º
Arapiraca	AL	216.108	227	223	243	112,4	5º
Maceió	AL	943.110	876	1.027	1.048	111,1	6º
Guaíra	PR	30.861	27	35	34	110,2	7º
Rio Largo	AL	68.885	29	39	75	108,9	8º
São Miguel dos Campos	AL	55.463	29	44	60	108,2	9º
Marituba	PA	110.842	78	111	119	107,4	10º
Marabá	PA	238.708	284	259	256	107,2	11º
Porto Seguro	BA	129.325	128	160	137	105,9	12º
Pilar	AL	33.467	22	28	35	104,6	13º
Mata de São João	BA	40.866	17	24	42	102,8	14º
Marechal Deodoro	AL	46.754	34	33	48	102,7	15º
Pinheiros	ES	24.093	10	8	24	99,6	16º
Sooretama	ES	24.271	19	15	23	94,8	17º
Serra	ES	416.029	394	385	388	93,3	18º
Teixeira de Freitas	BA	140.710	101	121	131	93,1	19º
Ubaitaba	BA	20.449	7	12	19	92,9	20º
Luziânia	GO	177.099	77	133	164	92,6	21º
Itabuna	BA	205.286	232	209	190	92,6	22º
Conde	PB	21.783	10	14	20	91,8	23º
Vera Cruz	BA	38.168	17	24	35	91,7	24º
Itapissuma	PE	24.050	24	25	22	91,5	25º
Lauro de Freitas	BA	167.309	170	193	153	91,4	26º
Santa Rita	PB	121.166	60	80	110	90,8	27º
Mari	PB	21.216	4	5	19	89,6	28º
Valença	BA	89.510	36	90	78	87,1	29º
João Pessoa	PB	733.155	516	580	633	86,3	30º
Itaparica	BA	20.862	9	19	18	86,3	31º
Almirante Tamandaré	PR	104.350	79	75	90	86,2	32º
Presidente Dutra	MA	45.155	22	22	38	84,2	33º
Goianésia do Pará	PA	31.031	32	20	26	83,8	34º
Novo Progresso	PA	25.138	22	27	21	83,5	35º
Juquitiba	SP	28.912	20	34	24	83,0	36º
Cabo de Santo Agostinho	PE	187.159	124	133	154	82,3	37º
Ilhéus	BA	185.801	135	121	152	81,8	38º
Coruripe	AL	52.716	38	26	43	81,6	39º
Valparaíso de Goiás	GO	135.909	76	95	110	80,9	40º
Piraquara	PR	94.518	74	103	76	80,4	41º
Amélia Rodrigues	BA	25.134	15	8	20	79,6	42º
Olho d'Água das Flores	AL	20.437	2	6	16	78,3	43º
Murici	AL	26.867	6	9	21	78,2	44º
Confresa	MT	25.684	7	10	20	77,9	45º
Tailândia	PA	82.434	79	68	64	77,6	46º
Itacaré	BA	24.794	12	11	19	76,6	47º
Altamira	PA	100.736	50	64	76	75,4	48º
Pedro Canário	ES	23.935	23	25	18	75,2	49º

(continua)

Tabela 5.1. (continuação)

Município	UF	População 2011	n. homicídios			Taxa	Posição
			2009	2010	2011		
Camaçari	BA	249.206	124	144	187	75,0	50º
São José da Laje	AL	22.798	14	15	17	74,6	51º
Itaitinga	CE	36.324	19	16	27	74,3	52º
Mossoró	RN	263.344	118	136	194	73,7	53º
São Joaquim de Bicas	MG	26.104	13	8	19	72,8	54º
Almorés	MG	24.948	4	6	18	72,2	55º
Candeias	BA	83.648	33	49	60	71,7	56º
Castanhal	PA	176.116	104	98	125	71,0	57º
Santana do Ipanema	AL	45.197	23	17	32	70,8	58º
Esmeraldas	MG	61.283	24	31	43	70,2	59º
Buritis	RO	32.899	22	32	23	69,9	60º
Palmeira dos Índios	AL	70.556	20	37	49	69,4	61º
Sarandi	PR	83.724	21	39	58	69,3	62º
Penedo	AL	60.638	31	32	42	69,3	63º
Baixo Guandu	ES	29.178	7	11	20	68,5	64º
Belmonte	BA	21.935	14	4	15	68,4	65º
Cupira	PE	23.468	21	6	16	68,2	66º
Tabuleiro do Norte	CE	29.366	11	16	20	68,1	67º
Santo Antônio do Descoberto	GO	64.120	37	30	43	67,1	68º
Betim	MG	383.571	249	215	256	66,7	69º
Águas Lindas de Goiás	GO	163.495	76	100	108	66,1	70º
Alagoinhas	BA	142.870	96	77	94	65,8	71º
Ariquemes	RO	91.570	93	50	60	65,5	72º
União dos Palmares	AL	62.645	38	44	41	65,4	73º
Cristalina	GO	47.537	32	20	31	65,2	74º
Patos	PB	101.359	58	58	66	65,1	75º
Teotônio Vilela	AL	41.480	28	27	27	65,1	76º
Santa Maria do Pará	PA	23.194	4	14	15	64,7	77º
Cariacica	ES	350.615	311	256	226	64,5	78º
Ilha de Itamaracá	PE	22.347	21	15	14	62,6	79º
Salvador	BA	2.693.606	1.883	1.847	1.671	62,0	80º
Mandirituba	PR	22.580	5	5	14	62,0	81º
São Gonçalo do Amarante	RN	89.045	36	25	55	61,8	82º
Joaquim Gomes	AL	22.717	14	14	14	61,6	83º
Agrestina	PE	22.882	17	11	14	61,2	84º
Eunápolis	BA	101.432	118	93	62	61,1	85º
Parauapebas	PA	160.229	104	84	97	60,5	86º
Itabaiana	SE	87.747	42	40	53	60,4	87º
Duque de Caxias	RJ	861.158	582	576	519	60,3	88º
Irecê	BA	66.865	19	27	40	59,8	89º
Cidade Ocidental	GO	57.108	26	25	34	59,5	90º
Pojuca	BA	33.595	15	10	20	59,5	91º
Eldorado dos Carajás	PA	31.954	27	16	19	59,5	92º
Colombo	PR	215.242	124	107	127	59,0	93º
Barbalha	CE	55.960	27	47	33	59,0	94º
Fazenda Rio Grande	PR	83.118	56	49	49	59,0	95º
São Sebastião	AL	32.232	27	20	19	58,9	96º
Sobradinho	BA	22.056	8	8	13	58,9	97º
Rondon do Pará	PA	47.509	33	41	28	58,9	98º
Moju	PA	71.329	27	22	42	58,9	99º
São Mateus	ES	110.454	86	74	65	58,8	100º

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 5.2. Número e taxas (por mil) de homicídio na população jovem dos 100 municípios com mais de 10000 jovens. Brasil, 2011.							
Município	UF	População Jovem	n. homicídios			Taxa	Posição
			2009	2010	2011		
Simões Filho	BA	22.695	77	102	86	378,9	1º
Rio Largo	AL	12.957	12	16	42	324,1	2º
Maceió	AL	173.178	415	522	499	288,1	3º
Ananindeua	PA	93.704	184	302	268	286,0	4º
São Miguel dos Campos	AL	11.004	15	19	30	272,6	5º
Cabedelo	PB	10.644	13	17	29	272,5	6º
Marituba	PA	21.886	24	52	59	269,6	7º
Lauro de Freitas	BA	29.826	98	115	78	261,5	8º
Porto Seguro	BA	24.074	70	69	58	240,9	9º
Serra	ES	77.960	181	179	187	239,9	10º
Itabuna	BA	37.284	104	98	84	225,3	11º
Luziânia	GO	33.428	30	69	73	218,4	12º
Santa Rita	PB	22.097	20	36	48	217,2	13º
João Pessoa	PB	134.339	204	261	289	215,1	14º
Esmeraldas	MG	11.026	10	11	22	199,5	15º
Camaçari	BA	48.285	51	61	94	194,7	16º
Teixeira de Freitas	BA	26.849	49	59	52	193,7	17º
Cabo de Santo Agostinho	PE	35.200	57	55	68	193,2	18º
Arapiraca	AL	42.198	71	77	81	192,0	19º
União dos Palmares	AL	12.253	17	18	23	187,7	20º
Marabá	PA	50.166	98	100	92	183,4	21º
Cariacica	ES	63.565	130	102	115	180,9	22º
Eunápolis	BA	18.908	67	47	34	179,8	23º
Alagoinhas	BA	26.335	45	39	45	170,9	24º
Valença	BA	17.608	17	29	30	170,4	25º
Valparaíso de Goiás	GO	25.924	28	46	44	169,7	26º
Betim	MG	72.156	107	98	122	169,1	27º
Piraquara	PR	17.509	32	27	29	165,6	28º
Ilhéus	BA	33.234	55	46	55	165,5	29º
Salvador	BA	471.250	977	907	777	164,9	30º
Sarandi	PR	15.211	8	17	24	157,8	31º
Castanhal	PA	36.670	53	35	57	155,4	32º
Penedo	AL	11.754	9	8	18	153,1	33º
Vila Velha	ES	72.260	137	100	110	152,2	34º
Foz do Iguaçu	PR	47.372	87	74	72	152,0	35º
Águas Lindas de Goiás	GO	31.629	32	47	48	151,8	36º
Vitória	ES	57.120	100	116	86	150,6	37º
Cidade Ocidental	GO	10.708	8	10	16	149,4	38º
Mossoró	RN	50.677	50	59	74	146,0	39º
Santo Antônio do Descoberto	GO	12.330	16	16	18	146,0	40º
Recife	PE	266.988	522	376	381	142,7	41º
Alvorada	RS	35.060	36	33	50	142,6	42º
Palmeira dos Índios	AL	12.823	2	9	18	140,4	43º
Governador Valadares	MG	46.827	49	48	64	136,7	44º
Fazenda Rio Grande	PR	15.518	22	22	21	135,3	45º
Duque de Caxias	RJ	148.620	232	211	201	135,2	46º
Candeias	BA	15.645	19	19	21	134,2	47º
São José dos Pinhais	PR	47.875	80	64	63	131,6	48º
Linhares	ES	26.891	51	38	35	130,2	49º

(continua)

Tabela 5.2. (continuação)

Município	UF	População Jovem	n. homicídios			Taxa	Posição
			2009	2010	2011		
Fortaleza	CE	481.193	427	605	624	129,7	50º
Almirante Tamandaré	PR	19.546	31	30	25	127,9	51º
Vespasiano	MG	19.708	12	18	25	126,9	52º
Guarapari	ES	18.156	25	20	23	126,7	53º
Vitória da Conquista	BA	57.879	79	119	72	124,4	54º
Natal	RN	154.326	144	141	191	123,8	55º
Dias d'Ávila	BA	12.985	21	21	16	123,2	56º
Colombo	PR	39.903	47	48	49	122,8	57º
Ribeirão das Neves	MG	56.421	55	52	68	120,5	58º
Manaus	AM	362.208	302	338	436	120,4	59º
Viana	ES	12.481	14	15	15	120,2	60º
São Mateus	ES	20.812	35	27	25	120,1	61º
Macaé	RJ	37.799	20	34	45	119,1	62º
Feira de Santana	BA	106.128	126	161	126	118,7	63º
Patos	PB	18.597	24	18	22	118,3	64º
Horizonte	CE	12.697	4	5	15	118,1	65º
Tucuruí	PA	21.305	29	15	25	117,3	66º
Planaltina	GO	16.302	9	13	19	116,6	67º
Bayeux	PB	18.920	31	29	22	116,3	68º
Itabaiana	SE	17.272	9	14	20	115,8	69º
Cabo Frio	RJ	32.140	59	38	37	115,1	70º
São Gonçalo do Amarante	RN	17.553	16	11	20	113,9	71º
Jaboatão dos Guararapes	PE	115.003	180	143	128	111,3	72º
Paulista	PE	51.363	61	56	57	111,0	73º
Moju	PA	15.351	9	11	17	110,7	74º
Caruaru	PE	61.327	58	64	66	107,6	75º
Formosa	GO	19.515	18	21	21	107,6	76º
Tailândia	PA	18.077	31	20	19	105,1	77º
Olinda	PE	63.749	101	84	67	105,1	78º
Viçosa	MG	13.423	6	5	14	104,3	79º
Altamira	PA	20.324	12	16	21	103,3	80º
Belém	PA	263.069	311	371	271	103,0	81º
Cianorte	PR	12.782	7	5	13	101,7	82º
Cascavel	PR	55.251	55	65	56	101,4	83º
Campo Mourão	PR	15.813	13	20	16	101,2	84º
Belo Horizonte	MG	403.260	414	335	405	100,4	85º
Aracruz	ES	15.971	11	16	16	100,2	86º
Vitória de Santo Antão	PE	24.077	22	15	24	99,7	87º
Parauapebas	PA	35.218	45	33	35	99,4	88º
Barbalha	CE	11.124	7	10	11	98,9	89º
Campina Grande	PB	72.221	88	86	71	98,3	90º
Aparecida de Goiânia	GO	90.467	72	76	87	96,2	91º
Maracanaú	CE	43.955	39	55	42	95,6	92º
Ibirité	MG	30.409	30	28	29	95,4	93º
Dourados	MS	37.044	34	37	35	94,5	94º
Caldas Novas	GO	12.729	4	7	12	94,3	95º
Nova Iguaçu	RJ	136.994	85	145	129	94,2	96º
Caraguatatuba	SP	17.113	8	12	16	93,5	97º
Coronel Fabriciano	MG	18.285	4	8	17	93,0	98º
Santa Isabel do Pará	PA	12.914	3	10	12	92,9	99º
Goiânia	GO	246.578	166	177	229	92,9	100º

Fonte: SIM/SVS/MS

Entre os jovens, a situação é bem mais complexa e dramática.

- A concentração em determinadas áreas e municípios é bem maior nos caso das vítimas jovens. Em perto da metade dos 5.565 municípios do país – 2.584 municípios = 46,4% - o SIM não registrou nenhum homicídio nos três últimos anos disponíveis: 2009 a 2011.
- Em quase 2/3 – 3.638 municípios = 65,4% - nenhum homicídio juvenil no ano de 2011.
- Em contrapartida, a situação dos municípios que apresentam vítimas juvenis é bem dramática.

O Se para a população total Simões Filho da Bahia apresentava uma taxa de 139,4, para os jovens essa taxa quase triplica: 378,9 homicídios por 100 mil jovens. Outro município, Rio Largo, de Alagoas, também apresenta uma taxa juvenil que supera a marca dos 300 homicídios por 100 mil jovens.

O Outros 12 municípios: três da Bahia, três da Paraíba, dois de Alagoas – entre eles, sua capital, que junto com João Pessoa são as únicas a ultrapassar a casa dos 200 homicídios por 100 mil jovens, mais dois da Paraíba, além de sua capital, dois do Pará, uma de Goiás e outra do Espírito Santo apresentam a inaceitável realidade do extermínio da sua juventude.

O Ainda, o ano 2011 revela 72 municípios com taxas acima de 100 homicídios por 100 mil jovens.

Esse nível de desagregação, já realizado em diversos estudos anteriores, possibilitou detectar *constelações* de municípios com mecanismos de geração de violência bem diferenciados:

- **Novos polos de desenvolvimento.** Com o processo de desconcentração econômica acontecido no Brasil, principalmente nas décadas finais do século XX, que será aprofundado no capítulo 9, emergem novos polos de desenvolvimento, seja no interior dos estados mais desenvolvidos, seja em outras áreas periféricas, à margem do processo. Esses novos polos tornam-se áreas atrativas de população e de investimentos que, diante da limitada e deficitária presença dos poderes públicos, principalmente na área de segurança, convertem-se também em polos atrativos da criminalidade e da violência.
- **Municípios de zona de fronteira,** dominadas por grandes interesses e estruturas do contrabando de armas, de produtos, de pirataria e/ou, também, rotas do tráfico.
- **Municípios do arco do desmatamento amazônico,** palco de interesses políticos e econômicos em torno de megaempreendimentos agrícolas que movimentam madeireiras ilegais, processos de grilagem de terras, de extermínio de populações indígenas e de trabalho escravo.
- **Municípios de turismo predatório.** Localizados, principalmente, na orla marítima, que atrai turismo flutuante de finais de semana altamente predatório.

- **Municípios com domínio territorial** de quadrilhas, milícias e/ou tráfico.
- **Currais políticos** tradicionais do coronelismo e pistolagem.

6. HOMICÍDIOS: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Informações internacionais sobre o tema permitem obter uma visão comparativa sobre os níveis de violência existentes no país. Vemos assim que, com uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes e 54,8 por 100 mil jovens, o Brasil ocupa a sétima posição no conjunto dos 95 países do mundo com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde sobre o tema, dados compreendidos entre 2007 e 2011, de acordo com o especificado no capítulo metodológico.

O quadro comparativo internacional já foi bem pior para o Brasil. No ano de 1999¹⁷, com taxas menores que as atuais – 26,3 homicídios por 100 mil habitantes – o Brasil ocupava o segundo lugar, imediatamente atrás da Colômbia. E com 48,5 homicídios por 100 mil jovens de 15 a 24 anos de idade, o terceiro lugar, depois da Colômbia e de Puerto Rico. Não podemos interpretar essa sétima posição como uma *melhoria* dos índices nacionais. Foi mais devido ao crescimento explosivo da violência em vários outros países do mundo que originou esse recuo relativo. Aqui se incluem vários países centro-americanos, como El Salvador e Guatemala, onde eclode a violência das gangues ou marras juvenis, ou a Venezuela, com problemas político-estruturais.

Outra forma de verificar o significado de nossa violência homicida é comparando nossos patamares com os de outros países tidos como civilizados.

Comparando nossos níveis de homicídios na população total, a taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes é:

- 274 vezes maior que a de Hong Kong.
- 137 vezes maior que as do Japão, Inglaterra e Gales ou Marrocos.
- 91 vezes maior que as do Egito ou Sérvia.

Já nossa taxa de 54,8 homicídios por 100 mil jovens resulta:

- 547 vezes superior às taxas de Hong Kong.
- 273 vezes superior às taxas da Inglaterra ou Japão.
- 137 vezes superior às taxas da Alemanha ou Áustria.

¹⁷ J.J. WAISELFSZ. *Mapa da Violência III. Os jovens do Brasil*. Brasília, UNESCO. 2002.

Tabela 6.1. Taxas de homicídio (por 100mil) Total e Jovem em 95 países do mundo. Último ano disponível.

País	Ano	Taxas		Posição	
		Total	Jovem	Total	Jovem
El Salvador	2009	62,4	112,3	1º	1
Ilhas Virgens-EUA	2007	40,0	104,0	4º	2
Trinidad e Tobago	2008	46,1	82,4	2º	3
Venezuela	2007	36,4	80,4	6º	4
Colômbia	2009	45,0	70,5	3º	5
Guatemala	2008	38,7	59,2	5º	6
Brasil	2010	27,4	54,7	7º	7
Panamá	2009	23,7	51,0	10º	8
Puerto Rico	2007	19,3	45,7	13º	9
Bahamas	2008	24,9	38,1	9º	10
Belize	2009	27,3	36,6	8º	11
México	2010	22,1	28,1	11º	12
Equador	2010	15,7	22,3	15º	13
Barbados	2008	17,3	19,0	14º	14
Guiana	2008	15,6	18,4	16º	15
África do Sul	2009	10,4	16,9	21º	16
Dominica	2010	22,0	15,2	12º	17
Paraguai	2009	10,6	13,5	20º	18
Costa Rica	2009	9,2	13,0	23º	19
Filipinas	2008	13,0	11,8	18º	20
EUA	2010	5,3	10,9	34º	21
São Vicente e Gr.	2010	12,5	10,8	19º	22
Iraque	2008	9,4	10,7	22º	23
Noruega	2011	2,4	10,5	44º	24
Chile	2009	5,4	9,4	33º	25
Rússia	2010	13,3	8,8	17º	26
Argentina	2010	4,4	7,7	39º	27
Nicarágua	2010	6,3	7,5	26º	28
Uruguai	2009	5,2	7,2	35º	29
Santa Lúcia	2008	2,5	6,9	43º	30
Cazaquistão	2010	8,6	6,8	24º	31
Cuba	2010	4,5	5,3	38º	32
Bielorrússia	2009	6,1	4,2	28º	33
Quirguistão	2010	6,2	3,8	27º	34
Jordânia	2009	2,3	3,6	45º	35
Canadá	2009	1,7	3,5	53º	36
Luxemburgo	2011	0,4	3,4	84º	37
Ucrânia	2011	5,6	3,3	31º	38
Estônia	2011	4,8	3,1	37º	39
Irlanda do Norte	2010	1,5	3,1	57º	40
Suriname	2009	6,7	3,0	25º	41
Rep. de Moldávia	2011	5,5	3,0	32º	42
Escócia	2010	1,6	2,6	55º	43
Nova Zelândia	2009	2,0	2,6	49º	44
Israel	2010	2,2	2,3	46º	45
Peru	2007	1,7	2,0	54º	46
Lituânia	2010	5,2	1,7	36º	47
Finlândia	2011	1,9	1,7	51º	48
Dinamarca	2011	0,8	1,5	73º	49
Irlanda	2010	0,9	1,4	69º	50
Bélgica	2009	1,3	1,3	58º	51
Suíça	2010	2,9	1,3	42º	52
Croácia	2011	1,1	1,3	64º	53
Suécia	2010	1,0	1,1	67º	54
Montenegro	2009	2,1	1,1	47º	55
Holanda	2011	0,9	1,0	70º	56
Austrália	2011	0,9	0,9	71º	57
Bulgária	2011	1,3	0,9	59º	58
Letônia	2010	6,1	0,9	29º	59
Romênia	2011	2,0	0,9	50º	60
Armênia	2011	1,3	0,9	60º	61
França	2009	0,8	0,8	74º	62
Itália	2010	0,8	0,8	75º	63
Chipre	2011	1,2	0,8	61º	64
Eslováquia	2010	1,2	0,8	62º	65
Malásia	2008	0,8	0,7	76º	66
Hungria	2011	1,6	0,7	56º	67
Espanha	2011	0,7	0,7	78º	68
Macedônia	2010	2,1	0,6	48º	69
Portugal	2011	0,9	0,6	72º	70
Fiji	2009	1,0	0,6	68º	71
Kuwait	2011	0,4	0,6	85º	72
Maurício	2011	3,3	0,5	41º	73
Rep. de Coreia	2011	1,1	0,5	65º	74
Reino Unido	2010	0,3	0,5	86º	75
Rep. Tcheca	2011	0,8	0,5	77º	76
Geórgia	2010	0,3	0,4	87º	77
Eslovênia	2010	0,5	0,4	79º	78
Alemanha	2011	0,5	0,4	80º	79
Polônia	2011	1,1	0,4	66º	80
Áustria	2011	0,5	0,4	81º	81
Sérvia	2011	1,8	0,3	52º	82
Egito	2011	0,2	0,3	89º	83
Marrocos	2008	0,2	0,2	89º	84
Inglaterra e Gales	2010	0,1	0,2	89º	85
Azerbaijão	2007	0,2	0,2	89º	86
Japão	2011	0,3	0,2	88º	87
Hong Kong	2011	0,3	0,1	89º	88
Seychelles	2009	5,7	0,0	30º	89
Aruba	2009	3,9	0,0	40º	89
Antígua e Barbuda	2009	1,2	0,0	63º	89
Malta	2011	0,5	0,0	82º	89
Catar	2009	0,5	0,0	83º	89
Islândia	2009	0,3	0,0	89º	89
Omã	2009	0,1	0,0	89º	89

Fontes: Whosis. Census.

7. OS NOVOS PADRÕES DA VIOLÊNCIA HOMICIDA

Nos diversos mapas elaborados a partir de 2004 já indicávamos uma mudança nos padrões de evolução da violência homicida no país, mais tarde objeto de um mapa específico¹⁸.

Apontamos a existência de dois processos concomitantes de desconcentração dos homicídios. Por um lado, a **interiorização**: se até 1996 o crescimento dos homicídios acontecia fundamentalmente nas capitais e nos grandes conglomerados metropolitanos, esse crescimento praticamente estagna até o ano 2003, e os polos dinâmicos da violência vão se deslocando, progressivamente, rumo aos municípios do interior. A partir de 2003, as taxas das capitais começam decididamente a encolher, enquanto as do interior continuam crescendo, num processo de aproximação de níveis de violência.

Também verificamos a existência de um segundo movimento, de **disseminação**, agora entre os estados. As UFs relativamente tranquilas na virada do século experimentam pesados aumentos nos seus níveis de violência. Esses dois processos concomitantes originaram a migração dos polos dinâmicos da violência de um limitado número de capitais e/ou grandes regiões metropolitanas, que melhoram a eficiência de seus aparelhos de segurança, para regiões menos protegidas, seja no interior dos estados, seja para outras Unidades Federativas.

7.1. Disseminação da violência.

No capítulo 3, analisando a tabela 3.1.3, observávamos: das 10 UFs que no ano 2001 ostentavam os maiores índices de homicídio, oito tiveram quedas em seus índices e, em alguns casos, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, as quedas foram bem expressivas. Só o Espírito Santo e o Distrito Federal apresentaram um leve aumento na década analisada.

Já nas 17 Unidades que no ano 2001 apresentavam os menores índices de homicídio, em todas - sem exceção - as taxas crescem no período. Esse crescimento foi muito elevado e preocupante em diversos casos, como os de Alagoas, Paraíba, Pará ou Bahia que, de posições intermediárias ou de relativa tranquilidade em 2001, passam à liderança nacional no triste ranking da violência.

Analisando as capitais no capítulo quarto, ao confrontar a situação dessas cidades no ano de 1999 e 2011 na tabela 4.1.5. verificamos que nas oito capitais com as maiores taxas de homicídio no ano de 2001 os índices caem e de forma muito expressiva, como

¹⁸ WAISELFISZ J.J. Mapa da Violência 2012. Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo. Instituto Sangari. 2012.

nos casos de São Paulo, Macapá, Rio de Janeiro e Boa Vista. Nas restantes 19 capitais, as que no ano de 1999 apresentavam as menores taxas do país, os homicídios aumentam, exceto em Campo Grande. Em diversos casos, aumentam de forma bem preocupante, como aconteceu em Maceió, João Pessoa, Salvador, Manaus, Goiana, Fortaleza e São Luís.

7.2. Interiorização da violência

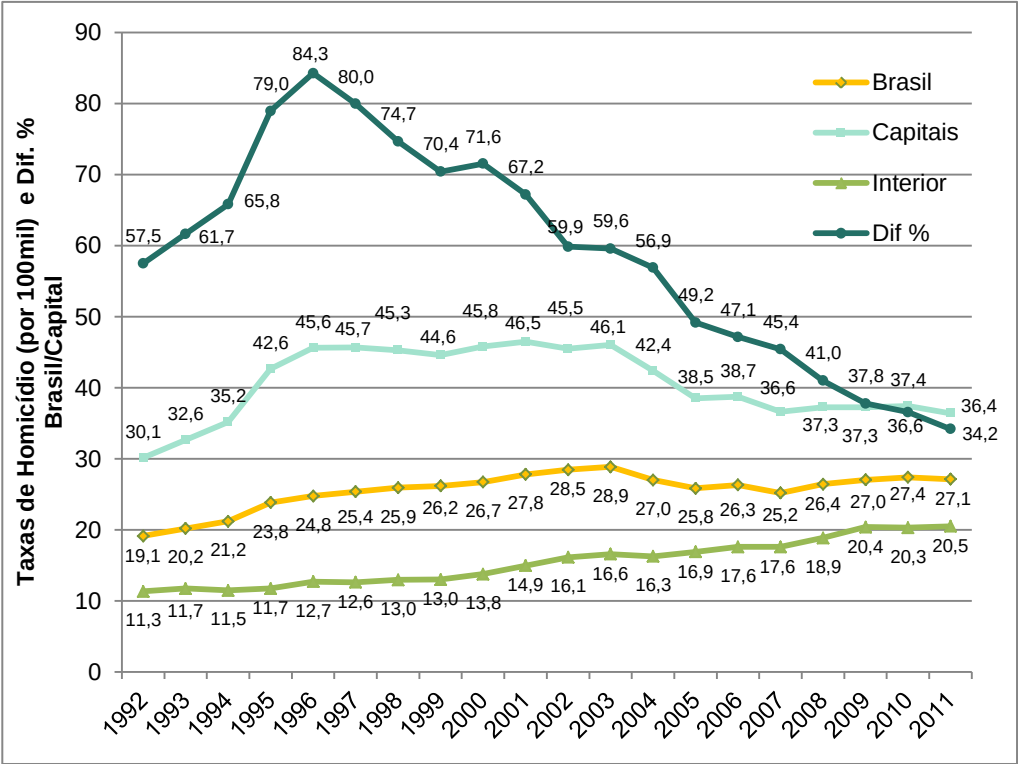
Como indicamos na introdução, os dados históricos tornam visível outro processo de desconcentração que acontece concomitante com o anterior: é o que chamamos de interiorização, quando os polos dinâmicos da violência se deslocam das capitais e/ou regiões metropolitanas rumo ao interior dos estados. Esses dois processos só podem ser desagregados analiticamente para melhor compreensão dos processos implicados. Trata-se, em realidade, de uma única mudança que vai de umas poucas metrópoles rumo a cidades de menor porte, seja no interior dos estados, seja em outros estados.

Na tabela e gráfico a seguir podemos acompanhar melhor a evolução da participação das capitais na geração da violência homicida do país e o crescimento da violência no interior dos estados. Podemos observar a existência de três grandes períodos claramente delimitados:

a. **1980/1996:** Nesse primeiro período, que vai de 1980 a 1996, registrou-se um acelerado crescimento das taxas nas capitais, que passam de 20,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980, para 45,6 em 1996, representando um crescimento de 121,0% nesses 15 anos. Nesse período, o interior¹⁹ passou de 7,5 para 12,7 homicídios por 100 mil habitantes: crescimento de 69,1%, bem menor que o das capitais. Fica evidente que o comando do crescimento no período ficou por conta das capitais, responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais. Nos primeiros anos da década de 80 as taxas do país giravam em torno de 13 homicídios por 100 mil e as das capitais rondavam a casa dos 20: a diferença entre ambas era de 50%. Já para 1996, essa diferença chega à sua máxima expressão: as taxas das capitais resultam 84,3% maiores que as nacionais.

¹⁹ Na categoria *Capitais* consideram-se exclusivamente os municípios sede, sem incluir o entorno (regiões metropolitanas, RIDE, etc. Já no conceito *Interior* excluem-se do total Brasil os quantitativos das Capitais e das Regiões Metropolitanas reconhecidas pelo IBGE no ano de 2010.

Gráfico 7.2.1. Taxas de Homicídio (por 100mil) Brasil, Capitais e Interior e Diferença % Brasil/Capitais. População Total.1992/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 7.2.1 Crescimento % das taxas de homicídio. Brasil, Capitais e Interior, por período. População Total. Brasil. 1980/2011			
Área	1980/1996	1996/2003	2003/2011
Brasil	111,9	16,5	-6,0
Capitais	121,0	0,9	-20,9
Interior	69,1	30,4	23,6

Fonte: SIM/SVS/MS

b. **1996/2003.** Arrefece o crescimento de homicídios das capitais, cujo aumento nos sete anos foi praticamente inexistente: 0,9%. Já as taxas do interior, neste mesmo período, crescem 30,4%. Ainda assim, ambas as áreas contribuem para o aumento da violência nacional, agora com maior peso para o interior. Vemos que a diferença percentual entre as taxas nacionais e as das capitais, a partir de 1996, é sistematicamente decrescente. Nessa fase de estagnação dos índices das capitais, o

fator determinante é o crescimento no interior, o qual determina a elevação das taxas nacionais.

c. **2003/2011.** Nesse período as taxas das capitais recuam de forma clara e sistemática, passando de 41,6 homicídios por 100 mil para 36,4 em 2011, o que representa uma queda de 29,9% nos oito anos. Já os índices do interior continuam crescendo: 23,6% no período. Dessa forma, o interior assume claramente o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida, contrapondo-se às quedas substantivas nos níveis da violência que as capitais estariam gerando. No Gráfico 7.2.1 podemos perceber a contínua queda do diferencial entre as taxas nacionais e as das capitais, que no ano de 2011 atingem sua menor expressão histórica: 34,2%.

7.3. Deslocamento dos polos dinâmicos.

Esse duplo processo de disseminação e interiorização originou o deslocamento dos polos dinâmicos da violência: de municípios de grande porte - acima de 100 mil habitantes - para municípios de pequeno e médio porte.

Pela tabela 7.3.1 vemos que, até o ano 2000, os municípios onde se concentrou o crescimento foram os de 100 mil habitantes ou mais. Já os municípios de menor tamanho também cresceram, mas em menor escala.

No período de 2000 a 2011:

- Nos municípios de maior porte, com mais de 500 mil habitantes, o crescimento foi negativo, os índices caíram 28,3%.
- Nos municípios entre 200 e 500 mil habitantes não houve praticamente alteração; permaneceram estagnados, próximos aos 35 homicídios por 100 mil habitantes.
- Também nos municípios entre 100 e 200 mil habitantes o crescimento foi baixo: 17,7%
- O crescimento nesse período concentra-se nos municípios de menor tamanho, que abrangem a faixa até 100 habitantes, contrastando agora com os de maior porte, que caem ou estagnam em suas taxas de homicídio.
- Devemos considerar que, apesar do menor porte, esses municípios representam quase a metade da população brasileira: exatos 86,3 milhões, o que representa 45,3% do total registrado pelo Censo de 2010.

Tabela 7.3.1. Taxas e crescimento (%) dos homicídio (por 100mil), número e população dos municípios por tamanho. Brasil: 1980/2010

Faixa de tamanho (em n. de habitantes)	Taxas (por 100mil)				Δ% 1980/ 2000	Δ% 2000/ 2011	Municípios em 2010		População em 2010	
	1980	1990	2000	2011			n.	%	n.	%
Até 5 mil.	4,2	6,0	6,4	8,8	51,8	37,5	1.301	23,4	4.374.345	2,3
de 5 a -10 mil	4,4	6,4	7,9	11,6	81,1	47,0	1.212	21,8	8.541.935	4,5
de 10 a -20 mil	5,8	8,3	9,7	14,5	67,6	49,1	1.401	25,2	19.743.967	10,4
de 20 a -50 mil	7,2	11,1	12,2	20,5	69,4	67,9	1.043	18,7	31.344.671	16,4
de 50 a -100mil	9,2	16,3	17,7	26,1	92,3	47,5	325	5,8	22.314.204	11,7
de 100 a -200 mil	12,4	23,9	27,3	32,1	120,9	17,7	150	2,7	20.078.754	10,5
de 200 a -500 mil	15,8	27,7	34,6	34,8	118,8	0,7	95	1,7	28.486.417	14,9
500 mil e mais.	20,8	41,1	48,3	34,7	132,1	-28,3	38	0,7	55.871.506	29,3
Total	11,7	22,2	26,7	27,1	128,8	1,5	5.565	100,0	190.755.799	100,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

8. QUESTÕES DE GÊNERO E DE RAÇA/COR

8.1. Gênero

A distribuição dos homicídios, quando levamos em conta o gênero das vítimas, não é nem equitativa, nem igualitária, acompanha bem de perto nossas mazelas sociais. Por esse motivo são indicadores privilegiados dos conflitos e mecanismos de segregação social que os discursos (público e privado) tendem a ocultar.

Os estudos existentes coincidem na afirmação de que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina só representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina.

Ainda assim, apesar desse baixo índice, no último ano acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídio. Nos 32 anos considerados – de 1980 a 2011, morreram assassinadas 96.612 mulheres. Só no presente século, morreram praticamente a metade desse total.

A tabela e o gráfico 8.1.1 especificam essa evolução de forma mais detalhada, evidenciando forte crescimento das taxas entre 1980 e 1996: 4,6% ao ano. A partir dessa data, o número de homicídios de mulheres aumenta, mas em menor proporção que a população feminina, pelo que as taxas caem levemente até 2006, com um ritmo de 0,9% ao ano. No ano de 2007 uma significativa queda é registrada: as taxas caem 7,6%²⁰. Em setembro de 2006 entra em vigor a Lei Maria da Penha, aumentando o rigor das punições da violência contra as mulheres no âmbito doméstico. Mas essa queda acentuada só dura um ano: a partir de 2008 as taxas tendem a subir novamente, recuperando e até superando níveis anteriores.

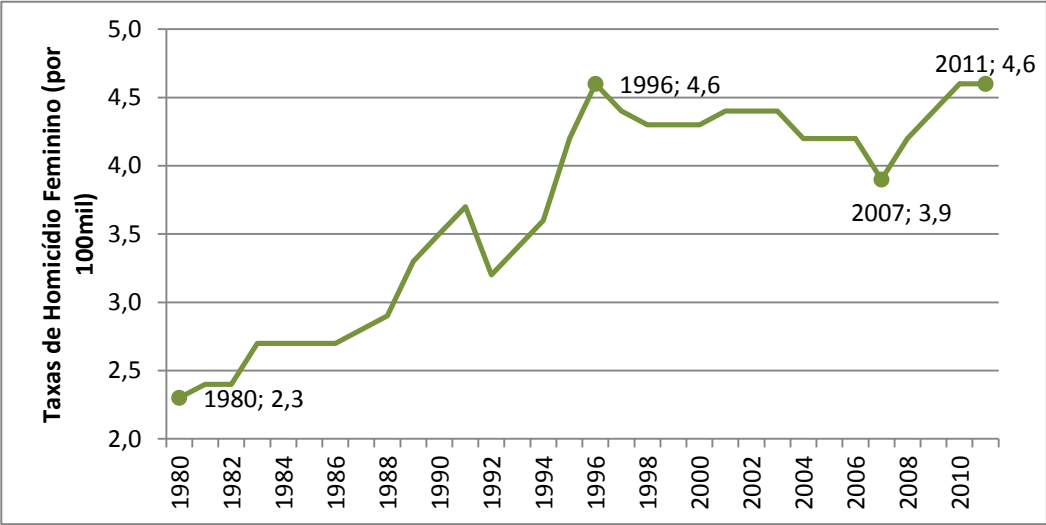
O panorama da violência contra a mulher se apresenta bem mais heterogêneo quando desagregamos os dados para Unidades Federadas, como podemos ver nas tabelas 8.1.2 e 8.1.3 e no gráfico 8.1.2. O estado mais violento – Espírito Santo – teve em 2011 uma taxa de 9,2 vítimas de homicídio por 100 mil mulheres. Já no de menor índice, no Piauí, essa taxa foi de 2,6. Dessa forma, a taxa do Espírito Santo resulta perto de quatro vezes maior que a do Piauí. Mas os dados também indicam que o Espírito Santo atingiu o pico de 12,3 homicídios por 100 mil mulheres em 2009. Já nos anos 2010 e 2011 as taxas caem, mas não o suficiente para tirar o estado do primeiro lugar no mapa da violência contra as mulheres.

²⁰ A lei Maria da Penha entra em vigor em setembro de 2006, aumentando o rigor das punições das agressões contra as mulheres no âmbito doméstico.

Tabela 8.1.1 Número e taxas (por 100mil mulheres) de homicídios femininos. Brasil. 1980/2011.					
Ano	n.	Taxas	Ano	n.	Taxas
1980	1.353	2,3	1996	3.682	4,6
1981	1.487	2,4	1997	3.587	4,4
1982	1.497	2,4	1998	3.503	4,3
1983	1.700	2,7	1999	3.536	4,3
1984	1.736	2,7	2000	3.743	4,3
1985	1.766	2,7	2001	3.851	4,4
1986	1.799	2,7	2002	3.867	4,4
1987	1.935	2,8	2003	3.937	4,4
1988	2.025	2,9	2004	3.830	4,2
1989	2.344	3,3	2005	3.884	4,2
1990	2.585	3,5	2006	4.022	4,2
1991	2.727	3,7	2007	3.772	3,9
1992	2.399	3,2	2008	4.023	4,2
1993	2.622	3,4	2009	4.260	4,4
1994	2.838	3,6	2010	4.465	4,6
1995	3.325	4,2	2011	4.512	4,6
Número 1980/2011			96.612		
Número 2000/2011			48.166		
Δ% 1980/2011			233,5%		

Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 8.1.1. Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil, 1980/2010



Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 8.1.2. Número de homicídios femininos por UF e Região. Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	12	11	15	10	13	15	17	14	16	18	19	58,3
Amapá	12	12	16	15	15	13	11	13	12	16	19	58,3
Amazonas	55	35	35	49	47	52	51	63	67	66	80	45,5
Pará	98	72	90	93	124	136	144	164	180	230	185	88,8
Rondônia	65	43	51	33	49	51	27	39	52	37	48	-26,2
Roraima	7	12	6	7	12	13	19	15	24	11	10	42,9
Tocantins	24	21	22	18	21	24	29	21	31	34	48	100,0
Norte	273	206	235	225	281	304	298	329	382	412	409	49,8
Alagoas	54	70	69	76	75	106	108	83	109	134	138	155,6
Bahia	116	119	152	195	209	241	249	308	341	433	444	282,8
Ceará	115	124	103	123	141	133	126	118	140	174	190	65,2
Maranhão	54	37	66	53	58	65	61	81	84	117	130	140,7
Paraíba	47	44	35	61	59	63	69	85	97	117	143	204,3
Pernambuco	295	279	272	275	283	314	287	298	308	251	264	-10,5
Piauí	36	28	33	26	42	32	36	40	32	40	32	-11,1
Rio Grande do Norte	24	23	32	21	42	41	43	60	56	71	70	191,7
Sergipe	32	37	34	29	29	42	37	35	41	45	60	87,5
Nordeste	773	761	796	859	938	1.037	1.016	1.108	1.208	1.382	1.471	90,3
Espírito Santo	133	149	142	135	148	183	184	191	217	175	166	24,8
Minas Gerais	240	293	370	370	375	393	406	372	401	405	457	90,4
Rio de Janeiro	564	563	525	507	510	508	416	372	351	339	369	-34,6
São Paulo	1.102	1.051	1.032	859	777	778	591	666	653	671	573	-48,0
Sudeste	2.039	2.056	2.069	1.871	1.810	1.862	1.597	1.601	1.622	1.590	1.565	-23,2
Paraná	196	202	229	250	241	248	243	307	330	338	282	43,9
Rio Grande do Sul	179	197	176	194	206	161	192	216	226	227	201	12,3
Santa Catarina	61	76	69	80	68	93	71	86	92	111	76	24,6
Sul	436	475	474	524	515	502	506	609	648	676	559	28,2
Distrito Federal	50	56	75	59	57	55	67	72	85	78	83	66,0
Goiás	125	141	132	138	124	136	126	161	155	172	261	108,8
Mato Grosso	92	93	92	99	89	71	96	84	94	80	87	-5,4
Mato Grosso do Sul	63	79	64	55	70	55	66	59	66	75	77	22,2
Centro-Oeste	330	369	363	351	340	317	355	376	400	405	508	53,9
BRASIL	3.851	3.867	3.937	3.830	3.884	4.022	3.772	4.023	4.260	4.465	4.512	17,2

Fonte: SIM/SVS/MS

Outros fatos merecem destaque:

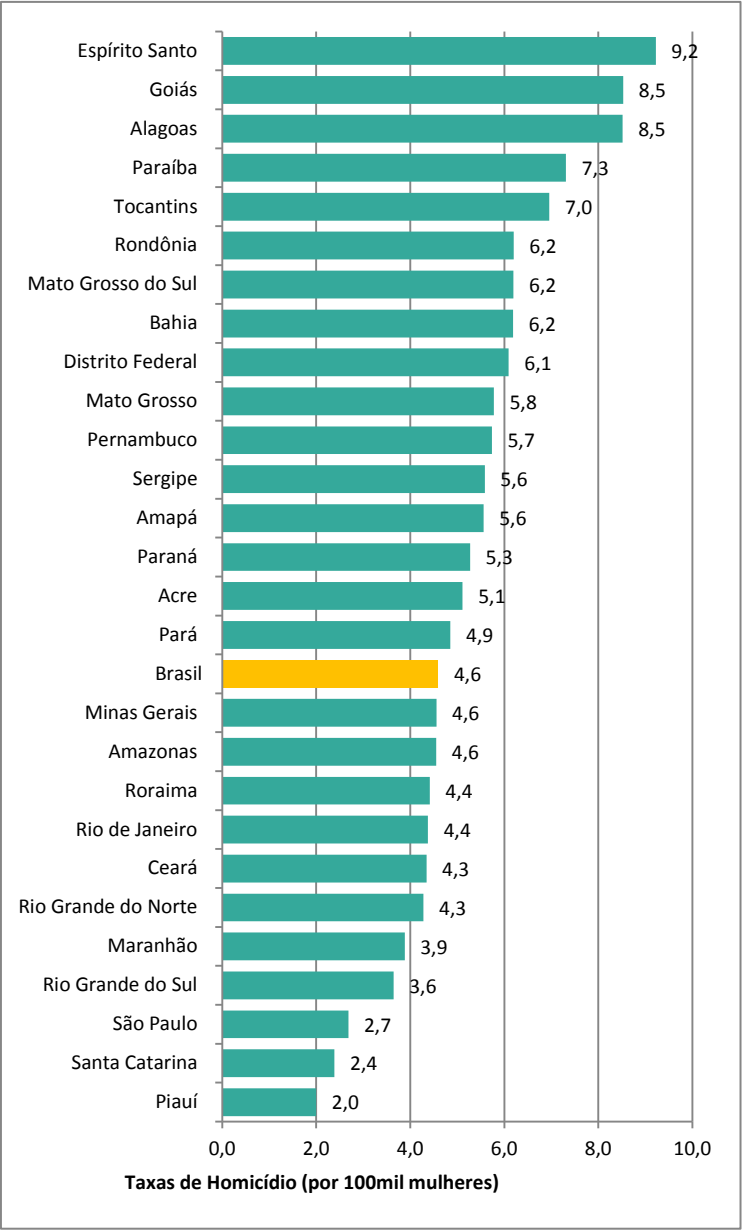
- Considerando o Brasil como um todo, o número de homicídios de mulheres aumenta 17,2% na década, duplicando o aumento do número de assassinatos masculinos que, no mesmo período, foi de 8,1%.
- O impacto da Campanha do Desarmamento nos anos 2004 e 2005 foi relativamente mais baixo entre as mulheres, devido fundamentalmente à maior carga de domesticidade deste tipo de assassinato e menor uso relativo de armas de fogo.
- Em duas unidades, Bahia e Paraíba, o número de homicídios de mulheres mais que triplica na década.
- Cinco estados: Tocantins, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Goiás duplicam ou mais seu número de homicídio de mulheres.

Tabela 8.1.3. Taxas de homicídio femininos (por 100mil) na população total segundo UF e Região. Brasil. 2001/2011

UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2001/11
Acre	4,2	3,8	5,0	3,3	3,9	4,4	4,9	4,1	4,7	4,9	5,1	
Amapá	4,8	4,7	6,0	5,4	5,1	4,2	3,5	4,3	3,8	4,8	5,6	
Amazonas	3,8	2,4	2,3	3,2	2,9	3,2	3,0	3,8	4,0	3,8	4,6	
Pará	3,1	2,3	2,8	2,8	3,6	3,9	4,0	4,5	4,9	6,1	4,9	
Rondônia	9,5	6,2	7,2	4,6	6,6	6,7	3,5	5,3	7,0	4,8	6,2	
Roraima	4,3	7,1	3,4	3,9	6,3	6,6	9,6	7,7	12,1	5,0	4,4	
Tocantins	4,1	3,6	3,7	2,9	3,3	3,7	4,3	3,3	4,9	5,0	7,0	
Norte	4,2	3,1	3,5	3,2	3,9	4,1	3,9	4,4	5,0	5,2	5,1	
Alagoas	3,7	4,7	4,6	5,0	4,9	6,8	6,8	5,2	6,8	8,3	8,5	
Bahia	1,7	1,8	2,2	2,8	3,0	3,4	3,5	4,2	4,6	6,1	6,2	
Ceará	3,0	3,2	2,6	3,1	3,4	3,2	3,0	2,7	3,2	4,0	4,3	
Maranhão	1,9	1,3	2,2	1,8	1,9	2,1	1,9	2,6	2,6	3,5	3,9	
Paraíba	2,6	2,4	1,9	3,3	3,2	3,4	3,7	4,4	5,0	6,0	7,3	
Pernambuco	7,1	6,7	6,4	6,5	6,5	7,1	6,5	6,6	6,8	5,5	5,7	
Piauí	2,5	1,9	2,2	1,7	2,7	2,1	2,3	2,5	2,0	2,5	2,0	
Rio Grande do Norte	1,7	1,6	2,2	1,4	2,7	2,6	2,7	3,8	3,5	4,4	4,3	
Sergipe	3,5	3,9	3,6	3,0	2,9	4,1	3,6	3,4	4,0	4,2	5,6	
Nordeste	3,1	3,1	3,2	3,4	3,6	3,9	3,8	4,1	4,4	5,1	5,4	
Espírito Santo	8,4	9,2	8,7	8,1	8,6	10,5	10,3	10,9	12,3	9,8	9,2	
Minas Gerais	2,6	3,2	3,9	3,9	3,9	4,0	4,1	3,7	4,0	4,1	4,6	
Rio de Janeiro	7,4	7,3	6,8	6,5	6,4	6,3	5,1	4,5	4,2	4,1	4,4	
São Paulo	5,7	5,4	5,2	4,3	3,8	3,7	2,8	3,2	3,1	3,2	2,7	
Sudeste	5,4	5,4	5,4	4,8	4,5	4,6	3,9	3,9	3,9	3,9	3,8	
Paraná	4,0	4,1	4,6	4,9	4,7	4,7	4,6	5,7	6,1	6,4	5,3	
Rio Grande do Sul	3,4	3,7	3,3	3,6	3,7	2,9	3,4	3,9	4,1	4,1	3,6	
Santa Catarina	2,2	2,7	2,5	2,8	2,3	3,1	2,3	2,8	3,0	3,5	2,4	
Sul	3,4	3,6	3,6	3,9	3,8	3,6	3,6	4,4	4,6	4,8	4,0	
Distrito Federal	4,6	5,0	6,6	5,1	4,7	4,4	5,3	5,4	6,2	5,8	6,1	
Goiás	4,9	5,4	5,0	5,1	4,4	4,7	4,3	5,5	5,2	5,7	8,5	
Mato Grosso	7,4	7,3	7,1	7,6	6,5	5,1	6,7	5,8	6,4	5,4	5,8	
Mato Grosso do Sul	6,0	7,4	5,9	5,0	6,2	4,8	5,6	5,0	5,6	6,1	6,2	
Centro-Oeste	5,5	6,1	5,9	5,6	5,2	4,8	5,2	5,4	5,7	5,7	7,1	
BRASIL	4,4	4,4	4,4	4,2	4,2	4,2	3,9	4,2	4,4	4,6	4,6	

Fonte: SIM/SVS/MS

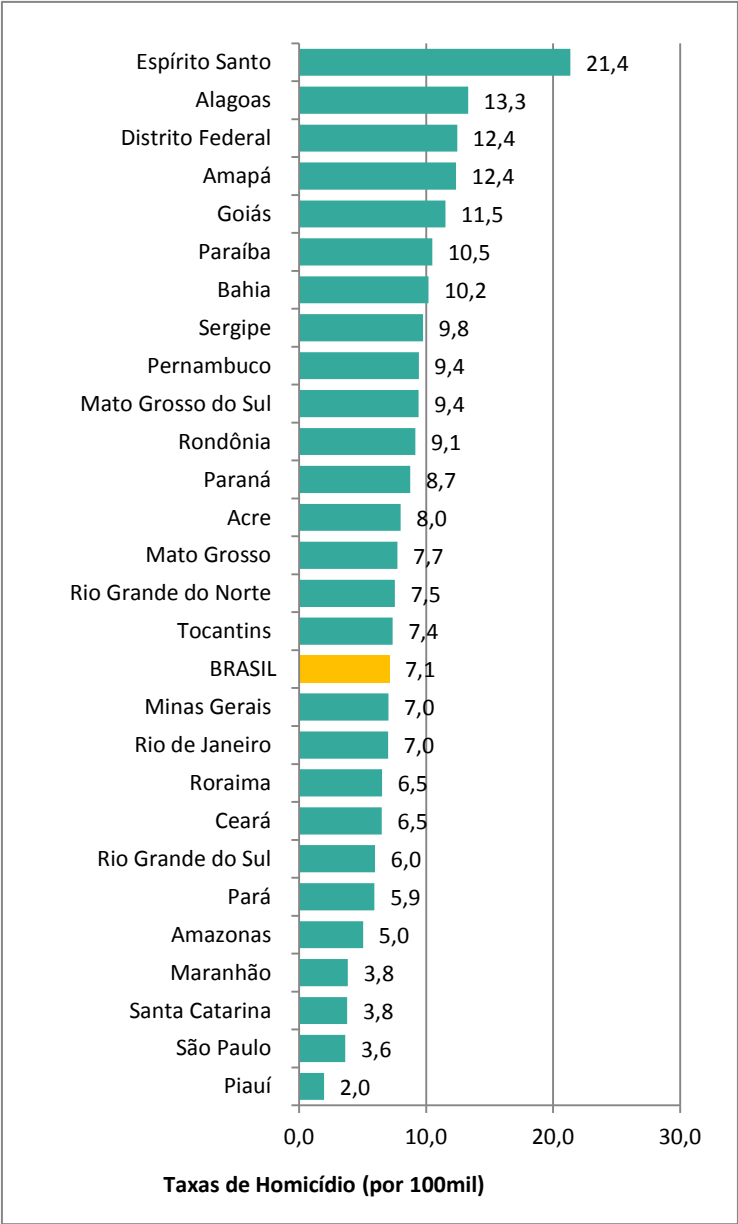
Gráfico 8.1.2. Ordenamento das UF's segundo Taxas de Homicídio Feminino (por 100mil) na população total. Brasil: 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

Já no gráfico 8.1.3 podemos observar a situação dos homicídios femininos na população jovem, lista encabeçada por Espírito Santo, Alagoas e Distrito Federal. No outro extremo, com os menores índices, São Paulo, Santa Catarina e Piauí.

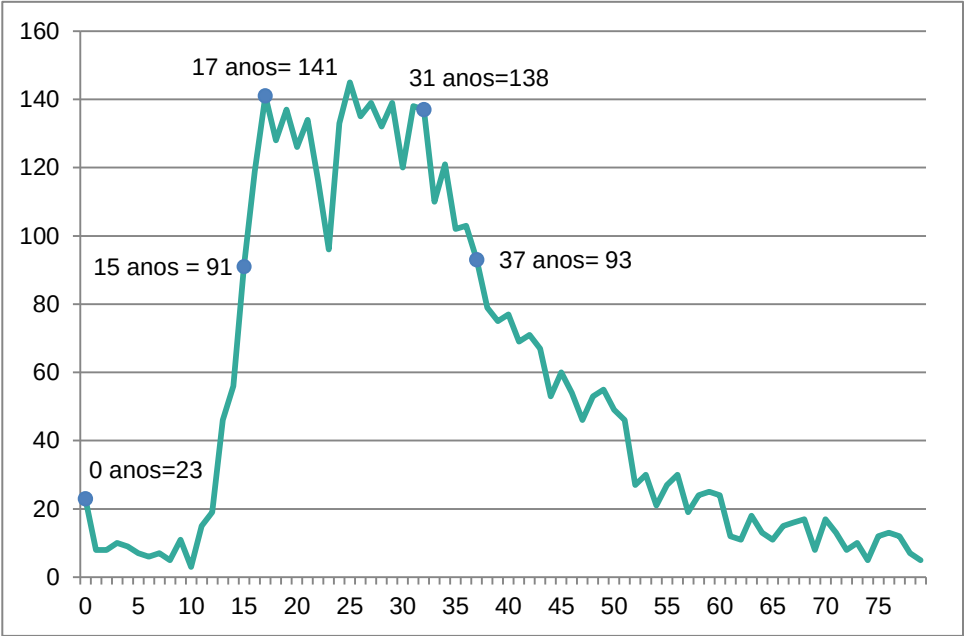
Gráfico 8.1.3. Ordenamento das UFs segundo Taxas de Homicídio Feminino (por100mil) na população jovem. Brasil: 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

Outro fato que deve ser destacado é a distribuição etária das vítimas de homicídio. Pelo gráfico 8.1.4, que sintetiza o número de homicídios de mulheres para cada idade simples do ano 2011, percebemos a existência de uma espécie de pico em forma de platô irregular, de homicídios na faixa que vai dos 17 aos 31 anos de idade e gira em torno dos 140 homicídios anuais para cada idade da vítima.

Gráfico 8.1.4. Número de Homicídios de mulheres por idades simples. Brasil. 2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Como já tivemos oportunidade de analisar no ano passado²¹, a partir dos registros de atendimento por violências do Sistema Único de Saúde – SUS – nas bases do Sinan²², em 2011 foram atendidas 70.270 mulheres vítimas de violência física. Nesse total de atendimentos:

- 71,8% das agressões aconteceram no domicílio da vítima.
- Em 43,4% dos casos o agressor foi o parceiro ou ex da vítima (na faixa de 30 a 39 anos de idade, essa proporção se eleva a 70,6%).
- Em 19,8% dos casos os agressores são os pais (nos primeiros anos de vida, essa proporção fica acima de 80%).
- Em 7.5% são os irmãos ou filhos.

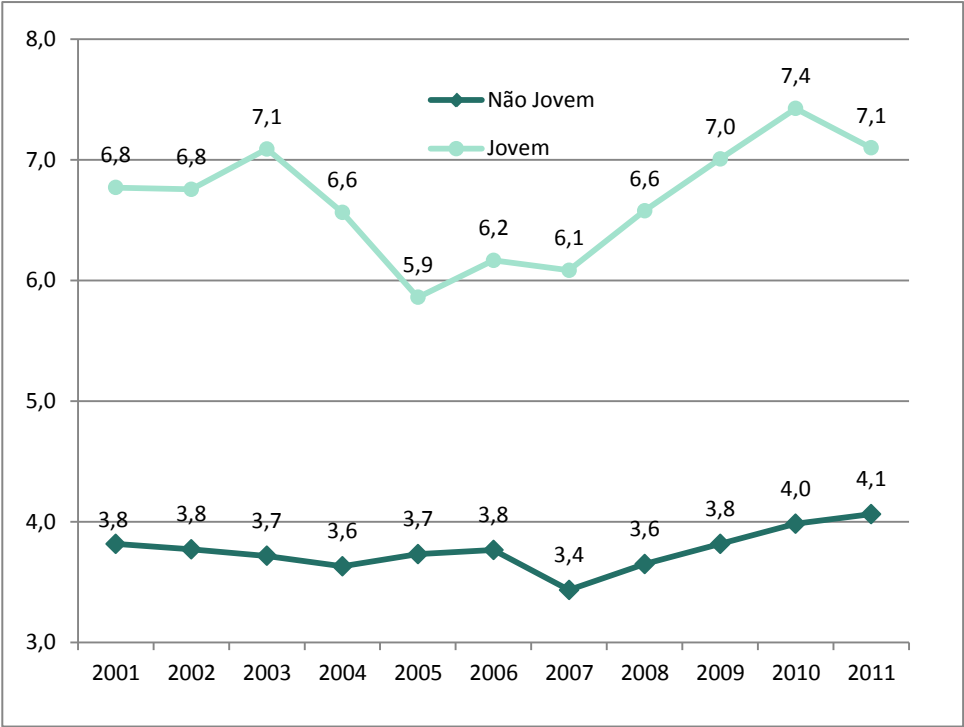
Esses dados permitem inferir a forte carga doméstica desse tipo de violência contra a mulher, que atinge sua máxima expressão, como vemos no gráfico 8.3., entre os 15 e os 37 anos de idade da mulher.

²¹ WAISELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro. Cebela/Flacso. 2012.

²² Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde

O gráfico 8.1.5 permite verificar a acentuada diferença de taxas entre as mulheres jovens do país e as demais faixas etárias²³. Em alguns anos dessa série, as taxas jovens praticamente duplicam em comparação com as *não jovens*, indicando o forte impacto da violência homicida entre as mulheres jovens.

Gráfico 8.1.5. Comparativo da evolução das taxas de homicídio na população total e na jovem. Brasil. 2001/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Por tal motivo, julgamos necessário detalhar também a situação e a evolução dos homicídios das mulheres jovens, tanto nas Unidades da Federação quanto nas capitais, dados que são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir.

²³ Novamente aqui utilizamos a categorização *jovem* -15 a 24 anos de idade – e a *não jovem* mulheres que ainda não chegaram aos 15 anos de idade, ou que ultrapassaram os 24.

Tabela 8.1.4. Número de homicídios femininos na população jovem por UF e Região.

Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ %
Acre	2	5	5	4	5	2	4	3	0	5	6	200,0
Amapá	4	4	7	6	6	2	2	4	1	1	9	125,0
Amazonas	17	14	15	11	18	20	16	16	15	23	18	5,9
Pará	31	21	31	27	29	27	34	54	52	65	46	48,4
Rondônia	20	9	18	11	14	14	7	10	15	5	14	-30,0
Roraima	3	6	2	4	0	5	1	1	8	2	3	0,0
Tocantins	6	5	6	7	5	6	7	8	10	13	10	66,7
Norte	83	64	84	70	77	76	71	96	101	114	106	27,7
Alagoas	16	18	23	24	25	38	35	28	32	47	41	156,3
Bahia	21	43	46	52	53	71	76	107	103	148	135	542,9
Ceará	31	44	30	41	36	38	35	24	41	44	55	77,4
Maranhão	18	8	17	18	23	22	23	22	21	27	26	44,4
Paraíba	19	16	8	14	14	19	21	17	32	25	37	94,7
Pernambuco	91	74	97	96	89	83	90	93	101	91	78	-14,3
Piauí	11	7	17	11	11	11	8	9	8	8	6	-45,5
Rio Grande do Norte	10	6	12	5	14	11	14	19	13	18	23	130,0
Sergipe	5	8	10	8	8	14	10	8	11	11	20	300,0
Nordeste	222	224	260	269	273	307	312	327	362	419	421	89,6
Espírito Santo	33	51	38	38	46	59	46	61	71	56	67	103,0
Minas Gerais	70	79	120	128	106	131	112	110	108	123	121	72,9
Rio de Janeiro	161	150	142	144	143	137	103	103	84	80	91	-43,5
São Paulo	365	378	380	252	224	223	168	161	149	171	126	-65,5
Sudeste	629	658	680	562	519	550	429	435	412	430	405	-35,6
Paraná	65	56	69	93	64	81	85	95	109	111	80	23,1
Rio Grande do Sul	52	56	44	59	52	34	47	46	71	60	52	0,0
Santa Catarina	13	21	19	15	16	24	22	23	24	23	21	61,5
Sul	130	133	132	167	132	139	154	164	204	194	153	17,7
Distrito Federal	19	24	28	22	17	21	19	28	31	29	30	57,9
Goiás	38	32	32	45	26	34	38	34	37	45	63	65,8
Mato Grosso	27	29	24	33	21	19	25	24	28	18	22	-18,5
Mato Grosso do Sul	22	19	18	12	19	11	18	21	14	17	21	-4,5
Centro-Oeste	106	104	102	112	83	85	100	107	110	109	136	28,3
BRASIL	1.170	1.183	1.258	1.180	1.084	1.157	1.066	1.129	1.189	1.266	1.221	4,4

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 8.1.5. Taxas de homicídio femininos (por 100mil) na população jovem segundo UF e Região. Brasil. 2001/2011

UF/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ% 2001/11
Acre	3,1	7,7	7,5	5,9	6,7	2,6	5,5	4,4	0,0	6,8	8,0	
Amapá	7,0	6,8	11,4	9,5	8,8	2,8	2,9	6,1	1,5	1,4	12,4	
Amazonas	5,3	4,2	4,4	3,2	5,0	5,4	4,5	4,6	4,3	6,5	5,0	
Pará	4,5	3,0	4,3	3,7	3,8	3,5	4,5	7,2	6,9	8,5	5,9	
Rondônia	13,5	6,0	11,7	7,1	8,7	8,5	4,4	6,7	10,2	3,3	9,1	
Roraima	8,2	16,0	5,2	10,1	0,0	11,5	2,4	2,5	19,7	4,4	6,5	
Tocantins	4,8	3,9	4,6	5,2	3,6	4,2	5,0	6,2	7,8	9,7	7,4	
Norte	5,8	4,3	5,6	4,6	4,8	4,6	4,5	6,2	6,5	7,2	6,6	
Alagoas	5,2	5,8	7,3	7,5	7,7	11,5	11,3	9,1	10,5	15,4	13,3	
Bahia	1,4	2,9	3,1	3,5	3,5	4,6	5,4	7,7	7,6	11,2	10,2	
Ceará	4,0	5,6	3,8	5,1	4,4	4,5	4,1	2,8	4,9	5,3	6,5	
Maranhão	2,9	1,3	2,6	2,8	3,4	3,2	3,4	3,3	3,2	4,0	3,8	
Paraíba	5,3	4,4	2,2	3,8	3,8	5,1	5,8	4,7	8,9	7,1	10,5	
Pernambuco	10,9	8,7	11,4	11,1	10,1	9,3	10,7	11,2	12,3	11,1	9,4	
Piauí	3,5	2,2	5,3	3,4	3,3	3,3	2,5	2,8	2,6	2,6	2,0	
Rio Grande do Norte	3,5	2,1	4,1	1,7	4,5	3,5	4,5	6,3	4,4	6,0	7,5	
Sergipe	2,6	4,0	5,0	3,9	3,8	6,5	4,9	4,1	5,7	5,4	9,8	
Nordeste	4,3	4,3	4,9	5,1	5,0	5,6	5,9	6,3	7,1	8,2	8,2	
Espírito Santo	10,2	15,6	11,4	11,3	13,2	16,7	14,1	19,6	23,2	18,0	21,4	
Minas Gerais	3,9	4,4	6,6	6,9	5,6	6,8	6,3	6,3	6,3	7,2	7,0	
Rio de Janeiro	12,1	11,1	10,4	10,5	10,1	9,6	8,1	8,2	6,7	6,2	7,0	
São Paulo	10,0	10,2	10,1	6,6	5,7	5,6	4,7	4,7	4,4	5,0	3,6	
Sudeste	8,9	9,1	9,3	7,6	6,8	7,1	6,2	6,4	6,2	6,4	6,0	
Paraná	7,1	6,0	7,3	9,8	6,6	8,2	9,0	10,2	11,7	12,2	8,7	
Rio Grande do Sul	5,7	6,1	4,7	6,3	5,4	3,5	5,0	5,1	8,0	6,9	6,0	
Santa Catarina	2,5	4,1	3,6	2,8	2,9	4,3	4,0	4,3	4,5	4,2	3,8	
Sul	5,6	5,6	5,5	6,9	5,3	5,5	6,4	6,9	8,7	8,4	6,5	
Distrito Federal	7,7	9,5	10,9	8,4	6,2	7,5	8,1	11,5	12,7	12,2	12,4	
Goiás	7,2	6,0	5,9	8,1	4,5	5,7	7,0	6,4	7,0	8,3	11,5	
Mato Grosso	10,3	10,8	8,8	11,9	7,3	6,5	9,0	8,6	10,0	6,4	7,7	
Mato Grosso do Sul	10,6	9,0	8,4	5,5	8,5	4,8	8,3	9,8	6,6	7,7	9,4	
Centro-Oeste	8,5	8,2	7,9	8,5	6,1	6,1	7,9	8,5	8,7	8,5	10,5	
BRASIL	6,8	6,8	7,1	6,6	5,9	6,2	6,1	6,6	7,0	7,4	7,1	

Fonte: SIM/SVS/MS

Gráfico 8.1.6. Ordenamento das Capitais segundo Taxas de Homicídio Feminino (por100mil) na população total e jovem. Brasil. 2011

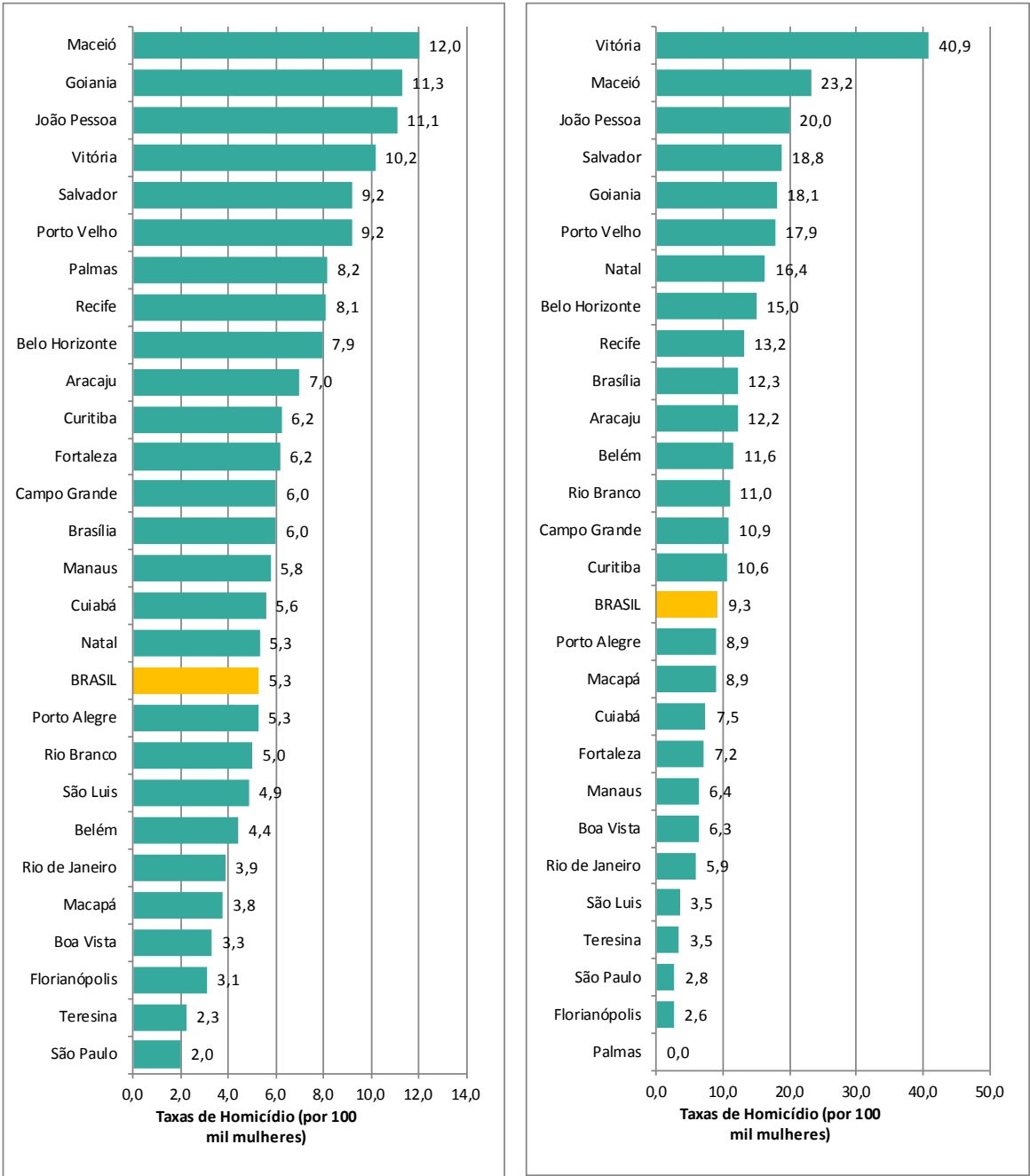
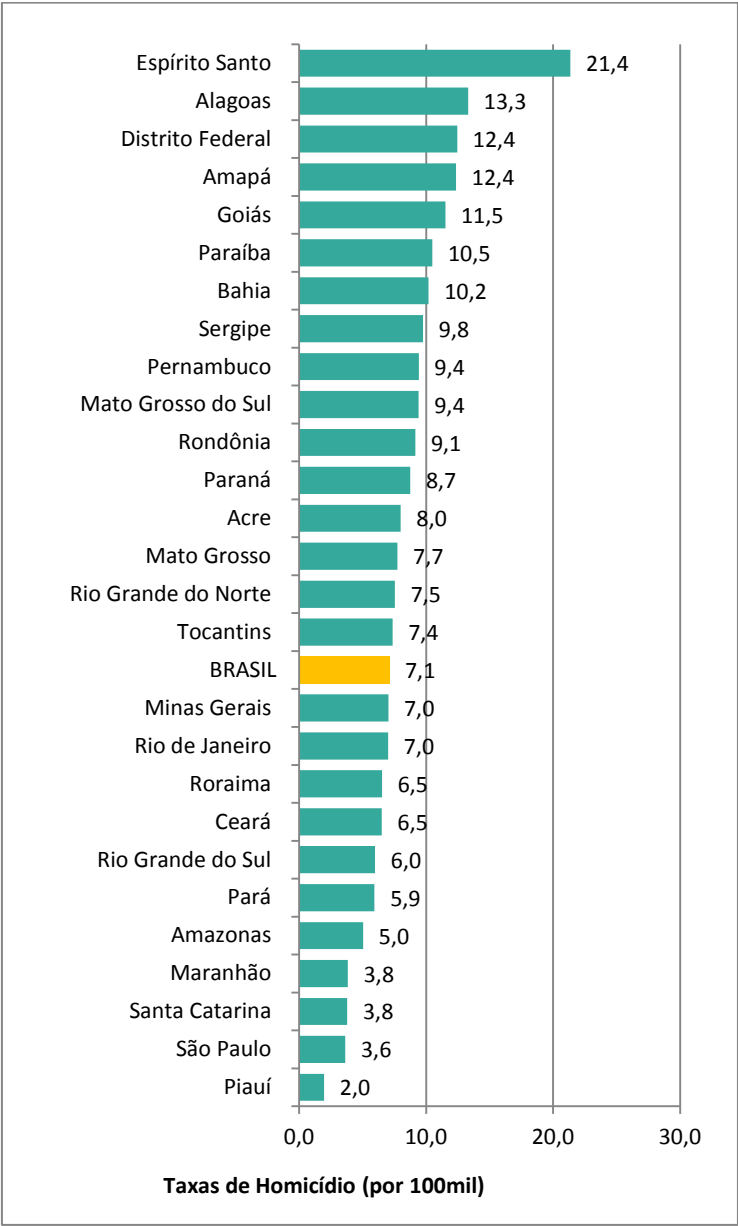


Gráfico 8.1.7. Ordenamento das UFs segundo Taxas de Homicídio Feminino (por100mil) na população jovem. Brasil: 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

8.2. Raça/Cor

O Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde inicia a divulgação de seus dados em 1979, mas só em 1996 começa a oferecer informações referentes à raça/cor das vítimas, porém, com elevados níveis de subnotificação. Até 2002 a cobertura dos dados de raça/cor foi deficitária, motivo pelo qual se julgou procedente começar a analisar essas informações a partir de 2002, quando a cobertura alcançou um patamar considerado razoável: acima de 90% dos registros de homicídio com identificação da raça/cor da vítima.

Também torna-se necessário esclarecer que a categoria *Negro* utilizada neste relatório resulta do somatório das categorias Preto e Pardo utilizadas pelo IBGE.

Nas Tabelas 8.2.1. e 8.2.2. podemos observar uma acentuada tendência de queda no número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números de vítimas na população negra. E essa tendência se observa tanto no conjunto da população e de forma bem mais pronunciada na população jovem.

Tabela 8.2.1. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população total. Brasil, 2002/2010.										
Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Participação (%)		Vitimi- zação(%)
								Branca	Negra	
2002	18.867	4.099	22.853	26.952	103	75	45.997	41,0	58,6	42,9
2003	18.846	4.657	23.674	28.331	178	78	47.433	39,7	59,7	50,3
2004	17.142	4.153	23.549	27.702	139	71	45.054	38,0	61,5	61,6
2005	15.710	3.806	24.648	28.454	81	93	44.338	35,4	64,2	81,1
2006	15.753	3.949	25.976	29.925	91	125	45.894	34,3	65,2	90,0
2007	14.308	3.921	26.272	30.193	45	144	44.690	32,0	67,6	111,0
2008	14.650	3.881	28.468	32.349	74	153	47.226	31,0	68,5	120,8
2009	14.851	3.875	29.658	33.533	60	135	48.579	30,6	69,0	125,8
2010	14.047	4.071	30.912	34.983	62	111	49.203	28,5	71,1	149,0
2011	13.895	4.155	31.052	35.207	69	138	49.309	28,2	71,4	153,4
Total	158.069	40.567	267.062	307.629	902	1.123	467.723	33,8	65,8	94,6
Δ%	-26,4	1,4	35,9	30,6	-33,0	84,0	7,2	-31,3	21,9	

Fonte: SIM/SVS/MS

*soma das categorias preta e parda

Tabela 8.2.2. Evolução do número de homicídios, da participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população jovem. Brasil, 2002/2010.										
Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Amarela	Índigena	Total	Participação (%)		Vitimização(%)
								Branca	Negra	
2002	6.596	1.712	9.609	11.321	33	20	17.970	36,7	63,0	71,6
2003	6.613	1.969	9.855	11.824	68	20	18.525	35,7	63,8	78,8
2004	5.871	1.695	9.831	11.526	34	17	17.448	33,6	66,1	96,3
2005	5.195	1.518	10.045	11.563	21	33	16.812	30,9	68,8	122,6
2006	5.015	1.539	10.294	11.833	23	32	16.903	29,7	70,0	136,0
2007	4.512	1.559	10.346	11.905	9	45	16.471	27,4	72,3	163,9
2008	4.582	1.506	11.243	12.749	19	49	17.399	26,3	73,3	178,2
2009	4.430	1.449	11.600	13.049	10	34	17.523	25,3	74,5	194,6
2010	4.196	1.496	11.899	13.395	23	41	17.655	23,8	75,9	219,2
2011	3.973	1.482	11.923	13.405	17	31	17.426	22,8	76,9	237,4
Total	50.983	15.925	106.645	122.570	257	322	231.039	22,1	53,1	140,4
Δ%	-39,8	-13,4	24,1	18,4	-48,5	55,0	-3,0	-37,9	22,1	

Fonte: SIM/SVS/MS

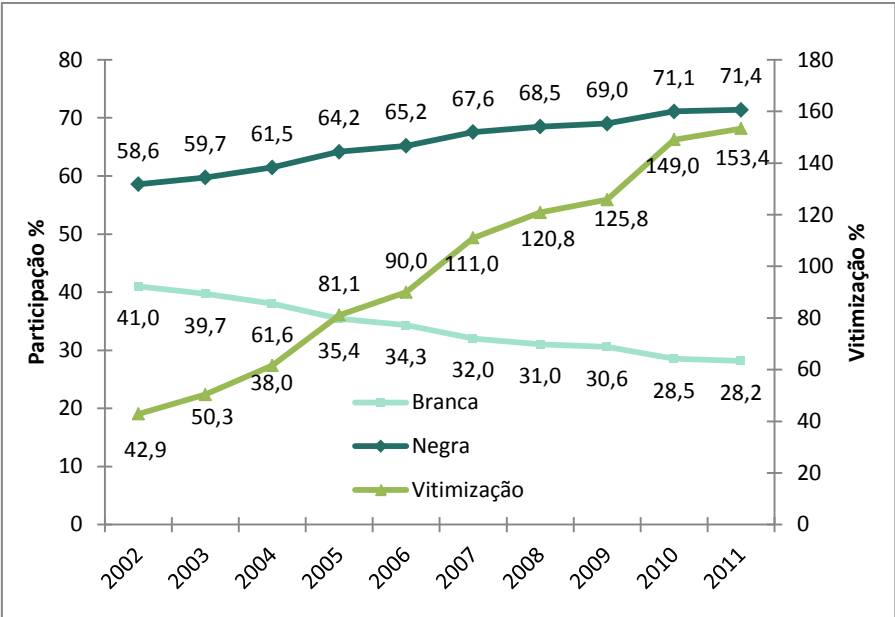
*soma das categorias preta e parda

Podemos verificar que no conjunto da população:

- O número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, o que representou um significativo decréscimo: 26,4%.
- Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, isto é, um aumento de 30,6%.
- Assim, a participação branca no total de homicídios do país cai de 41% em 2002, para 28,2% em 2011. Já a participação negra, que já era elevada em 2002, 58,6%, cresce mais ainda, vai para 71.4%.
- Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – para 153,4% em 2011, em um crescimento contínuo, ano a ano, dessa vitimização.

A referida evolução pode ser visualizada no gráfico a seguir:

Gráfico 8.2.1. Participação % de brancos e negros no total de homicídios do país e índice (%) de vitimização negra. Brasil. 2002/2011



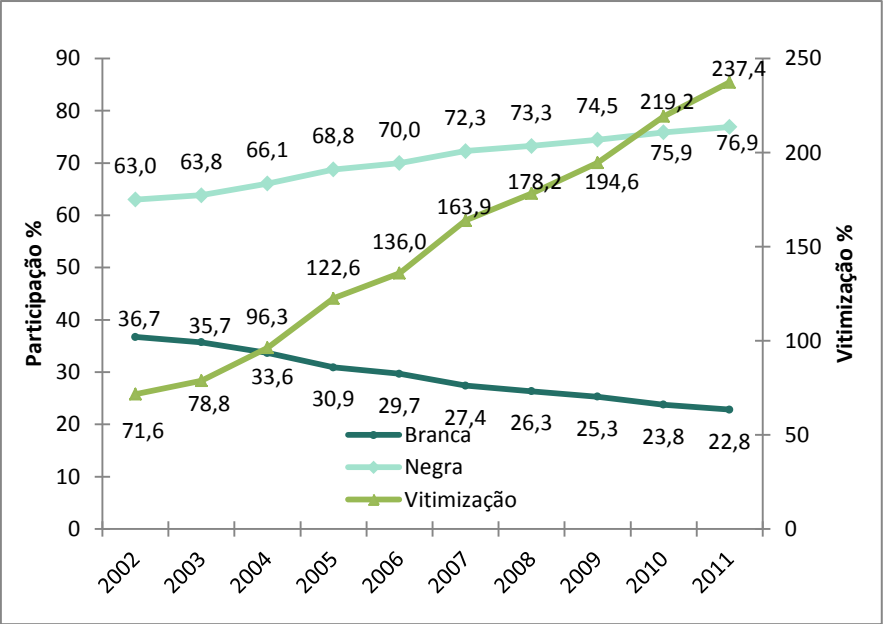
Fonte: SIM/SVS/MS

Já na população jovem, a de 15 a 24 anos de idade, a evolução é semelhante, mas acontece de forma bem mais intensa:

- O número de homicídios de jovens brancos cai de 6.596 em 2002, para 3.973 em 2011: queda de 39,8%, bem maior que a do conjunto da população, que foi de 26,4%.
- Já as vítimas negras entre os jovens cresceram de 11.321 para 13.405, isto é, um aumento de 24,1%.
- Assim, a participação dos jovens brancos no total de homicídios juvenis do país cai de 36,7% em 2002, para 22,8% em 2011. Por sua vez, a participação dos jovens negros, que já era muito elevada em 2002, 63%, cresce ainda mais, indo para 76,9%.
- Com esse diferencial de ritmos, a vitimização de jovens negros passa de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011, maior ainda que a pesada vitimização na população total, que nesse ano foi de 153,4%.

Essa evolução da participação de jovens brancos e negros nos homicídios pode ser vista na tabela a seguir:

Gráfico 8.2.2. Participação % de jovens brancos e negros no total de homicídios juvenis do país e índice (%) de vitimização negra. Brasil. 2002/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Fica mais evidente essa seletividade de jovens negros como vítimas preferenciais ao observar o panorama nas Unidades da Federação nas tabelas a seguir.

- Estados onde os homicídios negros crescem acima de 200% na década, como Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- Unidades com taxas absolutamente inaceitáveis de homicídios de jovens negros, como o caso de Alagoas, que ultrapassa os 200 homicídios por 100 mil jovens negros. Ou também Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal, Pernambuco e Bahia, cujas taxas estão acima dos 100 homicídios por 100 mil jovens negros.

Dessa forma, se os índices de homicídio do país nesse período estagnaram ou mudaram pouco, foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, pela concentração progressiva da violência acima da população negra e, de forma muito especial, nos jovens negros. E o que alarma mais ainda é a tendência crescente dessa mortalidade seletiva.

Tabela 8.2.3. Número de Homicídios na População Total por Raça/cor nas UF.
Brasil. 2002/2010.

UF/REGIÃO	Brancos				Negros			
	2002	2006	2011	Δ %	2002	2006	2011	Δ %
Acre	46	42	15	-67,4	100	99	101	1,0
Amazonas	53	77	121	128,3	442	585	1.130	155,7
Amapá	16	14	26	62,5	157	186	179	14,0
Pará	138	156	236	71,0	1.030	1.867	2.792	171,1
Rondônia	182	145	112	-38,5	370	420	321	-13,2
Roraima	21	21	4	-81,0	91	66	73	-19,8
Tocantins	40	36	62	55,0	138	196	284	105,8
NORTE	496	491	576	16,1	2.328	3.419	4.880	109,6
Alagoas	107	64	74	-30,8	650	1.073	2.034	212,9
Bahia	137	187	390	184,7	1.282	2.800	4.701	266,7
Ceará	130	164	272	109,2	704	966	1.642	133,2
Maranhão	92	121	194	110,9	465	775	1.347	189,7
Paraíba	49	46	76	55,1	432	693	1.449	235,4
Pernambuco	532	380	217	-59,2	3.598	3.895	3.003	-16,5
Piauí	40	49	58	45,0	239	374	373	56,1
Rio Grande do Norte	65	81	152	133,8	217	313	801	269,1
Sergipe	65	86	55	-15,4	380	414	679	78,7
NORDESTE	1.217	1.178	1.488	22,3	7.967	11.303	16.029	101,2
Espírito Santo	287	257	238	-17,1	809	1.115	1.218	50,6
Minas Gerais	888	1.223	1.215	36,8	1.916	2.749	2.885	50,6
Rio de Janeiro	2.863	2.363	1.406	-50,9	4.907	4.417	2.990	-39,1
São Paulo	8.220	4.710	3.088	-62,4	5.988	3.249	2.338	-61,0
SUDESTE	12.258	8.553	5.947	-51,5	13.620	11.530	9.431	-30,8
Paraná	1.780	2.520	2.614	46,9	400	521	647	61,8
Rio Grande do Sul	1.555	1.567	1.584	1,9	322	379	444	37,9
Santa Catarina	440	496	661	50,2	86	93	124	44,2
SUL	3.775	4.583	4.859	28,7	808	993	1.215	50,4
Distrito Federal	103	90	124	20,4	632	674	846	33,9
Goiás	395	366	448	13,4	647	991	1.665	157,3
Mato Grosso do Sul	302	255	205	-32,1	337	365	413	22,6
Mato Grosso	321	237	248	-22,7	613	650	728	18,8
CENTRO OESTE	1.121	948	1.025	-8,6	2.229	2.680	3.652	63,8
BRASIL	18.867	15.753	13.895	-26,4	26.952	29.925	35.207	30,6

Fontes: SIM/SVS/MS e PNAD/IBGE

Tabela 8.2.4. Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil)

na População Total segundo Raça/Cor. Brasil, 2011

População Total Branca		População Total Negra	
UF	Taxa	UF	Taxa
Paraná	35,6	Alagoas	90,5
Mato Grosso	21,2	Paraíba	60,3
Rondônia	19,1	Espírito Santo	58,4
Rio Grande do Sul	17,9	Distrito Federal	55,9
Rio de Janeiro	17,1	Pernambuco	52,3
Amapá	17,1	Goiás	47,4
Goiás	16,8	Pará	45,5
Tocantins	16,4	Rio Grande do Norte	43,6
Amazonas	16,0	Sergipe	43,1
Espírito Santo	16,0	Bahia	42,4
Mato Grosso do Sul	15,7	Amazonas	42,0
Pará	14,1	Mato Grosso	37,5
Minas Gerais	13,2	Rio de Janeiro	37,0
Bahia	13,0	Mato Grosso do Sul	35,2
Maranhão	12,6	Amapá	32,5
Santa Catarina	12,0	Rondônia	32,2
São Paulo	11,5	Ceará	29,0
Distrito Federal	10,9	Tocantins	27,3
Rio Grande do Norte	10,8	Minas Gerais	27,0
Sergipe	10,1	Maranhão	26,1
Ceará	9,2	Rio Grande do Sul	23,1
Alagoas	8,1	Roraima	21,9
Piauí	7,3	Paraná	20,5
Acre	7,2	Acre	18,6
Pernambuco	6,8	São Paulo	15,8
Paraíba	5,5	Piauí	15,7
Roraima	3,5	Santa Catarina	13,9

Fontes: SIM/SVS/MS; PNAD/IBGE

Tabela 8.2.5. Ordenamento das Taxas de Homicídio (por 100mil) na População Jovem segundo Raça/Cor. Brasil. 2011			
População Jovem Branca		População Jovem Negra	
UF	Taxa	UF	Taxa
Paraná	71,8	Alagoas	201,2
Espírito Santo	37,3	Espírito Santo	144,6
Amazonas	36,3	Paraíba	134,1
Rio Grande do Sul	32,8	Distrito Federal	121,9
Bahia	31,6	Pernambuco	112,5
Rio de Janeiro	31,3	Bahia	100,3
Amapá	31,2	Goiás	97,5
Goiás	30,4	Amapá	92,4
Rondônia	28,1	Rio Grande do Norte	91,6
Mato Grosso do Sul	26,4	Pará	90,9
Minas Gerais	26,3	Rio de Janeiro	82,8
Pará	25,5	Sergipe	74,0
Mato Grosso	25,4	Amazonas	65,5
Distrito Federal	25,0	Mato Grosso do Sul	62,3
Rio Grande do Norte	24,3	Mato Grosso	61,2
Santa Catarina	20,9	Minas Gerais	59,2
Tocantins	18,6	Ceará	59,0
Ceará	17,8	Rio Grande do Sul	53,4
São Paulo	17,1	Paraná	47,8
Sergipe	16,2	Rondônia	45,8
Maranhão	15,9	Maranhão	41,8
Alagoas	15,5	Tocantins	40,8
Pernambuco	12,5	Santa Catarina	32,2
Piauí	11,5	Roraima	31,7
Acre	10,4	Acre	29,5
Paraíba	6,3	Piauí	28,5
Roraima	0,0	São Paulo	27,5

Fontes: SIM/SVS/MS; PNAD/IBGE

9. FATORES EXPLICATIVOS

Neste capítulo tentaremos desenvolver duas séries de análises. De um lado, os determinantes das mudanças ocorridas na presente década de desconcentração e disseminação da violência. A segunda série refere-se aos fatores que limitam ou cerceiam os esforços de reversão da violência.

9.1 Dos novos padrões da violência

No capítulo sete tivemos a possibilidade de aprofundar nos novos padrões da violência que emergem e se consolidam na última década. Nomeávamos como processo de *interiorização* o surgimento de novos polos dinâmicos da violência no interior dos estados tradicionalmente violentos. *Disseminação* ao deslocamento dos eixos da violência para UFs ou áreas tradicionalmente tranquilas ao longo de todo o país, que originam um segundo deslocamento: dos municípios de grande porte para os municípios de pequeno e médio porte, periféricos até então nos mapas da violência.

Quais seriam os determinantes das mudanças acontecidas na última década? Tentaremos aqui sintetizar diversas abordagens já realizadas em mapas anteriores, principalmente no mapa de 2012, que focaliza esses novos padrões da violência no país.

Em primeiro lugar, a **reestruturação do modelo de desenvolvimento** da produção brasileira, que vem acontecendo desde o último quartel do século passado. Sobre o tema, uma grande variedade de estudos analisou os caminhos desse processo de desconcentração das atividades econômicas do país, desde os mais diversos ângulos. Não é nossa intenção fazer uma revisão do tema, pretendemos simplesmente apontar alguns balizamentos para o entendimento do fenômeno e sua relação com a violência.

Em um estudo publicado no ano 2000, com dados de 1989/97, João Sabóia detecta uma *mudança no padrão locacional da indústria brasileira, que aumentaria a importância do interior dos principais estados industrializados e de alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste. Por outro lado, estariam surgindo novas aglomerações industriais de pequeno porte nas mais distintas regiões do país, caracterizadas por baixos salários e pequeno nível de diversificação industrial*²⁴ (grifo nosso).

Paralelo à modernização das últimas décadas, houve também intenso processo de mudanças locais, tanto intra quanto inter-regional, tanto dentro dos estados quanto entre os estados²⁵, com esvaziamento do principal polo industrial do país, a região metropolitana de São Paulo, e a reconcentração industrial no interior de São

²⁴ SABÓIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, abr. 2000.

²⁵ DINIZ, C.C. & CROCCO, M.A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v6, n.1, jul. 1996.

Paulo e, de modo mais amplo, em diversos outros estados do país, especialmente em cidades de porte médio. Também foi generalizada em todo o país, segundo Sabóia, essa desconcentração industrial em direção ao interior dos estados. Apesar da queda do emprego nos principais polos industriais tradicionais, novas aglomerações foram-se consolidando nas mais diversas regiões do país.

“As mudanças mostram sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas deve ser acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, o crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias perante as áreas metropolitanas. As tendências indicam certa continuidade da desconcentração em direção ao interior de São Paulo e aos principais estados do Sul e do Sudeste e, até mesmo, para o Nordeste, no caso das indústrias intensivas em mão-de-obra”²⁶.

A emergência desses novos polos de crescimento, atraindo investimentos e gerando emprego e renda, tornam-se também atrativos para a criminalidade, por serem áreas onde os mecanismos da segurança são ainda precários ou incipientes, sem experiência histórica e aparelhamento para o enfrentamento das novas configurações da violência.

E não só atrativos para a criminalidade. Os saldos migracionais positivos desses novos polos originam grandes contingentes de população flutuante, com escassas raízes familiares e culturais, gerando condições favoráveis de inserção violenta nos novos locais.

Em segundo lugar, **investimentos em segurança nas capitais** e nas grandes regiões metropolitanas, prioritárias a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública, de 1999, e do Fundo Nacional de Segurança instituído em fins de 2000. Nesse sentido, foram canalizados recursos federais para diversos níveis da esfera estadual, principalmente para aparelhamento dos sistemas de segurança pública nos grandes conglomerados que lideravam o mapa da violência do período. Isso dificultou a ação da criminalidade organizada, que migra para áreas de menor risco e/ou estrutura (interior/outros estados).

Em terceiro lugar, **melhoria na cobertura dos sistemas** de captação de dados de mortalidade, principalmente no interior do país ou em estados com cobertura deficiente, com o que diminui a subnotificação existente. Assim, fatos que antes não eram registrados começam a aparecer nas recentes estatísticas de mortalidade.

Por um ou outro motivo, consolidam-se configurações espaciais que rearticulam o dinamismo da letalidade homicida centrada, até o momento, em um número limitado de grandes centros urbanos.

²⁶ PACHECO, C.A. Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Brasília. IPEA, Textos para discussão n. 633, março de 1999.

Toda migração (de pessoas, de polos, etc.) apresenta fatores expulsivos – do local de origem – e fatores atrativos – no local de destino. Quais seriam, neste caso, os fatores que alavancam essas mudanças?

➤ **Fatores Expulsivos:**

- Estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas tradicionais, com a concomitante reversão dos fluxos migratórios para o local de origem ou para novos polos.
- Investimentos na segurança e consequente melhoria da eficiência repressiva dos aparelhos de segurança.

➤ **Fatores Atrativos:**

- Surgimento de novos polos de crescimento no interior de diversos estados, atrativos de investimentos, de população e também de criminalidade e violência.
- Melhoria da situação econômica de estados fora dos eixos tradicionais.
- Deficiências e insuficiências do aparelho de segurança em áreas de baixos níveis de violência: escassa experiência e baixa eficiência repressiva.

Quais são as consequências desse deslocamento? A disseminação da violência homicida ao longo do território nacional. Locais que até poucos anos atrás eram considerados tranquilos, pouco violentos, hoje vivenciam uma pesada escalada de violência. O contrário também acontece em uns poucos centros, alguns de grande peso demográfico e consequente incidência nas estatísticas nacionais. Assim, sem grandes mudanças nas estatísticas globais do país, assistimos a uma decidida reconfiguração na distribuição interna, uma convergência que, sem aumentar a intensidade global – em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes – origina a disseminação em unidades que, até uma década atrás, eram aparentemente imunes.

9.2 Entraves institucionais.

São vários os fatores institucionais que concorrem para enfraquecer as possibilidades de enfrentamento efetivo da violência homicida do país, impondo entraves e limites às ações nesse sentido. Sem pretender ser exaustivos, tentaremos apontar aqui as principais.

Cultura da Violência. Contrariando a visão amplamente difundida, principalmente nos meios ligados à Segurança Pública, de que a violência homicida do país se encontra imediatamente relacionada e explicada pelas estruturas do crime, e mais especificamente da droga, diversas evidências, muitas delas bem recentes e oficiais, parecem apontar claramente em sentido contrário:

- Em novembro de 2012 o Conselho Nacional do Ministério Público divulgou uma pesquisa que fundamentou sua campanha *Conte até 10. Paz. Essa É a Atitude*. O estudo foi elaborado a partir de inquéritos policiais referentes a homicídios dolosos

acontecidos em 2011 e 2012 em 16 Unidades da Federação. Objetivava verificar a proporção de assassinatos acontecidos por motivos fúteis e/ou por impulso. Foram incluídos nessa categoria brigas, ciúmes, conflitos entre vizinhos, desavenças, discussões, violências domésticas, desentendimentos no trânsito, dentre outros. Fazendo um balanço dos resultados, podemos afirmar que preponderam os crimes por motivos fúteis ou por impulso, que representaram 100% do total de homicídios: no Acre, 83%; em São Paulo, 82%. Os estados com menores índices foram Rio Grande do Sul, 43%; e Rio de Janeiro, 27%.

- Neste ano de 2013, o Ministério da Justiça divulga uma série de pesquisas na Coleção *Pensando a Segurança Pública*. Em uma delas²⁷ são analisados Boletins de Ocorrência e Inquéritos Policiais referentes a homicídios dolosos de três cidades brasileiras: Belém-PA, Maceió-AL e Guarulhos-SP, todas do ano de 2010. Concluem que uma parte substancial, nas três cidades, deve-se a vinganças pessoais, violência doméstica, motivos banais. Também verificam um *alto percentual de crimes praticados com armas de fogo em situações cotidianas (brigas entre vizinhos, violência doméstica etc.)*.

Impunidade. Um segundo fator de peso são os elevados níveis de impunidade vigentes no país, que funcionam como estímulo para a resolução de conflitos via extermínio do próximo. E também existem sérias evidências sobre o tema.

Em meados de 2012 foi divulgado o Relatório Nacional da Execução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp, estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça. A Meta 2, titulada *A Impunidade como Alvo*, estabelecia a conclusão dos inquéritos policiais por homicídio doloso instaurados até 31/12/2007, isto é, inquéritos que tinham como mínimo quatro anos de antiguidade e ainda não concluídos. Para atingir essa meta, foram criados grupos-tarefa integrados, em cada Unidade da Federação, por representantes dos Ministérios Públicos, Polícia Civil e Poder Judiciário. Uma primeira prospecção permitiu identificar 134.944 inquéritos por homicídios dolosos instaurados até 31/12/2007 e ainda não finalizados. Depois de um ano de acionar, foi possível oferecer denúncia à justiça de um total de 8.287 inquéritos, o que representa 6,1% do estoque inicial.

Como conclui o mesmo documento: “O índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive a realizada pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80%”.

²⁷ Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. O homicídio em três cidades brasileiras. In. Ministério da Justiça. *Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013. (Coleção Pensando a Segurança Pública; v. 1)

Tolerância Institucional. Como apontava recentemente numa entrevista o diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes: *o Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado*²⁸.

Como opera esse esquema de “naturalização” e aceitação da violência? Por diversos mecanismos, mas fundamentalmente, pela culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores subalternos ou particularmente vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, etc. Por essa via, a estuproada foi quem provocou o estupro, ou ela se vestia como uma “vadia”; o adolescente torna-se marginal, delinquente, drogado ou traficante. A própria necessidade de leis ou mecanismos específicos de proteção: Estatutos da Criança, do Adolescente, do Idoso; Lei Maria da Penha, ações afirmativas, indicam claramente as desigualdades e vulnerabilidades existentes.

Dessa forma, uma determinada dose de violência - que varia de acordo com a época, o grupo social e o local - torna-se aceita e até necessária, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de protegê-los.

Nesse sentido, nos aproximamos do conceito de *violência estrutural*, formulada por diversos autores, retomada e aprofundada no Brasil especialmente por Cecília Minayo²⁹ e Edenilsa de Souza³⁰. Parece mais adequado denominá-la *violência estruturante*, que estabelece os limites culturalmente permitidos e tolerados de violência por parte de indivíduos e instituições: da sociedade civil ou do estado; tolerância que *naturaliza* e até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade.

²⁸ <http://prvl.org.br/noticias/anistia-internacional-e-o-compromisso-do-brasil-com-os-direitos-humanos/>.

²⁹ MINAYO, M.C.S. (Coord.). *Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. 1990.

³⁰ SOUZA, E. R. de. *Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro*. Cadernos de Saúde Pública, n.9. Rio de Janeiro, jan./mar. 1993.

SAIBA MAIS

Secretaria Nacional de Juventude

Telefone: 55 (61) 3411-1160

www.juventude.gov.br/juventudeviva

CEBELA

Centro Brasileiro de
Estudos Latino-Americanos



FLACSO
BRASIL

www.flacso.org.br

Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA